

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



**INSERÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA:  
AS BÓIAS-FRIAS NA AGRICULTURA DO SUDOESTE PAULISTA**

**MARIA CARLOTA MELONI VICENTE**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

**Área de Concentração: Geografia Humana**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. ROSA ESTER ROSSINI**

**SÃO PAULO  
1997**

*Resquisitor IEA*

AQUISIÇÃO	X	DATA	X
ORIGEM	—		
VALIDR	—		
REGISTRO	11322		
Nº DE CHAMADA	630.92 V681i		IEA
TES			M. Maciel

A meu pai, Jorge;

À minha mãe, Ivone;

A meu esposo José Roberto e

A meus filhos Alexandre e Carolina.

## AGRADECIMENTOS

Aos professores e funcionários do Departamento de Geografia, área de Geografia Humana.

À prof. Rosa Ester Rossini, nossa orientadora.

À Prof. Maria Regina C. T. Sader e ao prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pelas críticas e sugestões apresentadas no projeto original.

Ao pesquisador José Sidnei Gonçalves, do IEA, pelas sugestões desde as fases iniciais da pesquisa e pela revisão e críticas à versão final.

À pesquisadora Celma da Silva Lago Baptistella, do IEA, pelo estímulo e sugestões apresentadas no desenvolvimento do trabalho.

Ao pesquisador José Roberto Vicente, do IEA, pela revisão e sugestões na versão final.

Ao pesquisador Mário Pires de Almeida Olivetti pelas sugestões de leituras e críticas apresentadas.

Ao pesquisador Devancyr Aparecido Romão pela indicação dos trabalhos sobre a região pesquisada.

Aos pesquisadores José Eduardo Rodrigues Veiga, Luiz Moricochi e Francisco Alberto Pino pela colaboração em diversas fases do desenvolvimento da pesquisa.

Às pesquisadoras Ana Victória Vieira Martins Monteiro, Célia Regina Roncato Penteado Tavares Ferreira, Denise Viani Caser, Ana Maria Montragio Pires de Camargo e Ikuyo Kiyuna pela colaboração em diversas fases do desenvolvimento da pesquisa.

A Getúlio Benjamim da Silva pelo apoio na coleta de dados sobre produção agrícola.

A Arnaldo Lopes Júnior, do Centro de Informática, pela obtenção de dados sobre emprego nos municípios pesquisados, do Cadastro do ITR.

Ao Setor de Biblioteca e Documentação do IEA, pelo empenho em conseguir livros e artigos sobre o tema estudado.

Ao Setor de Administração de Sub-Frota do IEA pelo apoio na realização do levantamento de campo.

Ao Setor de Reprografia do IEA pelo apoio na organização final do trabalho.

A Otávio Basaldi da Fundação SEADE pela gentileza em enviar artigos sobre a região pesquisada e sobre o mercado de trabalho rural.

Aos Engenheiros Agrônomos e Técnicos das Casas da Agricultura de Itaberá, de Itararé e de Riversul, pelas valiosas informações sobre agricultura e mercado de trabalho.

Ao técnico Carlos Roberto Camargo Duarte, da Casa da Agricultura de Itabará, pela valiosa contribuição durante a pesquisa de campo.

Ao Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itabará, Jamil Ramos.

Ao Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itararé, Custódio Soares de Lima.

A José Mariano de Oliveira, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itabará.

À Maria Josélia Ramos, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itabará, pela dedicação e acompanhamento durante a realização das entrevistas com as trabalhadoras rurais

A todos que gentilmente conversaram sobre os problemas e aspectos dos municípios pesquisados: empreiteiros, responsáveis pela distribuição das cestas de alimentos, moradores da fazenda Pirituba e moradores dos municípios.

Às trabalhadoras rurais pela atenção ao conversar sobre suas vidas e seu trabalho. Esperamos poder retribuir a atenção, analisando e apresentando as condições em que vivem.

Ao CNPq e ao IEA, pelo suporte oferecido durante o curso e nas fases de desenvolvimento da pesquisa.

A todos os citados, e aos que porventura possa ter esquecido, meus sinceros agradecimentos.

## SUMÁRIO

	página
RESUMO.....	xiii
INTRODUÇÃO.....	1
1. A MULHER COMO FORÇA DE TRABALHO NA AGRICULTURA:	
TRABALHO E (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO .....	13
1.1 Motivações e Considerações sobre a Inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho: Ontem e Hoje ....	18
1.2 A Força de Trabalho Feminina na Agricultura .....	25
1.3 Ocupação da Mão-de-Obra Volante Feminina na Agricultura Paulista .....	35
2. RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA PAULISTA: O CRESCIMENTO DO TRABALHO ASSALARIADO .....	55
2.1 As Transformações na Agricultura Paulista e os Reflexos nas Relações de Trabalho .....	58
2.1.1 A evolução dos cultivos .....	65
2.1.2 A propriedade e posse da terra .....	69
2.2 Trabalho Volante: a Evolução de uma Categoria ....	75

3. OS MUNICÍPIOS DE ITABERÁ, ITARARÉ E RIVERSUL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO SUDOESTE PAULISTA E DO ESTADO DE SÃO PAULO .....	88
3.1 Considerações sobre o Sudoeste Paulista .....	97
3.2 Origem, Formação Histórica e Caracterização e Aspectos Sócio-Econômicos dos Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul .....	109
3.2.1 Aspectos Demográficos e Condições de Vida da População .....	112
3.3 As Transformações na Agricultura e a Ocupação do Espaço Agrícola .....	117
3.3.1 Distribuição da Propriedade e Posse da Terra .....	118
3.3.2 A Utilização das Terras Agrícolas .....	121
4. A INSERÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO VOLANTE FEMININA NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS MUNICÍPIOS DE ITABERÁ, ITARARÉ E RIVERSUL .....	126
4.1 A Pesquisa de Campo.....	126
4.2 Trabalho da Mulher Bóia-fria e Evolução Recente da Produção Agrícola nos Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul .....	131

4.2.1 A Reorganização da Produção Agrícola no Período 1970-96 .....	148
4.2.2 Evolução das Técnicas Adotadas no Cultivo do Feijão .....	154
4.3 As Condições de Trabalho e de Vida .....	168
5. MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA REGIÃO PESQUISADA NO CONTEXTO DAS LUTAS SOCIAIS .....	187
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	200
BIBLIOGRAFIA .....	211
APÊNDICE .....	227

## LISTA DE TABELAS

TABELA		Página
1	Estimativa do Número de Habitantes, da População Trabalhadora Residente e Não Residente nos Imóveis Rurais, Estado de São Paulo, 1971-1996 .....	40
2	População Trabalhadora Feminina Residente nos Imóveis Rurais, por Categoria, Estado de São Paulo, 1971-1996.....	41
3	Estimativa do Número de Trabalhadores Volantes Ocupados por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, 1979-96 .....	44
4	Estimativa do Número de Trabalhadoras Volantes Ocupadas, por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, 1979-96.....	47
5	Participação das Trabalhadoras Volantes no Total de Volantes Ocupados, por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, 1979-96.....	51
6	Componentes do Crescimento Populacional, Estado de São Paulo, 1872-1995 .....	93
7	Participação da População Urbana e Rural no Total do Estado, 1940-1995 .....	94
8	População Residente e Famílias Indigentes, Região Sudoeste e Estado de São Paulo, 1991 .....	100
9	Utilização das Terras, Região Sudoeste do Estado de São Paulo, 1970-85 .....	103

## TABELA

## Página

10	Grupos de Área Total, Região Sudoeste do Estado de São Paulo, 1970-1985 .....	104
11	Estrutura Setorial do Emprego, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1985 .....	107
12	Indicadores Sócio-econômicos, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1980-91 ..	114
13	Distribuição Percentual dos Estabelecimentos por Estrato de Área e Respectivos Percentuais de Área Ocupada, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1940 - 1985 .....	119
14	Distribuição da Área dos Estabelecimentos Agropecuários Segundo as Condições de Utilização da Terra, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1940-1985 .....	125
15	Pessoal Ocupado, por Categoria, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1940-1985 .....	132
16	Participação Percentual da População Trabalhadora Feminina na Agricultura, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1960-1985 .	133
17	Número de Trabalhadores Temporários Ocupados, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1975-1985 .....	134
18	Evolução da Área Cultivada, Município de Itaberá, Estado de São Paulo, 1969/70 a 1995/96.....	150
19	Evolução da Área Cultivada, Município de Itararé , Estado de São Paulo, 1969/70 a 1995/96.....	151

20	Evolução da Área Cultivada, Município de Riversul, Estado de São Paulo, 1969/70 a 1995/96 .....	152
21	Principais Atividades Executadas Mensalmente por Assalariados Temporários em Estabelecimentos da Delegacia Agrícola de Itararé, Estado de São Paulo, 1981 .....	156
22	Distribuição Mensal do Número Médio de Volantes e do Número Médio de Dias-Homem Empregados, Delegacia Agrícola de Itararé, Estado de São Paulo, 1981 .....	157
23	Percentuais de Área de Feijão, Segundo o Tipo de Tração Utilizada para cada Operação, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, 1971/72 a 1993/94 .....	158
24	Distribuição Percentual da Mão-de-obra Utilizada Segundo a Operação, Cultura do Feijão, Dira de Sorocaba, Estado de São Paulo, 1974/75 a 1993/94 ....	161
25	Principais Ocupações das Trabalhadoras Volantes Durante os Meses do Ano, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1996 .....	166
26	Diárias Pagas aos Volantes nos Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul e Salário Mínimo, 1980 a 1996 ....	178
A.1	Resumo das Condições de Trabalho e de Vida das Volantes, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1996 .....	228

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA	Página
1	Localização dos Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo..... 108
2	Distribuição dos Trabalhadores Temporários, Município de Itaberá..... 136
3	Distribuição dos Trabalhadores Temporários, Município de Itararé..... 137
4	Distribuição dos Trabalhadores Temporários, Município de Riversul..... 138
5	Mão-de-Obra Utilizada na Cultura do Feijão Segundo as Operações, DIRA de Sorocaba..... 162
6	Diárias Pagas a Volantes, Município de Itaberá..... 179
7	Diárias Pagas a Volantes, Município de Itararé..... 180
8	Diárias Pagas a Volantes, Município de Riversul..... 181

## LISTA DE CARTOGRAMAS

CARTOGRAMA	Página
1 Distribuição das Trabalhadoras Volantes Ocupadas por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, 1979.....	53
2 Distribuição das Trabalhadoras Volantes Ocupadas por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, 1986, 1991 e 1996.....	54

**RESUMO**

O presente estudo teve por objetivo analisar a inserção da trabalhadora volante ou bóia-fria na agricultura de municípios do sudoeste paulista - Itaberá, Itararé e Riversul. Inicialmente foram apresentadas considerações sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, passando na seqüência, à análise do trabalho da mulher na agricultura, com destaque para a ocupação das trabalhadoras volantes. Avaliou-se, também, os principais condicionantes do crescimento do trabalho assalariado na agricultura paulista, bem como a situação sócio-econômica dos municípios pesquisados no contexto do desenvolvimento do Estado.

Os resultados da pesquisa foram baseados em informações obtidas por meio da pesquisa de campo, com a realização de entrevistas junto às trabalhadoras rurais e diversos setores ligados à agricultura local. A análise da inserção da mulher como bóia-fria na agricultura dos municípios pesquisados mostrou significativa relação do trabalho assalariado com o incremento do cultivo de feijão em moldes empresariais, a partir da década de 70. Com a tecnificação dos cultivos e as mudanças na composição da produção agrícola, as volantes passaram a seguir um calendário de trabalho restrito e excludente, adotando estratégias de sobrevivência que incluem

diversos serviços na cidade.

Diante do processo de exclusão do trabalho e, conseqüentemente, das precárias condições de reprodução como trabalhadores e trabalhadoras rurais, uma parcela destes vai se mobilizar na obtenção de terra para trabalhar.

## INTRODUÇÃO

As recentes pesquisas sobre mercado de trabalho no Brasil têm revelado o crescimento dos níveis da participação feminina nas mais diversas atividades, bem como novas tendências de ocupação. Até a década de 70, a participação das mulheres não ultrapassou o patamar dos 20,0% (do total de mulheres em idade ativa), enquanto que nos anos 90s esta taxa superou os 40,0%, com tendência a continuar crescendo (PIRES, 1995; WAJNMAN & PERPÉTUO, 1997).

Refletindo sobre este processo de mudanças do comportamento das mulheres frente ao mercado de trabalho, desenvolvem-se análises sobre os fatores determinantes do crescimento e da mudança de padrão da atividade feminina, tanto com relação aos aspectos demográficos quanto àqueles de caráter sócio-econômico. Atenção especial tem sido dedicada às mulheres que constituíram família com filhos, no sentido da compatibilização das atividades domésticas com as atividades de mercado, além dos fatores que identificam o trabalho das mulheres como importante para a composição da renda familiar. O processo de urbanização, a queda da fecundidade, a escolarização feminina, as mudanças nos arranjos familiares e os novos esquemas de cuidados domésticos, têm sido abordados (WAJNMAN & PERPÉTUO, 1997; LIMA, 1997).

As estatísticas, discutidas em vários estudos, apontam no sentido de mudanças na redefinição da divisão sexual do trabalho, atrelada às mudanças na sociedade e na família brasileira. Na década de 70 o movimento ocorreu com o grupo das mais jovens (entre 20 e 29 anos), enquanto que nas décadas de 80 e 90 com as mulheres adultas (PIRES, 1995).

LINHARES & LAVINAS (1997) colocam que nos últimos 20s anos foi possível eliminar da legislação do trabalho no Brasil um conjunto de normas e leis, que sob rótulo protecionista, restringiam o pleno acesso das mulheres ao mercado de trabalho ao considerá-las na condição de força de trabalho secundária, de apoio e não individualizada. As principais reivindicações foram no sentido da igualdade de oportunidades e da isonomia salarial com os homens. Se, por um lado, isto tem contribuído para a crescente homogeneização entre força de trabalho feminina e masculina - já que não há diferenciação explícita entre trabalhadores homens e mulheres - por outro lado, não eliminou totalmente discriminações no que diz respeito à ocupação feminina.

Em novembro de 1996 as mulheres recebiam, em média, 40% menos do que os homens na Grande São Paulo, considerando-se o total de ocupados. Quando se desagrega a informação para os setores da indústria, comércio e serviços, a maior diferença ocorreu no setor da indústria, onde os salários das mulheres correspondiam a 44% dos salários pagos aos

homens. A menor diferença ocorreu no setor de serviços, que inclui os serviços públicos (SILVA, 1997). Mesmo sendo esta uma informação agregada, sem levar em conta as especificidades das múltiplas profissões, é sem dúvida importante indicador das desigualdades que envolvem a incorporação da força de trabalho feminina nos setores da economia.

O assalariamento feminino é, portanto, um fato irreversível e ao analisá-lo nas transformação pelas quais vem passando, pode-se confirmá-lo num duplo ponto de vista: "a fixação do assalariamento feminino e seu corolário, a fixação do desemprego (BULPORT, 1986 p. 14). Exemplifica-se esta constatação, com a realidade verificada na Grande São Paulo, onde a taxa de desemprego entre mulheres passou de 10,6%, em 1989, para 17,2% em 1996 (SILVA, 1997).

Avaliar os diversos aspectos relativos à situação das mulheres no mercado de trabalho, mostrar as tendências de sua ocupação bem como evidenciar os problemas enfrentados, significa contribuir para a superação das desigualdades.

A crescente incorporação da força de trabalho feminina imprime, portanto, uma nova configuração do mercado de trabalho, que necessita ser examinada no contexto das transformações globais do trabalho. Conforme aponta PIRES (1995), no Brasil o grande mercado de trabalho compõe-se da articulação dos diversos mercados, que juntos acolhem três

formas básicas de relações de trabalho: a dos assalariados legais com carteira de trabalho assinada, a dos assalariados sem carteira de trabalho assinada nos mercados não regulamentados e a dos ocupados por conta própria nos mercados de trabalho informais. Assim se reproduz a força de trabalho nos moldes mercantis em uma estrutura heterogênea em tecnologia e produtividade.

A partir dos anos 80s, surge a questão do crescimento da informalidade e ilegalidade nas relações de trabalho. Associando esta realidade à inserção atual das mulheres no mercado de trabalho, pode-se constatar que é na informalidade onde se tem a ampliado a atividade feminina. Outra referência é a de esta incorporação têm ocorrido de forma mais intensa no setor terciário (engloba comércio e serviços).

No caso da agricultura, a participação daquelas que carregam as marcas da ilegalidade e da instabilidade no mercado de trabalho - as volantes ou bóias-frias - passa por um intenso crescimento após a década de 60.

No Estado de São Paulo, em 1981, cerca de 26% da força de trabalho empregada na agricultura era constituída pela categoria volante, sendo este percentual bem maior (cerca de 50%) em algumas regiões como a Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Ribeirão Preto (PROGNÓSTICO, 1982; BACCARIN, 1985).

Outro ponto destacado refere-se ao crescimento desigual da participação dos bóias-frias na força de trabalho do Estado de São Paulo, com aumentos mais significativos nas regiões urbanizadas e industrializadas como Campinas e Ribeirão Preto (ANTUNIASSI, 1976; VICENTE & BAPTISTELLA, 1987). Existe aí, uma forte associação com a presença marcante da cultura da cana.

Este fato remete à formação desta categoria de trabalho, que tem sido explicada como resultado do processo de transformações capitalistas pelo qual passou a agricultura, implicando na substituição de relações de trabalho - o colonato, por exemplo - por outras relações com base no assalariamento. Em termos da divisão sexual do trabalho, na medida em que as famílias dos assalariados perdem a função como unidades produtivas, a reprodução destas só será assegurada quando seus membros conseguem vender a força de trabalho. Desaparece a divisão espontânea do trabalho entre os membros da família e a venda da força de trabalho se faz obrigatória, encobrendo diferenças de sexo e idade na busca do emprego assalariado. (GUIMARÃES & BRITO, 1989).

No Estado de São Paulo, como importantes empregadoras da mão-de-obra volante, tem se sobressaído as culturas da cana-de-açúcar, da laranja, do café e do algodão, dentre outras. Em 1980, cálculos elaborados por GUIMARÃES & BRITO

(1989) evidenciaram como maiores empregadoras dos volantes a cana-de-açúcar e o café com valores de 26% e de 26,6% do total ocupado, respectivamente<sup>1</sup>. Dos volantes ocupados, 26,8% eram mulheres, com participações mais representativas no algodão (28,6%), no café (24,0%) e na cana-de-açúcar (32,0%). De acordo com a evolução da produção agrícola no Estado de São Paulo, atualmente a cana e a laranja constituem grandes absorvedoras do trabalho volante.

Em consequência da representatividade destas culturas, os estudos sobre as transformações capitalistas e das relações de trabalho rural, sobre as mudanças no processo de trabalho e a adequação qualitativa da força de trabalho à moderna agricultura, têm sido desenvolvidos preponderantemente com referência a estes cultivos.

O processo de modernização da agricultura alterou o mercado de trabalho de maneira expressiva. As modificações decorreram de dois movimentos: a modernização propriamente dita, associada à intensificação do uso de insumos e máquinas e a especialização em monoculturas inerente à formação dos grandes complexos agroindustriais e industriais. Esses movimentos atuaram no sentido de

---

<sup>1</sup> Foram consideradas as culturas de agave, algodão, arroz, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, fumo, mandioca, milho, soja e trigo. Além destas, horticultura (olericultura, fruticultura e floricultura), silvicultura, pecuária, avicultura, apicultura, um item referente a culturas não discriminadas e outro a atividade não definida. O maior percentual de volantes ficou alocado no item cultura não discriminada, dificultando assim a localização do emprego. Infelizmente culturas importantes como a laranja e o feijão não puderam ser avaliadas.

desestruturar a agricultura centrada no trabalho familiar, modificando as relações de trabalho no campo. Desta forma integrou-se a mulher no mercado de mão-de-obra assalariada.

A modernização propriamente dita significou o incremento do uso de insumos e máquinas com o intuito de elevar a produtividade da agricultura. Esse aumento verificou-se tanto no incremento da produtividade da terra, para o que contribuíram as novas variedades de sementes selecionadas e os fertilizantes e corretivos, como também na produtividade do trabalho com a intensificação do uso de tratores e máquinas nas atividades agropecuárias.

A disseminação do uso do trator e das máquinas agrícolas centrou-se nas tarefas de preparo do solo, plantio e tratos culturais com mais rapidez do que na colheita. O resultado direto deste fato está representado no crescimento da sazonalidade do trabalho, pois além da diminuição do uso mão-de-obra nestas tarefas, a maior produtividade da terra aumenta a necessidade de trabalho sazonal na colheita (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

A expansão da monocultura alterou o mercado de trabalho por imprimir um padrão específico de ocupação da mão-de-obra, concorrendo, também, para o acirramento da sazonalidade antes mencionada. Evoluem os grandes complexos agroindustriais e industriais representados, principalmente pela cana-de-açúcar e citros, na medida em que decresce a

importância do algodão e do café. A agricultura paulista passou de forma crescente a se concretizar como um enorme mosaico de regiões especializadas em determinadas culturas. Além da cana-de-açúcar e da laranja, verificam-se a pecuária, o feijão, o algodão, o café, a soja, dentre outros, localizados em regiões específicas. No contexto do Estado, apresenta-se a diversificação, porém, na realidade do lugar, no município, no mercado de trabalho local, configura-se, muitas vezes a monocultura, como é o caso do feijão em municípios do sudoeste paulista (GONÇALVES et al., 1990). Assim, a presença marcante de uma dada cultura faz com que as oportunidades de ocupação sejam bem maiores na colheita desta atividade.

Na cana-de-açúcar, por exemplo, ocorre a arregimentação de mão-de-obra temporária de outras regiões, com destaque para o Vale do Jequitinhonha e a Chapada Diamantina, para suprir a demanda sazonal na colheita. O estudo de GEBARA (1988) evidenciou a persistência deste processo no tocante a migração sazonal de trabalhadores do Vale do Jequitinhonha para a região canavieira de Ribeirão Preto (SP).

Exatamente na redução da sazonalidade, e conseqüentemente do emprego, atua recentemente a expansão da colheita mecanizada, mais estudada na cana-de-açúcar (VEIGA FILHO et al., 1994).

A inserção mais acentuada das mulheres no mercado de trabalho agrícola tem sido na colheita dos diversos cultivos, sendo inclusive preferida ao homem em alguns produtos como é o caso do algodão. Historicamente a mulher sempre trabalhou de forma intensa nas atividades agropecuárias. Na estrutura de produção familiar, isso ocorreu e continua ocorrendo, na pecuária leiteira, nas farinheiras artesanais, na "panha" do algodão e na colheita do café e demais cultivos, por exemplo. A modernização da agricultura ao vir acompanhada da expansão da monocultura, intensificou a ocupação das trabalhadoras como necessidade para sustentar sua expansão. Ressalte-se que ao se mecanizar as operações agrícolas e mais recentemente a colheita, exatamente as trabalhadoras sofrem maior discriminação perdendo primeiro a ocupação.

Neste contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a inserção da força de trabalho feminina - as trabalhadoras bóias-frias ou volantes - na produção agrícola de municípios do sudoeste paulista, com base na pesquisa de campo realizada nos municípios de Itaberá, Itararé e Riversul. A agricultura da região pesquisada está centrada na produção de grãos, notadamente o feijão, e na pecuária.

Analisou-se a ocupação da mão-de-obra volante feminina diante das transformações na produção agrícola, destacando

as conseqüências desse processo sobre sua reprodução como trabalhadora rural.

No decorrer do estudo foram avaliadas as mudanças ocorridas na agricultura destes municípios, especialmente aquelas relativas à composição da produção agrícola, distribuição da propriedade e posse da terra e mudanças técnicas nos cultivos.

Ao pesquisar a mulher como força de trabalho, partiu-se do enfoque segundo o qual do trabalho chega-se à questão do espaço, dado que não há produção do espaço que ocorra sem o trabalho (SANTOS, 1991). Considerou-se, também, que as trabalhadoras volantes possuem importante papel, através de seu trabalho, na formação da riqueza (ANDRIGHETTI, 1987; ROSSINI, 1988; SILVA, 1994).

Ao utilizar informações coletadas em entrevistas com as volantes ou bóias-frias, a análise partiu do seu trabalho e das condições de vida. As informações de campo foram complementadas com dados de pesquisa bibliográfica, dados de Censos Agropecuários e com informações diversas sobre a agricultura paulista e local, muitas das quais trabalhamos diretamente desde a obtenção até a fase de elaboração final dos resultados (emprego na agricultura paulista, salários rurais e técnicas empregadas na produção).

O resultado da pesquisa foi apresentado em cinco capítulos:

O primeiro capítulo apresentou considerações sobre o trabalho da mulher na agricultura, dedicando-se uma seção à análise da participação feminina na ocupação agrícola desde os anos 70s. Iniciou-se com uma reflexão sobre o trabalho em geral e a (re)produção do espaço, passando depois à inserção da força de trabalho feminina no desenvolvimento capitalista.

O segundo capítulo enfocou o crescimento do trabalho assalariado na agricultura paulista, destacando-se a evolução da categoria de trabalho volante. Em síntese, abordou-se a questão da concentração da propriedade e posse da terra, as mudanças na composição da produção agrícola e o progresso técnico nos métodos de cultivo.

Estes dois capítulos iniciais forneceram os subsídios necessários para o desenvolvimento do restante da pesquisa.

O terceiro capítulo, inicialmente, situou a região em estudo no contexto do desenvolvimento sócio econômico do Estado de São Paulo e do sudoeste paulista, apresentando, em seguida, a formação dos municípios de Itaberá, Itararé e Riversul e as transformações na agricultura local. O desenvolvimento deste capítulo foi baseado em estudos sobre o desenvolvimento do sudoeste paulista, em dados do Perfil Municipal e do Censo Agropecuário.

O quarto capítulo discute os principais resultados obtidos na pesquisa de campo, junto às trabalhadoras volantes ou bóias-frias. Analisa evidências das condições de trabalho e de vida, bem como sua integração ao processo produtivo. Às observações coletadas com as trabalhadoras, foram acrescentadas outras, obtidas por meio das conversas com sindicalistas, técnicos das Casas de Agricultura, pesquisadores do IEA e com os responsáveis pela distribuição das cestas básicas na região. Buscou-se também evidenciar as transformações da agricultura com base em pesquisas, nos Censos Agropecuários e em levantamentos de dados do Instituto de Economia Agrícola.

O capítulo cinco dedicou-se à análise da organização da categoria de trabalho volante, traçando inicialmente o panorama dos setores que já apresentam suas reivindicações organizadas em dissídios coletivos, para depois evidenciar as manifestações observadas na região em estudo.

Finalmente, nas considerações finais recuperou-se os principais pontos sobre a inserção das trabalhadoras bóias-frias na agricultura dos municípios pesquisados, elaborando-se um paralelo com as condições atuais vigentes no mercado de trabalho na agricultura paulista.

## 1. A MULHER COMO FORÇA DE TRABALHO NA AGRICULTURA: TRABALHO E (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O trabalho é um processo entre o ser humano e a Natureza, um processo em que o indivíduo, "por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a própria Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo sua natureza" (MARX, 1983, v. I, p.149). Esta é a consideração do processo de trabalho simples, isto é, independente de qualquer forma social determinada.

A ação que o ser humano realiza sobre o meio que o rodeia para suprir as condições necessárias à manutenção da espécie, denomina-se ação humana. Toda ação humana é trabalho. Não há, portanto, produção que não seja produção do espaço, e não há produção do espaço que ocorra sem o trabalho. Como o indivíduo não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico (SANTOS, 1991).

Com o desenvolvimento, o trabalho passa a ser muito mais que a simples ação sobre a natureza, mas sim um processo

realizado e dirigido com a finalidade de transformar o meio natural para torná-lo adequado às necessidades. Estas serão definidas pelos valores que existem na sociedade na qual se vive, e devem ser entendidas não apenas no plano biológico, mas também no plano da vida em sociedade, num determinado momento histórico. O trabalho não liga apenas o indivíduo à natureza, mas estes entre si, onde a atividade individual está ligada aquela mais ampla, que é social. Desta forma, o processo de trabalho implica, além da atividade individual, sua evolução que leva à divisão do trabalho. À medida que a submissão à natureza vai diminuindo, o espaço começa a ser produzido. O trabalho é o ato através do qual o ser humano se relaciona com outros e produz o espaço (ROSSINI, 1988).

MOREIRA (1988, p.35) coloca: "o arranjo do espaço geográfico exprime o *modo de socialização* (grifo do original) da natureza. Tal o modo de produção, tal será o espaço geográfico. O processo de socialização da natureza pelo trabalho social, ou seja, a transformação da história natural em história dos homens (ou da história dos homens em história natural), implica uma *estrutura de relações sob determinação do social* (grifo do original)". Complementa o autor: "em virtude de o processo de produção ter de se repetir indefinidamente, a *ordem espacial* (grifo do original) ganha existência permanente. Sem reprodução da produção, a produção do arranjo espacial seria efêmera, restrita ao momento da

socialização da natureza. Não chegaria a materializar-se em formas duradouras e definitivas...O processo do trabalho organiza o espaço como condição de sua própria reprodução organizada" (MOREIRA, 1988, p. 39).

Num primeiro momento, ainda não dotado das próteses que aumentem sua capacidade transformadora e sua mobilidade, o ser humano é criador, mas subordinado. As invenções técnicas vão elevando o poder de intervenção e a autonomia relativa dos indivíduos, ao mesmo tempo em que se amplia a parte da *diversificação da natureza* (grifo do original) socialmente construída (SANTOS, 1997).

Esse processo, atrelado à disponibilidade de tecnologias, encontra sua expressão maior no desenvolvimento da produção capitalista. "Com a marcha do capitalismo, amplia-se a tendência a que, sobre a *diversificação da natureza*, operada pelas forças naturais, se realize uma outra *diversificação*, também à escala global, mediante forças sociais. Primeiro o *social* ficava nos interstícios; hoje, é o natural que se aloja ou se refugia nos interstícios do social (SANTOS, 1997, p. 106).

É um desenvolvimento que partiu da expropriação dos meios de produção de parcela da população, constituindo, assim, uma classe que para se reproduzir tem como única condição a venda da força de trabalho, que somente apareceu como mercadoria quando seu possuidor foi obrigado a vendê-la

como trabalhador livre.

Quando o indivíduo se encontra completamente despojado de seus instrumentos de trabalho, todas as suas capacidades físicas e mentais capazes de produzir um determinado bem não apresentam para si nenhum valor de uso, pois mesmo possuindo tais faculdades físicas e mentais não poderá produzir nada. Estas faculdades físicas e mentais são postas a venda no mercado e o patrão passa a ser o proprietário da força de trabalho (AQUINO, 1994).

No modo de produção capitalista a relação entre o indivíduo e o meio é permeada por uma ampla divisão social do trabalho que se projeta no espaço através de uma grande complexidade de formas, que vai aumentando quanto mais o capital estenda seu domínio sobre os segmentos da atividade social. O espaço capitalista se apresenta, então, como um espaço de relações entre trabalho e capital e de relações intra e intercapitais, comandadas pela acumulação capitalista, onde a expressão geográfica é segmentação do espaço em frações. Porções do espaço atuarão como *locus* da acumulação, nas quais a riqueza se concentrará, enquanto outras atuarão como *locus* de produção e expropriação de excedentes. Desta forma, o arranjo espacial expressa a estrutura de classes (MOREIRA, 1988).

Para SANTOS (1997) a divisão do trabalho pode, também, ser vista como um processo pelo qual os recursos disponíveis

se distribuem social e geograficamente. O autor considera recurso, toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos indivíduos, empresas e instituições. "Recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, idéias, sentimentos, valores" (SANTOS, 1997, p. 106).

No processo de desenvolvimento capitalista, há a população que constrói objetivamente o espaço produzido, que é força de trabalho social viva, e o da população que não produz diretamente o espaço. O capital e sua crescente reprodução ampliada reproduzem constantemente dois fenômenos: o da população ativa, que trabalha para a produção do capital e o da população disponível, que não é absorvida, compondo o exército industrial de reserva. Uma parte da população produz efetiva e diretamente o espaço por intermédio de um dado tipo de trabalho (agrícola, industrial) enquanto outra parcela da população participa indiretamente, na medida em que seu trabalho não produz diretamente o espaço (comércio, serviços), mas viabiliza os primeiros.

De acordo com o necessário, haverá um esforço para aumentar a população trabalhadora, e ao mesmo tempo um esforço no sentido de diminuir o tempo de trabalho necessário para a produção. Estabelece-se a contradição do capitalismo, ao criar sobretrabalho e ao mesmo tempo abolir o trabalho necessário. Todas as parcelas da população, de forma desigual e

diferenciada, se apropriam do espaço produzido, sendo o processo de apropriação estabelecido pelo lugar que o indivíduo possui no processo de produção, e conseqüentemente, pelo lugar que esta classe ocupa na sociedade (CARLOS & ROSSINI, 1983; ROSSINI, 1986; ROSSINI, 1988).

### **1.1. Motivações e Considerações sobre a Inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho: ontem e hoje**

No século XIX desenvolvem-se as grandes cidades européias e americanas, cresce a proletarização do campesinato e da utilização intensiva de mão-de-obra masculina, feminina e infantil nas indústrias. As revoluções agrícola e industrial prejudicaram, em grande parte, as classes pré-capitalistas: o camponês e o artesão independentes. Desbarataram, também a produção doméstica e a divisão intra-familiar do trabalho, incorporando homens, mulheres e crianças no exército industrial, todos inseridos na divisão social do trabalho comandada pela dinâmica do mercado (SINGER, 1992).

Foi a partir do aproveitamento do vapor na indústria, substituindo teares com agulhas, que fiandeiras e tecedeiras tiveram que procurar um trabalho junto ao grande forno da fábrica. Inicialmente na Inglaterra, depois na Bélgica e na França e mais tarde na Alemanha, as mulheres vão vivenciar o

fim do trabalho industrial a domicílio. Primeiro são os homens que saem do lar e procuram se empregar nas fábricas, eles que antes não fiavam e consideravam esta tarefa infame, vão fiar nos aparelhos mecânicos das manufaturas. Muitas profissões que até então eram femininas passam a ser desenvolvidas por homens (SULLEROT, 1970). Essa alternância de ocupações, entre homens e mulheres estará sempre presente no sistema capitalista.

A força de trabalho feminina pode ser usada pelo capital, em conjunturas específicas de expansão e/ou com a finalidade de baixar custos de produção, sob o argumento de que a mulher seria mais propícia à criação de mais-valia absoluta. Sobre este aspecto, Marx relata a preferência de fabricantes por trabalhadoras casadas em atividades mecânicas, sobretudo aquelas que têm uma família numerosa; estas são mais atentas e mais disciplináveis do que as mulheres não casadas e, além disso, são forçadas a trabalhar até a exaustão a fim de obterem os meios de subsistência necessários. É assim que as virtudes que melhor caracterizam a mulher se voltam contra ela própria (MARX, LÊNIN e ENGELS, 1980).

Com o desenvolvimento da indústria moderna, passa-se a trabalhar não mais com uma ferramenta manual, mas sim em uma máquina que manipula a ferramenta. E mais mulheres se transformam em trabalhadoras assalariadas, como parte de um processo que substitui trabalhadores qualificados por não

qualificados, adultos por crianças e homens por mulheres. Essa desqualificação do processo de trabalho visa maior controle por parte dos empregadores, levando à redução da capacidade de organização do trabalho. Argumenta-se que a incorporação das mulheres no mercado de trabalho contribui para quebrar a capacidade de resistência a este controle (PENA, 1981).

Outro aspecto ressaltado em relação ao trabalho assalariado das mulheres é o da interface com o exército industrial de reserva. A força de trabalho feminina funcionaria como reserva de mão-de-obra pronta para ser empregada quando dela o sistema produtivo tivesse necessidade - fato observado historicamente na Revolução Industrial e nas crises de mão-de-obra após as grandes guerras. Seriam poucas as fases históricas das sociedades competitivas em que a força de trabalho apresenta maior nível de ocupação, o que indica não uma solução para as mulheres, mas sim um recurso, através do qual as sociedades de classes procuram redefinir o seu padrão de equilíbrio. Em resumo, o trabalho da mulher desempenharia funções de natureza idêntica ao do exército de reserva, rebaixando o nível geral de salários e sendo ciclicamente absorvido (SAFFIOTI, 1979; PENA, 1981; SCHUCH, 1984).

Nesta linha de pensamento, os condicionantes básicos da subordinação feminina no mundo do trabalho estariam relacionados à divisão social do trabalho e à propriedade

privada dos meios de produção. A inserção das mulheres, assim considerada como uma incorporação de força de reserva para o capital, ou como ocupações relativamente menos qualificadas e precárias e de baixos salários, capta o ingresso no mercado de trabalho das mulheres pobres, com a finalidade de garantir a sobrevivência. Por outro lado, não consegue explicar a inserção das mulheres determinada por outras relações sociais (PIRES, 1995).

SAFFIOTI (1976) ao analisar o grau e a qualidade da participação feminina na estrutura ocupacional das formações sociais capitalistas, acrescenta ser necessário considerar, também, outros papéis fundamentais. A posição da mulher deve ser vista através das quatro funções principais que ela desempenha em sociedade: da produção, da sexualidade, da reprodução e da socialização da geração imatura.

Acrescente-se que a subordinação observada na produção de bens é reforçada por aquela que se verifica na produção de seres humanos. Indissociáveis, na essência, as duas formas de subordinação compartilham de relações de mesma natureza, ou seja, relações sociais, que atuam imbricadas na produção e na reprodução (COMBES & HAICAULT, 1986). Desta forma, as relações entre homens e mulheres - relações de gênero - partilham da mesma natureza das relações de classe. Por sua vez, as relações de gênero compreendem relações entre pessoas e grupos de pessoas de gêneros diferentes

(masculino e feminino) tendo como fundamento a subordinação da mulher ao homem- subordinação de gênero (SILVA, 1994).

No mesmo contexto de discussão existem as explicações para a problemática do trabalho da mulher como resultado da ideologia vigente, solidificada através de idéias propagadas não só na família, como também em outras instituições sociais, permitindo à mulher a execução de tarefas exclusivamente femininas. Cite-se, por exemplo, o magistério, enfermagem, assistência social, etc. Nas sociedades capitalistas, o ingresso da mulher no mercado de trabalho não possibilitou a ela igualdade de direitos, sendo o trabalho feminino visto como subsidiário do trabalho masculino (SCHUCH, 1984).

Para PIRES (1995) a temática sobre as razões e formas da inserção da mão-de-obra feminina no sistema produtivo brasileiro ainda é controversa. Devido à expansão do trabalho da mulher, cresce também a preocupação em explicar o ingresso recente das mulheres brasileiras no mercado de trabalho. A taxa de atividade feminina, que era relativamente baixa no país até os anos 70s (sempre inferior a 20% da população feminina em idade ativa), apresenta a partir de então um crescimento ininterrupto. Em 1990, esta taxa já era de 32,9%. Apesar das diferenças entre as taxas de atividade e a participação desigual na população economicamente ativa, pode-se considerar o avanço bastante significativo, lembrando-se que as mudanças em curso são mediadas por relações de gênero e

acontecem transformando as relações familiares e entre os sexos. Este movimento representa, no momento presente, uma das mudanças sócio-culturais e econômicas mais importantes no mercado de trabalho do Brasil.

Outros fatores são apontados no que diz respeito às diferenças quanto as motivações femininas para ingressar ou não na força de trabalho. Se para as mulheres pobres o ingresso no mercado de trabalho esta mais correlacionado à baixa renda familiar, para as mulheres de classe média, a situação é outra. Estas últimas possuem escolaridade superior e maior acesso a serviços pagos (empregadas domésticas, lavanderias, creches, etc.) procurando, por meio do trabalho, a realização e a afirmação profissional fora do lar. Sob esse enfoque, a inserção das mulheres estaria relacionada às possibilidades de conciliar trabalhos domésticos e produtivos, principalmente quando o desenvolvimento das forças produtivas as libera dos trabalhos domésticos, este agora dependente da produção de mercadorias (PIRES, 1995).

Na atualidade, emergem críticas à visão do trabalho da mulher como complementar ao do homem. Ao se destacar apenas o aspecto econômico, o tempo de trabalho privado (fora do lar) seria proporcional às necessidades, aumentando nas épocas de crise e recessão. Daí se caracterizaria a relação de complementaridade e a negação ao direito à individualização e à autonomia (LAVINAS, 1994). Para BLAY (1997) as mulheres

sempre trabalharam, sob a alegação de que faziam isso para ajudar em casa. Essa ajuda era, inúmeras vezes, a única fonte de renda da casa, segundo revelaram pesquisas. O caráter "ajuda" tem reforçado as desigualdades em termos do que se paga ao homem pelas mesmas tarefas.

BULPORT (1986) acrescenta que a idéia de trabalho periférico atribuída ao trabalho das mulheres, ou seja "a sexuação implícita das categorias sócio-profissionais conduz à reflexões em termos de reserva de mão-de-obra, de segmentação do mercado de trabalho, que fazem com que a mão-de-obra feminina seja um elemento completamente à parte, específico, maleável, como se ela não participasse, no seu conjunto, das relações sociais existentes mas fosse um acessório das relações sociais (para o caso em que dela se necessitasse). Mas, então, como explicar a crescente taxa de atividade das mulheres apesar da crise, da não qualificação e dos baixos salários" (BULPORT, 1986, p.21). Relacionado à inserção das mulheres no mercado de trabalho (do ponto de vista do capital, recurso de mão-de-obra facilmente mobilizável) o autor menciona um elemento muito importante: há o fato de que elas ingressam na atividade ao mesmo tempo contribuindo para uma eventual transformação nas relações sociais e da relação salarial.

## 1.2. A Força de Trabalho Feminina na Agricultura

A presença da mulher no trabalho da lavoura e criação de animais sempre foi marcante:

"A idéia de cultivar o solo veio das atividades de coleta exercidas pelas mulheres. Observando as plantas selvagens, desenvolvendo um certo conhecimento sobre seus ciclos biológicos, sua reprodução, sua maturação, elas inventaram a cultura dos solos e descobriram a agricultura, passando da simples apropriação (coleta) à produção" (CALIÓ, 1991, p.57).

No Estado de São Paulo, com a implantação do trabalho livre na agricultura em meados do século XIX, a mulher participava das atividades gerais, principalmente da colheita do café juntamente com as crianças, as quais desde as tenras idades de 5 a 6 anos (ANTUNIASSI, 1983).

No colonato, a mão-de-obra era contratada em unidades familiares, reforçando a união da família. O contrato era assinado pelo chefe da família o qual recebia o ordenado. Ao homem cabia a autoridade de coordenar as atividades; às crianças, o cuidado dos pequenos animais e da colheita e à mulher os trabalhos domésticos, a produção dos valores de uso, cultivo da roça de subsistência e a colaboração na colheita do café. Por ser o pagamento determinado pelo número de enxadas, ou seja, trabalhadores adultos, que deveriam ser no mínimo

três, quanto maior o número de filhos maior seria a possibilidade de ganhos futuros (ROSSINI, 1988).

A preferência pelo trabalho familiar ligava-se ao fato de os imigrantes com suas famílias serem menos propensos a deixar a fazenda, pois para os fazendeiros era inconcebível o abandono das famílias por qualquer um de seus membros. "A noção de família oferecia aos fazendeiros lucros substanciais. Um parceiro geralmente concordará com uma divisão do produto que não cobrirá totalmente o preço de mercado potencial da mão-de-obra familiar, pois se ele recusasse, o trabalho de sua família ficaria subempregado ou desempregado. Com efeito, os cafeicultores por vezes proibiam que os imigrantes e seus familiares trabalhassem fora da fazenda.... As esposas e os filhos eram especialmente úteis quando a demanda de mão-de-obra aumentava na época da colheita" (STOLCKE, 1986, p.351). Além disso, a família por ser responsável pela produção de alimentos para sua manutenção, ocasionava ainda mais a diminuição dos custos unitários da mão-de-obra.

A transição do regime de colonato para o de salariedade levou à transformação da família extensa em família nuclear, onde agora os membros receberiam um salário individual. Assim, homens e mulheres continuam a se reproduzir como trabalhadores e trabalhadoras dentro de famílias, com atitudes e comportamentos diante do trabalho remunerado mediados por suas responsabilidades familiares específicas socialmente

definidas. Ao longo do tempo, esse processo não foi acompanhado pela existência de uma infra-estrutura de serviços que facilitasse à mulher o cuidado dos filhos para que pudesse desempenhar as tarefas econômicas (SAFFIOTI & FERRANTE, 1981; STOLCKE, 1986; ROSSINI, 1988).

SILVA (1977) ao estudar a estrutura ocupacional feminina no Rio Grande do Sul no período 1920-1970, concluiu, com relação ao trabalho da mulher no setor primário, que o crescente emprego de métodos mecanizados não levou a uma diminuição de sua ocupação, pois paralelamente à agricultura capitalizada, se mantém ou se desenvolve um setor de subsistência, que absorve continuamente mão-de-obra feminina.

Para o Estado de São Paulo, Município de Valparaíso, o estudo de PAULILO (1976) mostrou o grau de integração da mão-de-obra feminina na produção agrícola e os principais fatores determinantes desta integração. A pesquisa foi feita junto a pequenos (até 15,0 ha), médios (15,1 a 90,0 ha) e grandes proprietários (acima de 90,1 ha), parceiros e assalariados residentes. Nas pequenas explorações, a mulher tem participação efetiva e não remunerada no trabalho agrícola. Nas médias e grandes explorações, ela aparece, principalmente, como mão-de-obra volante e como membro não remunerado das famílias dos parceiros que exploram parte destas propriedades. As mulheres dos assalariados residentes dificilmente trabalhavam. Concluiu, ainda, que no caso da pequena

exploração, onde está em jogo a sobrevivência, nem a idade da mulher, nem o ciclo da família, nem a gravidez ou a existência de filhos pequenos e tampouco o trabalho doméstico a impedem de trabalhar na roça.

No município pesquisado pela autora, o café alcançou o auge na década de 40, quando começa a decair e vai sendo substituído pelo algodão. Esta segunda cultura tem produção significativa até 1970, quando também começa a declinar e vai sendo substituída pelo gado que já estava presente na área, mas não de maneira tão significativa. Por ocasião do estudo, o café era cultivado nas pequenas e médias propriedades, ao lado das culturas de subsistência. Nas propriedades de tamanho médio já se presenciava o gado, enquanto que nas grandes a criação bovina predominava, indiscutivelmente.

SCHUCH (1984) analisou os aspectos referentes à atividade da mulher no processo produtivo de pequenas propriedades agrícolas. Na região onde foi realizado o estudo - o município de Cruzeiro do Sul (RS) - predominam as pequenas propriedades agrícolas. Nesta região ocorreu o incremento da mecanização e a adoção de insumos modernos. Foram pesquisadas pequenas propriedades, sendo que na maioria delas o trabalho da mulher é componente importante na força de trabalho familiar. Com a mecanização das atividades agrícolas, a mulher continua exercendo quase toda a atividade produtiva manual, enquanto que o marido maneja as máquinas - com exceção da

ordenhadeira mecânica, geralmente operada pela mulher. São principalmente os homens que operam as máquinas. De outro lado, a redução do tempo de trabalho da mulher só se verificou nas propriedades onde os filhos adultos as substituem na lavoura. Mesmo assim, permanece com a responsabilidade sob as atividades da horta e do quintal.

O estudo de SAFFIOTI & FERRANTE (1984) chamou a atenção para outras faces que aparentemente multiplicaram a participação da mulher no setor agrário. Sua vida rural sempre a marcou fundamentalmente como produtora das condições materiais imediatas para a reprodução da força de trabalho, definindo-a como trabalho marginal ao capital. A agricultura de subsistência - reduzida em função das políticas agrícolas, da pressão à concentração fundiária, etc., que ceifaram sua capacidade de recriação - era o tipo de produção agrícola que de fato absorvia maior força de trabalho feminino. As famílias configuravam funções dentro de uma unidade de produção, que foram substituídas por unidades assalariadas individuais, o que fez com que a sua reprodução só fosse assegurada com a venda de trabalho por parte de todos os seus membros.

Considerando as produtoras rurais de algodão no município de Leme, no Estado de São Paulo, o estudo de PANZUTTI (1992) analisou a inserção produtiva e reprodutiva de um grupo de mulheres produtoras familiares de algodão, que vivenciaram momentos distintos da cultura, ou seja, antes e

depois da modernização agrícola. Combinando o trabalho doméstico e o trabalho agrícola, a mulher participava na operação da capina, raleação, colheita ou ainda nas atividades de adubação, aração com burro ou cavalo e até na aplicação de veneno. No terreiro secava, malhava e ensacava o algodão, café e feijão. Participava na plantação para a subsistência de arroz, feijão e cuidava da pequena criação. Foi um tempo marcado pela participação ativa e constante da mulher, mas entretanto para o público essa participação foi minimizada como "ajuda", pois o espaço de trabalho é predominantemente masculino. A modernização do processo produtivo da cultura, atinge de forma diferenciada os diversos segmentos sociais. Uma parcela, permanece no trabalho agrícola, porém na condição de assalariadas e naquelas atividades não mecanizadas como a colheita. Na produção familiar, a coesão entre unidade de produção e reprodução se rompe, parte dos homens permanece na produção enquanto que a mulher é liberada do trabalho na roça, agora realizado pela máquina. Esta situação se viabilizou para aqueles produtores que conseguiram manter como estratégias de produção, a formação do patrimônio fundiário próprio, em dimensão com a tecnologia necessária, obtendo assim renda suficiente para a manutenção do processo produtivo. A organização do trabalho familiar visava reduzir ao máximo a necessidade do trabalho externo, sendo esta empregada por ocasião da colheita.

No mesmo sentido vai a conclusão de WANDERLEY (1986), também com referência à cultura do algodão, ou seja, ocorreram diferentes situações para os membros da família produtora. A tecnificação da cultura acentuou a divisão entre os que trabalham e os que não trabalham, redefiniu a divisão do trabalho entre a execução e a gestão da unidade e acentuou a especificidade dos espaços de trabalho familiar e do trabalho assalariado. A família adota novas estratégias, mudando-se para a cidade visando o estudo dos filhos, o que afasta a mulher do processo produtivo.

É importante mencionar a situação de pequenos produtores rurais, onde as estratégias para reprodução como tais, impõem para as mulheres, além dos trabalhos no campo, o trabalho remunerado. O trabalho de SILVA (1994) teve por objetivo apreender os mecanismos mediante os quais a sociedade, através de suas modalidades de produção, produz e reproduz o espaço, analisando a inserção da mulher no trabalho remunerado enquanto estratégia de sobrevivência de pequenos produtores no Agreste Pernambucano. Produzindo basicamente gêneros alimentícios para o consumo familiar, o produtor de subsistência sempre associou o cultivo da pequena parcela de terra de que dispunha com o assalariamento de toda a força de trabalho disponível, na entressafra. Nesta região, a transformação do campo se fez via pecuarização, expulsando a agricultura de subsistência da propriedade pecuarista. A

mudança levou à desagregação das formas tradicionais de organização da agricultura e à inserção das mulheres na atividade do bordado, além do desempenho da atividade rural.

Outra forma de abordagem do trabalho da mulher consiste na análise dos elementos que envolvem o processo de proletarização, bem como das condições de trabalho nas diferentes formas de assalariamento. Entre os estudos elaborados, cita-se o de MARTINEZ-ALIER (1979). Através de entrevistas realizadas com trabalhadoras volantes no interior do Estado de São Paulo, a pesquisa teve por objetivo mostrar em que medida as opções de trabalho dessas mulheres e seu desempenho, podem ser interpretados puramente em termos econômicos. Procurou, também, verificar a importância de variáveis culturais historicamente determinadas, relacionadas com a definição de papéis sexuais e organização familiar. Estas devem ser consideradas quando se analisa suas opções de trabalho por implicarem em certas restrições sobre a proletarização das mulheres. Concluiu ser uma combinação de fatores, tanto econômicos como sociais, que dão conta de explicar as diferenças quanto ao trabalho, das atitudes e desempenho de homens e mulheres. Por estarem em uma turma de trabalho fixa, suportavam uma boa parte da rudez do empregado, para garantia do serviço mais estável. Leva-se em conta que o mercado de trabalho oferece maiores oportunidades para os homens do que para as mulheres, reduzindo o poder de

barganha das últimas, o que contribui para a maior submissão. A pesquisa mostrou, que apesar das mulheres venderem sua força de trabalho como volantes, não aconteceu uma redefinição dos papéis sexuais e de organização familiar. Pelo contrário, o trabalho da mulher continuava a ser visto como subsidiário ao do homem.

Ainda na década de 80 novas revelações foram apontadas. ROSSINI (1988) verificou o aumento da participação da mulher na força de trabalho na mais importante área canavieira do Estado de São Paulo. O elemento novo apontado pela autora vem do seguinte fato: da relação de ajuda ao trabalho familiar à introdução na produção altamente capitalizada, que caracteriza a monocultura canavieira, a mulher passa a ser absorvida como mão-de-obra individualizada, assalariada.

A organização da família pouco se altera, muda apenas, a questão da autoridade, não sendo mais o chefe da família que determina a atividade a ser desenvolvida pelos componentes da unidade familiar, mas cada um se organiza em função das oportunidades individuais. Há uma unidade em termos de soma das rendas para garantia da sobrevivência miserável. Sobre a questão da autoridade, a mulher não a perdeu, já que não a tinha, o que na verdade acrescentou foram responsabilidades, pois em geral continuam reservados a ela os trabalhos domésticos, não havendo divisão deste trabalho na família e como operária vai à luta para compor a renda familiar. A

inserção da mulher na produção canavieira tem ocorrido não só para a maior exploração da força de trabalho, como também no sentido de ampliar o espaço ocupado com a atividade.

Com um enfoque distinto de ROSSINI, mas lembrando também da idéia da trabalhadora como mão-de-obra individualizada, o trabalho de NORONHA (1991) discute aspectos do processo pedagógico no interior das relações de trabalho assalariado no campo, tendo como sujeito a mulher trabalhadora da cana-de-açúcar da Zona da Mata de Minas Gerais. A mulher do meio rural esteve, historicamente ligada ao trabalho, porém, o fato de se assalariar vai implicar num processo de aprendizagem, principalmente quanto às novas relações de trabalho. Isso significa acordar mais cedo para fazer as atividades domésticas, ir até o ponto aonde ficam os turmeiros que contratam o trabalho; precisa ainda se educar para novos espaços, tempo e ritmos e a obedecer a hierarquia. Ao lado disso tudo, aprende a resistir, a defender seus direitos e da família, enfim, a buscar melhores condições para os filhos. A pesquisa foi realizada com trabalhadoras de turmas fixas, por se encontrarem regidas por um contrato de trabalho, contrato este que tanto disciplina quanto oferece chances de uma aprendizagem em favor dos interesses de classe. Para estas, apresenta-se um quadro formado por diversas funções: ser trabalhadora produtiva para os outros, continuar sendo mãe, provedora de suas energias e das de seu marido e filhos e

buscar seus direitos. Percebe, entretanto que seu ingresso neste tipo de trabalho não representa uma melhoria nas condições de vida de sua família - o que constitui o primeiro passo na aprendizagem da resistência e da construção de sua identidade.

### 1.3. Ocupação da Mão-De-Obra Volante Feminina na Agricultura Paulista

Com a finalidade de mostrar a inserção da força de trabalho feminina na agricultura do Estado de São Paulo, serão apresentados dados obtidos pelo Instituto de Economia Agrícola. Iniciou-se com a evolução do emprego agrícola no Estado de São Paulo, passando-se, na seqüência, ao panorama da ocupação das trabalhadoras volantes nas atividades agrícolas.<sup>2</sup>

Embora tenham sido efetuadas, na década de 50, estimativas sobre o total de pessoas engajadas, foi a partir

---

<sup>2</sup> Os dados sobre demografia e mão-de-obra na agricultura paulista, obtidos sistematicamente pelo sistema de amostragem do Instituto de Economia Agrícola (IEA), têm sido utilizados em diversas pesquisas sobre população e mercado de trabalho rural. Desde o final da década de 40, a então Divisão de Economia Rural, hoje Instituto de Economia Agrícola (IEA), preocupou-se em estudar formas de levantamentos estatísticos por amostragem, não só do ponto de vista econômico, como também do social. A execução dos trabalhos teve início em 1950, sendo que a partir de 1952/53 os levantamentos passaram a ser sistemáticos, para previsão e estimativas de safras. Trabalhos que descrevem o esquema amostral do levantamento no decorrer das décadas são: SCHATTAN (1953) e (1973), CAMPOS e PIVA (1974), CAMARGO (1988). Os trabalhos que apresentam especificamente os levantamentos sobre demografia e mercado de trabalho são: VICENTE e BAPTISTELLA (1986) e (1987), VICENTE et al. (1988), VEIGA et al. (1990) e (1995).

de 1962 que os levantamentos sobre demografia e mão-de-obra tornaram-se rotineiros, com o objetivo de obter estimativas sobre a população total ligada diretamente às atividades agrícolas do Estado. O trabalho volante passou a ser levantado a partir de 1964 sendo que anteriormente existia apenas uma questão geral sobre a mão-de-obra temporária residente fora da propriedade. Desde 1976 até os dias atuais, dada sua relevância no campo, as questões sobre volantes (bóias-frias) passaram a ocupar maior espaço nos questionários, com início do levantamento do número de dias-homem utilizados durante o ano, possibilitando análises de sazonalidade, nível e tendências da ocupação da mão-de-obra. É também a partir desta data que se inicia a série dados sobre mão-de-obra volante considerando-se o sexo. Estes dados são coletados juntamente com o levantamento de previsão e estimativas de safras no Estado de São Paulo (VICENTE et al., 1988).

De acordo com estimativas obtidas em 1955, o total de pessoas adultas engajadas na agricultura paulista era de 1.392,0 mil, neste ano. Em 1962, o levantamento informou 1.253,5 mil residentes nos imóveis rurais, porém, ainda sem possibilidades de se avaliar a totalidade das pessoas ocupadas, ou seja, sem computar a mão-de-obra em atividades rurais mas residente na cidade. Já as estimativas referentes à década de 70 contemplaram esta possibilidade: em junho de 1970 foram estimadas 1.583,0 mil pessoas ocupadas sendo 1.316 mil

residentes nos imóveis, 195 mil volantes e 72 mil não residentes nos imóveis rurais (englobando a categoria proprietários e as diversas categorias de trabalho permanente). Dentre os residentes, as categorias mais representativas eram os proprietários, parceiros e diaristas, com 40%, 20% e 13%, respectivamente (VICENTE & BAPTISTELLA, 1986).

No final da década de 70, alterou-se a composição da população trabalhadora no campo. Os dados referentes a 1979 indicaram 1.467 mil pessoas, sendo 870 mil residentes, 408 mil volantes e 189 mil outros residentes (categoria de proprietários, arrendatários, parceiros e seus familiares e assalariados em geral, exceto volantes). O decréscimo ocorrido no total de pessoas empregadas foi de 7,2%, em relação a 1970, salientando-se que os volantes e outros não residentes passaram a constituir 40,8% da força total de trabalho, quando em 1970 eles representavam 16,9% (VICENTE & BAPTISTELLA, 1986). Note-se que, ao lado do crescimento da ocupação da mão-de-obra volante, esta informação permite também a observação de uma nova tendência: a preferência pela residência na cidade, exercendo, porém, a atividade de trabalho rural.

Em resumo, a mão-de-obra residente nos imóveis rurais paulistas apresentou, basicamente, três tendências no período considerado. A primeira refere-se à diminuição da mão-de-obra residente, sendo que este decréscimo não se deu de forma

uniforme durante toda a década, mas apresentou-se mais acelerado no início do que no fim. No período 1971-72 a 1975-76, decresceu a uma taxa de 7,1% a.a., mas entre 1975-76 e 1979-80, esta taxa diminuiu para 2,0% a.a. A segunda tendência se expressa no aumento da participação do trabalho assalariado; enquanto a categoria mensalista apresentou acréscimo, tanto em número quanto em porcentagem, a categoria proprietário apresentou decréscimo em termos numéricos, ainda que em termos percentuais tenha aumentado a sua participação no total ocupado ao longo da década. A terceira tendência é a diminuição das formas tradicionais de ocupação da mão-de-obra, como o arrendamento e a parceria. Com relação à mão-de-obra não residente, a ocupação de volantes ou bóia-frias veio aumentando acentuadamente durante a década (GARCIA, 1986) (Tabela 1).

Em 1971 a participação da população trabalhadora feminina residente nos imóveis rurais em relação ao total era de 19%, ficando ao redor de 15% em 1981. O total de trabalhadoras residentes decresceu, também em termos absolutos. O decréscimo mais acentuado ocorreu nas categorias de parceiros, arrendatários, colonos e empreiteiros. Relativamente, há um aumento na participação das mulheres familiares do proprietário bem como das assalariadas (mensalistas e diaristas residentes). Sobre esse aspecto, vale lembrar que a residência na cidade leva a diferentes situações

para as mulheres, algumas das quais evidenciadas nos diversos estudos apresentados no item anterior. As indicações são de que a permanência na atividade rural tem sido significativa na condição de assalariada (Tabela 2).

De meados da década de 80 até 1988, a agricultura passa por um período favorável, lembrando-se que em 1986 foi adotado o Plano Cruzado com reflexos imediatos sobre a demanda por produtos alimentares<sup>3</sup>. De 1986 até 1988, o número de pessoas empregadas na agricultura cresce, ocorrendo em 1988 o maior contingente, com 1.624,0 mil.

A explicação do crescimento da mão-de-obra ocupada na agricultura no período 1986-88, encaminhou-se no sentido de que as crescentes safras agrícolas foram responsáveis pelos efeitos positivos no mercado de trabalho. Os fatores estruturais - adoção de novas tecnologias e programas que levem à alterações na composição da produção - tiveram influência menos significativa, quando comparados à década de 70.

Neste período não aconteceram programas como fora o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), ou a política creditícia efetivada na década de 70, a ponto de caracterizarem mudanças bruscas na composição dos produtos, na base técnica de produção, etc..

---

<sup>3</sup> Infelizmente as estimativas sobre o mercado de trabalho rural no período de 1982 a 1984 não foram processadas, portanto não estão disponíveis. Este foi um período de crise econômica para o País, com situação de desemprego.

TABELA 1. Estimativa do Número de Habitantes, da População Trabalhadora Residente e Não Residente nos Imóveis Rurais, Estado de São Paulo, 1971-1996. (em 1000)

Ano	Habitantes	Pop.Trabalhad. Residentes <sup>(1)</sup>	Outros não residentes <sup>(1)</sup>	Volantes	População tra- balhadora total
1971	2.518,1	1.323,1	124,6	349,9	1.797,6
1972	2.474,4	1.259,9	148,1	345,4	1.753,4
1973	2.364,8	1.211,4	117,9	354,7	1.684,0
1974	2.092,0	1.001,6	68,9	329,9	1.400,4
1975	1.800,6	908,5	79,8	334,2	1.322,5
1976	1.732,6	872,6	192,6	298,1	1.363,3
1977	1.663,3	844,7	160,7	488,2	1.493,6
1978	1.673,6	825,6	185,4	453,3	1.464,3
1979	1.712,2	870,2	188,9	408,2	1.467,3
1980	1.478,5	717,4	148,8	292,8	1.159,0
1981	1.520,9	755,8	173,2	295,9	1.224,9
1985	1.536,1	848,6	204,5	358,9	1.412,0
1986	1.564,8	964,9	( <sup>2</sup> )	440,0	1.404,9
1987	1.633,4	1.058,9	( <sup>2</sup> )	469,1	1.528,0
1988	1.613,1	847,2	354,1	423,3	1.624,6
1989	1.572,8	730,2	341,8	402,5	1.474,5
1990	1.513,0	843,8	340,9	439,3	1.624,0
1991	1.367,8	671,5	284,7	315,5	1.271,7
1992	1.452,4	665,4	295,7	343,5	1.304,6
1993	1.317,9	663,6	341,7	259,9	1.265,2
1994	1.241,9	618,9	310,9	287,8	1.217,6
1995	1.260,1	659,5	286,7	275,9	1.222,1
1996	1.181,9	645,7	309,7	215,6	1.171,0

(<sup>1</sup>)Engloba as categorias de: proprietário, parceiro, administrador, arrendatário e assalariados em geral.

(<sup>2</sup>)Computados com os residentes nos imóveis rurais.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 2. População Trabalhadora Feminina Residente nos Imóveis Rurais, por Categoria, Estado de São Paulo, 1971-1996

Ano / categoria	Familiares do prop.	%	Trab. não assal. (¹)	%	Trabalhad. assalariad.	%	Total
1971	151.202	43,5	150.341	43,2	46.286	13,3	347.829
1972	158.474	47,8	119.505	36,0	53.882	16,2	331.861
1973	149.857	49,8	97.429	32,4	53.464	17,8	300.750
1975	120.063	50,6	71.768	30,3	45.297	19,1	237.128
1976	121.063	48,0	79.907	31,7	51.147	20,3	252.117
1977	114.584	47,9	70.610	29,5	53.996	22,6	239.190
1978	103.583	51,3	52.152	25,8	46.363	22,9	202.098
1979	108.283	50,3	56.256	26,2	50.589	23,5	215.128
1980	89.726	49,9	43.630	24,3	46.328	25,8	179.684
1981	91.442	47,6	52.006	27,1	48.652	25,3	192.100
1985	120.665	51,0	55.028	23,3	60.872	25,7	236.565
1986	98.566	52,0	38.232	20,2	52.650	27,8	189.448
1987	90.628	47,2	40.854	21,3	60.563	31,5	192.045
1988	84.120	49,0	30.838	18,0	56.543	33,0	171.501
1989	82.019	54,0	26.005	17,1	43.728	28,8	151.752
1990	95.780	57,6	27.547	16,6	42.864	25,8	166.191
1991	100.530	56,2	36.873	20,6	41.620	23,2	179.023
1992	107.863	55,7	28.984	15,0	56.836	29,3	193.683
1993	119.808	65,1	21.697	11,8	42.634	23,2	184.139
1994	98.000	56,5	29.170	16,8	46.325	26,7	173.495
1995	97.558	61,5	22.532	14,2	38.471	24,3	158.561
1996	99.618	64,4	18.982	12,3	36.057	23,3	154.657

(¹) Engloba familiares de parceiros e arrendatários.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

A conclusão foi a de que a dinâmica da produção agrícola e do emprego nos anos 80s foi comandada por uma estrutura agrícola que a década anterior legou (VEIGA, et al., 1990; REYDON et al., s.d.). Na década de oitenta, com o intuito de gerar superávits crescentes na balança comercial, as políticas foram direcionadas para o estímulo às exportações.

Ainda no final dos anos 80s, novos componentes passaram a atuar sobre o mercado de trabalho, destacando-se a crescente adoção da colheitadeira na cana-de-açúcar. Outras transformações encontram-se em curso, dentro de um processo de mudanças estruturais que visam sobretudo a continuidade da produção diante de um cenário marcado pela crescente competitividade. Várias culturas já apresentam todas as fases do cultivo totalmente motomecanizadas (soja, milho, trigo são alguns exemplos), enquanto outras já estão mecanizando a última fase que ainda restava, a colheita (cana-de-açúcar, algodão, feijão). Até para a colheita do café já existem máquinas com desenvolvimento satisfatório.

Tem sido bastante rápida a resposta das pesquisas no sentido de analisar e resolver os problemas que interferiram na utilização das máquinas. Assim, embora a colheita dos produtos agrícolas constitua a operação mais importante para a ocupação da mão-de-obra no campo, encontram-se em marcha diversos processos de substituição do trabalho humano, sem que haja, de

forma dinâmica, a ocorrência de novas possibilidades de ocupação em outras atividades. Os efeitos se abatem com vigor sobre a mão-de-obra volante. O trabalho volante representava cerca de 31% do total da força de trabalho ocupada em 1986, participando com 27% no final da década. Pode-se apontar a hegemonia da DIRA de Ribeirão Preto como empregadora dos volantes, em torno de 25%, em relação às demais regiões do Estado. Destacam-se também as DIRAs de São José do Rio Preto, Campinas e Sorocaba (Tabela 3).

As estimativas sobre ocupação das trabalhadoras volantes, por Divisão Regional Agrícola e para cinco épocas do ano (exceto para 1979, quando se dispõe de apenas quatro levantamentos), permitem quantificar a presença das mulheres na categoria. A abordagem através das regiões agrícolas leva em consideração as diferenças físicas que determinam perfis distintos de agricultura<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A diversificação agrícola está relacionada ao tipo de solo e clima, bem como às estruturas econômicas e sociais diferenciadas. Em decorrência, ocorre a especialização regional, não esquecendo das políticas econômicas, que em constante mudança, alteram a rentabilidade associada a cada cultura e a cada condição geográfica. Os avanços tecnológicos também atuam, alterando a adaptabilidade das culturas ao solo e ao clima. A caracterização da produção nas DIRAS foi elaborada com base em MARTIN et al., 1992. No período 1979-96 ocorreram alterações na composição dos municípios nas DIRAS, dificultando a abordagem regional. Mesmo levando-se em conta esta limitação, optou-se por apresentar as informações sobre ocupação da mão-de-obra volante com base na estrutura das DIRAS vigente até meados da década de 80, para efeito de comparação do período todo.

TABELA 3. Estimativa do Número de Trabalhadores Volantes Ocupados, por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, 1979-96.  
Mês/ano

	1979										
	S. Paulo	V. Paraíba	Sorocaba	Campinas	R. Preto	Bauru	S.J.R. Preto	Araçatuba	P.Prudente	Marília	Total
Fevereiro	1.578	4.883	27.791	30.789	113.380	13.905	47.796	26.797	21.771	30.870	319.560
Abril	997	578	69.043	84.049	106.032	13.956	65.817	24.744	18.889	24.117	408.222
Junho	1.339	14.479	39.556	60.269	178.772	34.457	112.876	21.561	38.800	46.336	548.445
Setembro	2.749	3.242	22.983	32.126	121.744	14.330	42.487	18.167	24.633	27.852	310.313
Novembro	2.173	1.022	49.908	35.561	126.684	14.151	57.237	42.665	20.472	24.178	374.051
	1986										
	S. Paulo	V. Paraíba	Sorocaba	Campinas	R. Preto	Bauru	S.J.R. Preto	Araçatuba	P.Prudente	Marília	Total
Fevereiro	4.262	8.508	42.267	53.066	110.748	14.121	46.498	18.234	28.567	31.438	357.709
Abril	4.574	2.237	61.435	55.338	92.763	33.484	88.272	24.778	35.625	41.468	439.974
Junho	1.840	150	53.218	44.442	83.074	36.665	35.257	25.842	26.383	34.925	341.796
Setembro	4.986	2.285	48.678	65.161	110.996	34.226	42.831	30.741	19.027	28.673	387.804
Novembro	2.857	3.995	76.151	45.378	106.501	27.019	32.322	18.248	42.798	35.974	391.243
	1991										
	S. Paulo	V. Paraíba	Sorocaba	Campinas	R. Preto	Bauru	S.J.R. Preto	Araçatuba	P.Prudente	Marília	Total
Fevereiro	1.162	3.410	22.913	37.743	85.980	30.144	43.113	33.475	49.105	30.094	337.139
Abril	2.090	1.363	34.664	45.096	99.378	26.716	30.213	11.821	45.759	18.425	315.525
Junho	1.910	859	24.317	18.841	151.647	14.041	55.795	9.322	18.275	13.630	308.637
Setembro	5.893	548	29.739	50.186	112.622	13.116	46.386	22.792	21.286	22.469	325.037
Novembro	5.969	274	45.810	34.457	84.287	8.624	52.951	5.988	7.063	21.110	266.533
	1996										
	S. Paulo	V. Paraíba	Sorocaba	Campinas	R. Preto	Bauru	S.J.R. Preto	Araçatuba	P.Prudente	Marília	Total
Fevereiro	0	2.225	28.768	26.098	81.398	4.436	24.119	11.135	11.287	12.888	202.354
Abril	988	1.223	26.555	36.303	45.482	5.108	39.649	23.127	21.805	15.381	215.621
Junho	267	1.086	18.426	27.807	54.810	9.781	47.648	18.493	17.122	17.878	213.318
Setembro	0	7.848	22.687	38.209	78.811	2.353	52.262	5.233	15.016	19.361	241.780
Novembro	3.814	1.238	22.155	37.509	62.285	23.834	56.261	4.035	9.018	20.662	240.811

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

A ocupação das trabalhadoras volantes tem sido mais significativa nas DIRAs de Ribeirão Preto, Campinas, Sorocaba e São José do Rio Preto. A região de Ribeirão Preto se sobressai no contexto estadual tanto em termos de produção quanto ao nível tecnológico de suas atividades, sendo considerada a principal e mais dinâmica do Estado de São Paulo. A industrialização regional exerceu grande influência na agricultura, onde a maior parcela das atividades agrícolas se destinam à produção de matérias primas para as indústrias. Dentre as atividades agropecuárias regionais destacam-se: cana-de-açúcar, laranja, milho, soja, café, algodão, além da pecuária de leite, de corte e avicultura (Tabela 4).

A DIRA de Campinas também apresenta a agropecuária concentrada na produção de matérias primas para a agroindústria da cana-de-açúcar e para as indústrias processadoras de laranja e algodão. A citricultura regional constitui o pólo inicial do desenvolvimento da indústria citrícola paulista.

A cultura do café, que teve enorme importância para a economia regional, ainda é expressiva na região, juntamente com o algodão. Os produtos que se expandiram nos anos 70s foram: soja, cebola, tomate envarado, uva comum e uva fina, enquanto que nos anos 80s cresce a produção de arroz, feijão e permanece a tendência de aumento da produção de soja, batata, cebola, tomate envarado e uva comum.

A composição da produção agrícola de uma região vai conseqüentemente delinear o quadro de ocupação de mão-de-obra. A mão-de-obra volante vai se deslocando no espaço produtivo seguindo o caminho das colheitas. Embora se empreguem em diversas operações agrícolas, nas colheitas são sempre mais requisitados. Qualquer interferência política, econômica ou climática se traduz em mais ou menos dias de trabalho a serem contratados para finalizar o ciclo de atividades da produção. Neste contexto, a oferta de serviços passa a ser definida, principalmente em função dos calendários das colheitas.

Note-se que tanto em Ribeirão Preto quanto em Campinas é maior a ocupação das trabalhadoras em abril (colheita das culturas anuais, com destaque para o algodão onde a colheita manual predomina), em junho (quando se colhe cana e ainda o café). Setembro e novembro são importantes devido à colheita de laranja. São regiões cuja agricultura é bastante desenvolvida e diversificada, com elevada participação da mão-de-obra assalariada, possibilitando a organização do trabalho mais voltada para as questões salariais, transporte adequado, cumprimento dos dissídios, registro em carteira dos temporários, pagamento dos benefícios previdenciários e trabalhistas, fiscalização e denúncias na tentativa de evitar a exploração e os acidentes de trabalho (VICENTE et al., 1993).

TABELA 4. Estimativa do Número de Trabalhadoras Volantes Ocupadas, por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, 1979-96.

Continua

Mês/ano	1979									
	S. Paulo	%	V. Paraíba	%	Sorocaba	%	Campinas	%	R. Preto	%
Fevereiro	445	1,1	67	0,2	7.748	19,5	8.366	21,1	11.730	29,6
Abril	-	-	45	0,0	22.149	22,3	27.703	27,9	25.320	25,5
Setembro	474	0,7	284	0,4	3.447	4,9	9.822	13,9	33.245	47,2
Novembro	469	0,6	21	0,0	19.015	23,7	8.708	10,8	30.484	38,0
	1986									
	S. Paulo	%	V. Paraíba	%	Sorocaba	%	Campinas	%	R. Preto	%
Fevereiro	-	-	150	0,3	14.913	25,9	8.418	14,6	15.298	26,6
Abril	651	0,5	35	0,0	18.601	15,0	17.766	14,3	23.786	19,1
Junho	-	-	-	-	17.451	27,0	14.692	22,7	9.445	14,6
Setembro	984	1,2	-	-	14.187	17,3	16.389	19,9	16.312	19,8
Novembro	357	0,5	358	0,5	27.529	35,1	6.677	8,5	20.315	25,9
	1991									
	S. Paulo	%	V. Paraíba	%	Sorocaba	%	Campinas	%	R. Preto	%
Fevereiro	-	-	-	-	1.844	3,1	7.064	12,1	8.887	15,2
Abril	-	-	-	-	7.316	10,2	13.130	18,3	14.753	20,5
Junho	-	-	-	-	4.034	7,8	4.066	7,9	17.786	34,6
Setembro	-	-	-	-	3.535	5,3	9.563	14,3	18.515	27,6
Novembro	959	2,1	-	-	6.659	14,5	9.227	20,1	17.866	38,9
	1996									
	S. Paulo	%	V. Paraíba	%	Sorocaba	%	Campinas	%	R. Preto	%
Fevereiro	-	-	-	-	4.426	18,7	2.193	9,3	11.395	48,1
Abril	-	-	276	0,7	3.607	8,8	6.949	16,9	13.753	33,4
Junho	-	-	-	-	3.940	11,7	3.009	8,9	11.421	33,9
Setembro	-	-	676	1,9	10.905	30,0	9.023	24,8	7.215	19,9
Novembro	-	-	-	-	2.213	4,8	6.646	14,4	11.698	25,3

TABELA 4. Estimativa do Número de Trabalhadoras Volantes Ocupadas, por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, 1979-96.

Mês/ano	1979											Conclusão
	Bauru	%	S.J.R. Preto	%	Araçatuba	%	P.Prudente	%	Marília	%	Total	
Fevereiro	1.408	3,5	3.626	9,1	1.690	4,3	2.237	5,6	2.376	6,0	39.693	
Abril	2.315	2,3	14.730	14,8	1.223	1,2	2.652	2,7	3.295	3,3	99.432	
Setembro	1.863	2,6	7.003	9,9	3.659	5,2	7.166	10,2	3.532	5,0	70.495	
Novembro	2.847	3,5	1.156	1,4	12.534	15,6	2.195	2,7	2.863	3,6	80.292	
	1986											
	Bauru	%	S.J.R.Preto	%	Araçatuba	%	P.Prudente	%	Marília	%	Total	
Fevereiro	2.318	4,0	7.753	13,5	2.014	3,5	2.288	4,0	4.330	7,5	57.482	
Abril	10.349	8,3	24.741	19,9	8.508	6,8	10.193	8,2	9.770	7,9	124.400	
Junho	5.095	7,9	2.551	3,9	6.945	10,7	2.491	3,8	6.049	9,3	64.719	
Setembro	9.548	11,6	8.008	9,7	6.896	8,4	4.628	5,6	5.239	6,4	82.191	
Novembro	3.198	4,1	3.353	4,3	3.398	4,3	6.900	8,8	6.376	8,1	78.461	
	1991											
	Bauru	%	S.J.R.Preto	%	Araçatuba	%	P.Prudente	%	Marília	%	Total	
Fevereiro	3.243	5,5	8.939	15,3	5.908	10,1	15.354	26,2	7.331	12,5	58.570	
Abril	8.319	11,6	4.821	6,7	2.765	3,8	16.891	23,5	3.869	5,4	71.864	
Junho	4.352	8,5	11.839	23,0	3.255	6,3	3.985	7,8	2.073	4,0	51.390	
Setembro	4.636	6,9	8.221	12,3	14.640	21,9	3.274	4,9	4.596	6,9	66.980	
Novembro	219	0,5	4.622	10,1	1.421	3,1	696	1,5	4.290	9,3	45.959	
	1996											
	Bauru	%	S.J.R.Preto	%	Araçatuba	%	P.Prudente	%	Marília	%	Total	
Fevereiro	298	1,3	1.864	7,9	1.255	5,3	893	3,8	1.358	5,7	23.682	
Abril	578	1,4	3.436	8,4	6.523	15,9	3.515	8,5	2.508	6,1	41.145	
Junho	2.525	7,5	4.160	12,4	4.349	12,9	1.363	4,0	2.909	8,6	33.676	
Setembro	142	0,4	4.350	12,0	672	1,9	1.748	4,8	1.581	4,4	36.312	
Novembro	7.246	15,6	7.657	16,5	86	0,2	582	1,3	10.180	22,0	46.308	

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

A DIRA de Sorocaba, uma das maiores do Estado em termos geográficos, possui maior concentração industrial em torno do município de Sorocaba, com áreas tipicamente agrícolas ao sul onde se concentra a produção de cereais, principalmente feijão. É importante produtora de olerícolas (batata, cebola, tomate envarado e hortaliças em geral) e fruticultura de clima temperado, possuindo áreas ocupadas com reflorestamento. São José do Rio Preto tem como principais atividades agrícolas milho, laranja, cana-de-açúcar e café (DIRA com o maior número de pés plantados no Estado). Portanto, a composição da produção nas DIRAs de Sorocaba e de São José do Rio Preto, traz implícita a necessidade do trabalho volante, principalmente nas épocas de colheita: no caso de Sorocaba, abril a junho, na colheita dos cultivos anuais dentre os quais o feijão da seca, como também de novembro a janeiro, época de colheita do feijão das águas; em São José do Rio Preto na colheita de café, cana e laranja (período de abril a novembro).

São Paulo e Vale do Paraíba constituem as DIRAs onde o trabalho das volantes é menos significativo, lembrando-se que na região de São Paulo (engloba a região Metropolitana, o Vale do Ribeira e o Litoral Paulista) predominam os cultivos de chá, banana, fruticultura, olericultura, e floricultura. São atividades que ocupam bastante mão-de-obra, porém, com

predominância da agricultura familiar<sup>5</sup>. O Vale do Paraíba centrou-se na produção de leite, arroz irrigado, batata, feijão e outras olerícolas.

A DIRA de Bauru possui as atividades agrícolas em pecuária, cana-de-açúcar e café. Em Marília, destacam-se a produção de soja e de trigo. Presidente Prudente e Araçatuba se caracterizam como regiões de pecuária. Em Araçatuba são produzidos tomate industrial, algodão (importante atividade regional, que apresentou retração na década de 70 e recuperação da área nos anos 80s), milho e amendoim. Na região prudentina, algodão, cana-de-açúcar e café seriam as culturas com maiores oportunidades de ocupação.

A participação das mulheres como trabalhadoras volantes no total da categoria oscila bastante durante o ano, variando também entre as regiões consideradas (Tabela 5). Seriam indicações de que a participação da mulher no processo produtivo não significa plena abertura no universo das relações de trabalho, pois ao ingressar no setor agrário como bóia-fria, vai concorrer com tecnologias poupadoras de mão-de-obra. Nesse sentido, sofrendo mais diretamente os efeitos da sazonalidade a mulher acaba sendo preterida nos momentos onde não há escassez relativa de mão-de-obra.

---

<sup>5</sup> O trabalho volante é empregado na cultura do chá, por exemplo.

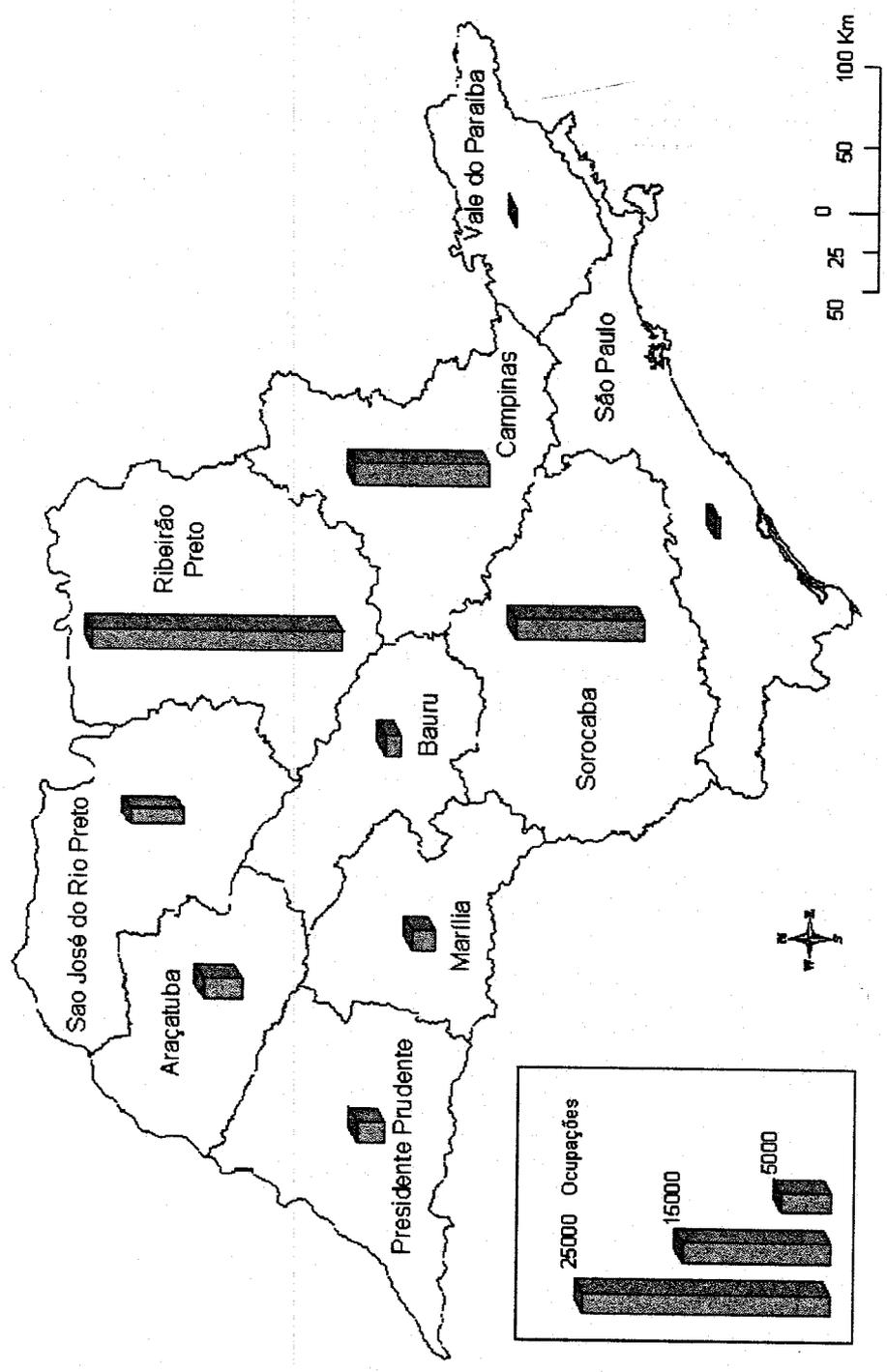
TABELA 5. Participação das Trabalhadoras Volantes no Total de Volantes Ocupados, por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, 1979-96

Mês/ano	1979										
	S. Paulo	V. Paraíba	Sorocaba	Campinas	Rib.Preto	Bauru	S.J.R.Preto	Araçatuba	Pres.Prudente	Marília	Total
Fevereiro	28,2	1,4	27,9	27,2	10,3	10,1	7,6	6,3	10,3	7,7	12,4
Abril	0,0	7,8	32,1	33,0	23,9	16,6	22,4	4,9	14,0	13,7	24,4
Setembro	17,2	8,8	15,0	30,6	27,3	13,0	16,5	20,1	29,1	12,7	22,7
Novembro	21,6	2,1	38,1	24,5	24,1	20,1	2,0	29,4	10,7	11,8	21,5
1986											
S. Paulo	V. Paraíba	Sorocaba	Campinas	Rib.Preto	Bauru	S.J.R.Preto	Araçatuba	Pres.Prudente	Marília	Total	
Fevereiro	0,0	1,8	35,3	15,9	13,8	16,4	16,7	11,0	8,0	13,8	
Abril	14,2	1,6	30,3	32,1	25,6	30,9	28,0	34,3	28,6	23,6	
Junho	0,0	0,0	32,8	33,1	10,1	13,9	7,2	26,9	9,4	17,3	
Setembro	19,7	0,0	29,0	25,2	14,7	27,9	18,7	22,4	24,3	18,3	
Novembro	12,5	9,0	36,2	14,7	19,1	11,8	10,4	18,6	16,1	17,7	
1991											
S. Paulo	V. Paraíba	Sorocaba	Campinas	Rib.Preto	Bauru	S.J.R.Preto	Araçatuba	Pres.Prudente	Marília	Total	
Fevereiro	0,0	0,0	8,0	18,7	10,3	10,8	20,7	17,6	31,3	24,4	
Abril	0,0	0,0	21,1	29,1	14,8	31,1	16,0	23,4	36,9	21,0	
Junho	0,0	0,0	16,6	21,6	11,7	31,0	21,2	34,9	21,8	15,2	
Setembro	0,0	0,0	11,9	19,1	16,4	35,3	17,7	64,2	15,4	20,5	
Novembro	16,1	0,0	14,5	26,8	21,2	2,5	8,7	23,7	9,9	20,3	
1996											
S. Paulo	V. Paraíba	Sorocaba	Campinas	Rib.Preto	Bauru	S.J.R.Preto	Araçatuba	Pres.Prudente	Marília	Total	
Fevereiro	0,0	0,0	15,4	8,4	14,0	6,7	7,7	11,3	7,9	10,5	
Abril	0,0	22,6	13,6	19,1	30,2	11,3	8,7	28,2	16,1	16,3	
Junho	0,0	0,0	21,4	10,8	20,8	25,8	8,7	23,5	8,0	16,3	
Setembro	0,0	8,6	48,1	23,6	9,2	6,0	8,3	12,8	11,6	8,2	
Novembro	0,0	0,0	10,0	17,7	18,8	30,4	13,6	2,1	6,5	49,3	

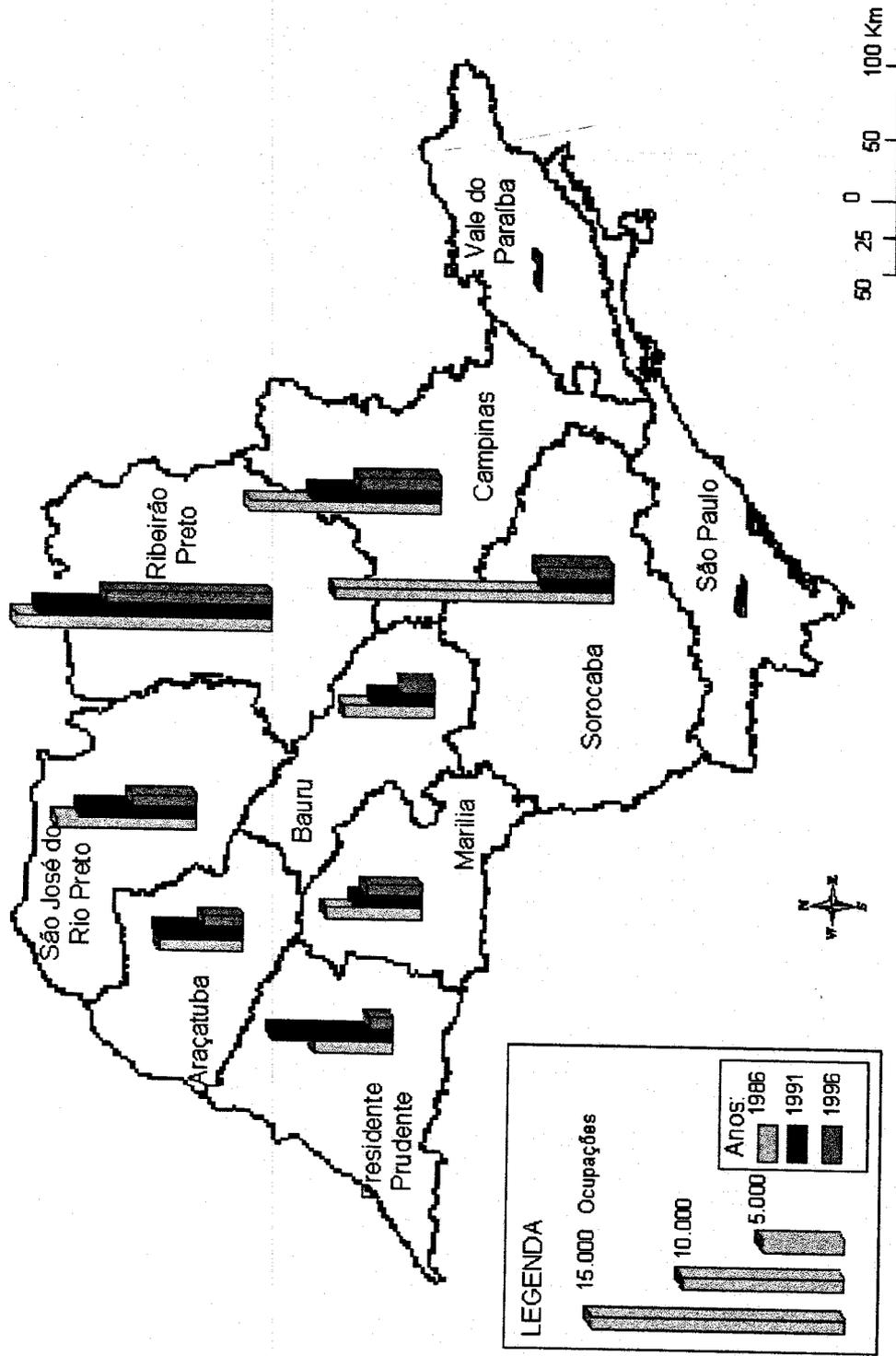
Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

Note-se que com o declínio da ocupação total, decresce o percentual feminino em relação ao masculino, denotando precariedade ainda maior para estas. A inserção da trabalhadora como bóia-fria está relacionada com o desenvolvimento da agricultura, onde as mudanças nos processos produtivos e nas formas de organização das atividades produtivas estão em constante intervenção no cenário da produção agrícola.

Com base nos dados da tabela 4, foram elaboradas médias anuais para os anos de 1979, 1986, 1991 e 1996 com a finalidade de mostrar a distribuição espacial da ocupação das trabalhadoras volantes no Estado de São Paulo (Cartogramas 1 e 2).



CARTOGRAMA 1 – Distribuição das Trabalhadoras Volantes Ocupadas por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, 1979  
Fonte: Instituto de Economia Agrícola.



CARTOGRAMA 2 – Distribuição das Trabalhadoras Volantes Ocupadas por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, 1986, 1991 e 1996.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

## 2. RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA PAULISTA: O CRESCIMENTO DO TRABALHO ASSALARIADO

É na década de 70 que o trabalho assalariado começa a ser registrado com maiores detalhes e frequência nos estudos do meio rural, especialmente sobre o trabalho volante. São Paulo é sem dúvida o Estado em que as transformações foram marcantes e aceleradas. O crescimento desta categoria de trabalho rural encontra explicações no processo de evolução da agricultura paulista a partir da década de 50.

No governo Vargas duas iniciativas foram assumidas para melhorar as condições dos trabalhadores rurais. Em 1951, foi criada a Comissão Nacional de Política Agrária, para estudar e propor ao presidente formas de organizar e desenvolver a agricultura. Dentre os objetivos estava a melhoria da condição geral da mão-de-obra agrícola com uma legislação protetora e acesso à terra:

"Em setembro de 1953, Vargas enviou um projeto de lei ao Congresso, destinado a dar ao governo amplos poderes sobre o uso da terra, a fim de assentar os arrendatários e os trabalhadores sem terra em áreas negligenciadas ou impropriamente cultivadas ... Apesar de inúmeras emendas, outros projetos de lei, e debates intermináveis, todas as tentativas de aprovar uma lei de reforma agrária foram

obstruídas com êxito no Congresso, até a década seguinte" (STOLCKE, 1986, p. 143). Apenas em 1954 foi aprovado um projeto de lei, que dispunha sobre a criação de um Serviço Social Rural, financiado por uma taxa cobrada dos empregadores agrícolas. Tinha por finalidade melhorar as condições de vida da população (alimentação, saúde, moradia, educação, treinamento associações e cooperativas rurais). Pouco resultado se tem deste Serviço, a não ser o de servir de pretexto para impedir as tentativas de regulamentação efetiva do trabalho rural.

Aquilo que não foi possível na década de 50 vai acontecer na década seguinte. A ocorrência importante e com grande impacto na regulamentação das relações de trabalho foi sem dúvida a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963, equiparando relativamente os trabalhadores rurais aos urbanos. Os empregadores, para fugirem dos encargos trabalhistas, preferiram utilizar os serviços de um turmeiro, ou seja, aquele que se encarregava de uma determinada tarefa contratando mão-de-obra por conta própria.

Antes do Estatuto, a maioria das contratações eram informais, onde as especificações contratuais bem como as obrigações e direitos das partes contratantes, normalmente não eram firmadas por escrito. A partir do Estatuto, os contratos passaram a ser formalizados com obrigações e direitos entre proprietários e empregados. O empregador passou a arcar com

carteira de trabalho, férias, descanso semanal remunerado, décimo terceiro salário e questões jurídicas junto aos seus empregados (PITERI, 1964).

Pressões para que a lei fosse revogada foram feitas por parte dos empregadores rurais, pois a regulamentação interferia nos mecanismos de apropriação do trabalho excedente em vigor no colonato. A saída foi incrementar o uso eventual da mão-de-obra sem vínculo empregatício e conseqüentemente sem direitos quaisquer. O crescimento do contingente de mão-de-obra eventual na agricultura paulista a partir dos anos 60s atraiu a atenção tanto do governo quanto a de estudiosos, havendo pouca concordância quanto aos acontecimentos e forças que originaram esta relação de trabalho:

"A controvérsia sobre as causas das transformações nas relações de produção na agricultura paulista começou apenas em meados dos anos 70s. Inicialmente, os analistas concordavam que os proprietários haviam dispensado o grosso dos trabalhadores residentes no começo dos anos 60s, como forma de se protegerem dos efeitos do Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963 ... baseados em alegações dos próprios fazendeiros, os analistas sustentavam que, para se eximir dessas novas obrigações legais e do aumento, delas decorrente, nos custos de mão-de-obra, os proprietários haviam reduzido ao mínimo sua força de trabalho residente e, daí por diante, vinham contratando mão-de-obra assalariada eventual fornecida por

intermediários. Em estudos posteriores, o impacto da extensão da legislação trabalhista na agricultura foi ou omitido ou considerado como um fator apenas de importância secundária. A expansão do trabalho assalariado era um evento agora interpretado como consequência e sintoma do avanço do capitalismo na agricultura" (STOLCKE, 1986, p.182 e 183).

### **2.1. As Transformações na Agricultura Paulista e os Reflexos nas Relações de Trabalho**

Concentração da propriedade e posse da terra, alterações na composição do produto agrícola e o progresso técnico representam fatores relevantes quando se analisa o crescimento do processo de proletarização no campo.

O progresso técnico significa o progresso das técnicas capitalistas de produção, com o objetivo de subordinar o trabalho ao capital, bem como a subordinação do conjunto das forças da natureza que possam inibir ou até mesmo reduzir o processo de valorização do capital. GRAZIANO DA SILVA (1980) classificou em três tipos as inovações referentes ao progresso técnico na agricultura:

- a) inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho;
- b) inovações físico químicas que modificam as condições

naturais do solo elevando a produtividade do trabalho aplicado a este meio de produção e

c) inovações biológicas que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período da produção e da potencialização dos efeitos das inovações mecânicas e físico químicas.

Acrescente-se que outras situações como por exemplo as alterações nos meios de transporte podem reduzir o período de circulação, acelerando, também a velocidade de rotação dos capitais.

Com referência às inovações que interferem no processo produtivo, as inovações mecânicas afetam de maneira mais intensa a redução do tempo de trabalho. Quando implementadas do plantio à colheita, reduzem o tempo de produção, pelo fato de abreviarem o tempo em que o produto seria plantado ou seria colhido unicamente com a força de trabalho (RICCI, coord., 1994).

Inicialmente, aconteceu a mecanização do preparo do solo e plantio e a seguir dos tratos culturais; estas operações, por serem distribuídas por um período de tempo mais ou menos longo dentro do ano agrícola, eram realizadas pela mão-de-obra residente na propriedade. A mecanização do preparo do solo, plantio e tratos culturais, transforma mão-de-obra permanente em temporária, com a redução do tempo de trabalho

necessário para exercê-las. Na época de colheita de diversos produtos agrícolas, o aumento na demanda por trabalho é suprido por meio da contratação de mão-de-obra temporária. A mecanização das operações de colheita e de suas atividades complementares (carregamento, transporte e beneficiamento) viria posteriormente.

Em 1950 as fábricas de tratores existentes no País eram de pequeno porte, sendo o suprimento feito através de importações. A indústria de tratores e máquinas deslanchou sua produção no Brasil a partir dos anos 60s. Até 1959 existiam cerca de 150 modelos de tratores estrangeiros, de diversas marcas e diferentes tipos e o agricultor precisava fazer as mais variadas adaptações nos escassos implementos disponíveis. Outro ponto importante era a falta de peças sobressalentes para reposição, pois estas precisavam ser importadas e demoravam muito a chegar ao País (MECANIZAÇÃO, 1972; VICENTE, 1985).

A partir do momento em que as máquinas agrícolas passaram a ser produzidas no País, as instituições estaduais de pesquisa procuraram adaptar as culturas ao uso de tratores e implementos, cultivadores motorizados e colheitadeiras. Foi na instalação da indústria produtora de máquinas, equipamentos e outros insumos denominados modernos que se baseou a elaboração das políticas agrícolas, principalmente a partir de 1964. Em 1965, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural,

com financiamentos especiais a insumos e equipamentos modernos.

O crescimento da procura por máquinas agrícolas ocorreu principalmente a partir de 1964, quando o preço relativo salário/trator que era de 0,19 se torna crescente, passando a 1,18 em 1977. O preço relativo salário/aluguel de trator cresce de 0,93 em 1966, para 2,08 em 1977. Estes valores indicam que durante esse período houve um poderoso estímulo a favor da substituição de tecnologias trabalho-intensivo por tecnologias capital-intensivo (SILVA, FONSECA & MARTIN, 1979).

A evolução do processo de mecanização no Estado de São Paulo foi marcante nos anos 70s. De 1973 a 1979, houve um crescimento relativo de 88,2% no total de tratores, sendo que esta expansão ocorreu paralelamente ao aumento na potência das máquinas utilizadas. Outro indicador do processo de mecanização, a área trabalhada por trator, que era de 201 ha em 1971, passou a 104 ha em 1979 (GHILARDI, 1987).

Em termos de área trabalhada com tração motomecânica soja, cana-de-açúcar, algodão e arroz apresentavam desde o início dos anos 70s elevado percentual de área na operação de aração (acima de 70,0%) enquanto que em outros produtos como amendoim e feijão o valor chegava a 40,0%. Ainda durante a década de 70, evolui consideravelmente o plantio mecanizado (com equipamentos motorizados e com animal), sendo a operação de capina efetuada basicamente com tração animal e/ou processo

manual no arroz, feijão, café, milho e amendoim. Nesta operação, a tração motomecânica era mais utilizada no soja, na cana-de-açúcar e na laranja. A colheita motomecânica só era realizada de modo efetivo na soja (VICENTE, 1989).

Além das novas possibilidades criadas pela mecanização, os progressos da química e da genética multiplicaram a produtividade agrícola, reduzindo a necessidade de mão-de-obra no campo. A urbanização ganha impulso, e o espaço do indivíduo, tanto na cidade como no campo, vai se tornando um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado de acordo com os ditames da ciência. O capital constante, antes concentrado nas cidades, sobretudo naquelas onde se concentrava a produção industrial, passa a caracterizar o campo, na forma de implementos, fertilizantes e inseticidas, máquinas e sementes selecionadas. Este capital constante fixo ou localizado chega a toda parte apoiado pela rede de estradas de ferro e de rodagem (SANTOS, 1991).

O emprego de fertilizantes pelos agricultores paulistas, intensificou-se após 1970, ano em que 33% dos estabelecimentos do Estado declararam utilizar adubos químicos, evoluindo para 75% dos estabelecimentos em 1985. Foram utilizadas em torno de 330 mil t de nutrientes (N+P+K) em 1970 e de 1.300 t em 1980. Durante a década de oitenta, parece ter havido uma certa racionalização no uso deste

insumo, associada às restrições de crédito, sendo a quantidade verificada em 1990 de 950 mil t. Considerando-se a soma das áreas cultivadas com culturas anuais e perenes, as quantidades representariam uma média de 59 kg/ha em 1970, 214 kg/ha em 1980, e 140 kg/ha em 1990 (VICENTE, 1997).

Defensivos constituem outro fator de produção importante para a agricultura moderna. Os gastos dos agricultores paulistas com defensivos, em termos reais, cresceram 180% de 1970 para 1980, e 32% de 1980 para 1985. Supondo-se que a tendência de consumo, no Estado, tenha sido semelhante à média nacional, pode-se concluir por um crescimento da ordem de 65% entre 1985 e 1990. Ainda entre os fatores de produção, poder-se-ia destacar o uso de sementes adquiridas fora da propriedade. As despesas dos produtores paulistas com este insumo cresceram 116% na década de 70, e cerca de 20% de 1980 para 1985 (VICENTE, 1997).

As transformações físico químicas, tem seus efeitos nas condições de fertilidade dos solos, aumentando a produtividade do trabalho aplicada no processo produtivo, não interferindo, porém, no tempo de produção. Neste caso, o aumento da produtividade do trabalho se dá através da redução de perdas provocadas por pragas e pelo crescimento adequado das plantas.

Outra componente do processo de inovações seriam as biológicas, que interferem diretamente no tempo de produção pois atuam modificando e aperfeiçoando as determinações

naturais. A produção de uma semente de germinação precoce faz com que um determinado produto tenha seu tempo de produção reduzido, acarretando a oportunidade de oferecer o produto em um momento diverso daquele apresentado em condições naturais. Estas inovações colocam, portanto, a natureza a serviço do capital (GRAZIANO DA SILVA, 1980; RICCI, coord., 1994).

A intensificação do uso dos insumos químicos e mecânicos e as inovações biológicas se incorporam ao processo mais amplo de modernização da agricultura. No caso brasileiro, os impactos mais significativos surgem com a industrialização do País, que incluiu a modernização da agropecuária viabilizada pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, SNCR, deslançando na metade dos anos 60s. A década de 70 correspondeu ao período mais importante desta política econômica, onde o crédito rural subsidiado e atrelado aos pacotes tecnológicos transformou as técnicas de produção das principais atividades agropecuárias, aumentando a produtividade do trabalho e da terra no campo. Foram instaladas as modernas plantas industriais de fertilizantes, defensivos agrícolas e tratores enquanto que a indústria de agroprocessamento estimulada pelo crédito estatal elevou a capacidade de transformação. Alterou-se, também, a estrutura varejista das grandes cidades com a emergência dos super mercados (GONÇALVES, 1997).

Ao se referir à união entre técnica e ciência, SANTOS

(1997) considera o período técnico-científico, que inicia-se após a segunda guerra mundial e cuja afirmação, incluindo os países do terceiro mundo, vai ocorrer nos anos 70s. A união entre ciência e técnica vai se realizar sobre a égide do mercado. Atualmente, as referências às manifestações geográficas de novos progressos, exprimem algo novo, ou seja, o meio técnico-científico informacional, onde ciência, tecnologia e informação estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço. "Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais carregados de artifício. Este mundo artificial, inclui hoje, o mundo rural" (SANTOS, 1997, p.190)<sup>6</sup>.

### 2.1.1 A evolução dos cultivos

As transformações na utilização da área agrícola e a substituição de cultivos também afetaram as exigências de mão-de-obra. São as combinações dos produtos agrícolas, no tempo e

---

<sup>6</sup> Ao considerar o conhecimento como recurso, onde a ciência e a técnica permitem o acompanhamento da natureza, o autor cita como exemplo o radar meteorológico. As empresas que se localizam no perímetro de abrangência do equipamento podem beneficiar-se de suas informações, notadamente as atividades rurais, que poderão fazer uso de informações precisas, porém genéricas que deverão ser trabalhadas de acordo com objetivos específicos. Desta forma, uma nova dinâmica de diferenciação se instala no território, onde se distinguem zonas servidas pelos meios do conhecimento e áreas desprovidas desta vantagem. As empresas também vão se diferenciar segundo sua maior ou menor capacidade de utilização das informações.

no espaço, que promovem o quadro potencial e referencial do emprego do trabalho necessário, definem os patamares e momentos de retração e expansão do uso da mão-de-obra e vão adequando as relações de produção e de trabalho ao desenvolvimento dos processos produtivos.

A área ocupada com culturas, pastagens e reflorestamento no Estado de São Paulo tem se situado ao redor de 18 milhões de ha, com alterações significativas no conjunto das principais atividades agropecuárias em termos de participação no uso do solo (CAMARGO et al., 1995).

De acordo com dados dos Censos Agropecuários (1970, 1980 e 1985) São Paulo é o principal produtor agrícola do País, respondendo por cerca de 20% do valor da produção da agropecuária brasileira. Considerando-se somente as lavouras, esse Estado também lidera, com uma participação de cerca de 20% no valor da produção, em 1980, e de aproximadamente 25% em 1990<sup>7</sup>. Em 1970, a área plantada com as principais culturas anuais e perenes, no Estado, atingia cerca de 5,62 milhões de ha, passando a 6,08 milhões de ha em 1980 e 6,79 milhões de ha em 1990. Apesar destes dados indicarem uma tendência de aumento, convém ressaltar que, como ocorreu com a produção, o máximo foi alcançado em 1987 (7,28 milhões ha) e que, a partir de então, a área cultivada com as principais lavouras vem

---

<sup>7</sup> Para 1990 o valor da produção foi estimado com base na publicação Produção Agrícola Municipal, do Anuário Estatístico do Brasil, 1993.

decrecendo (CAMARGO F°, coord., 1990; CASER, coord., 1994; VICENTE, 1997).

Na década de 70, diversos produtos mais do que dobraram a área cultivada, destacando-se a soja, o trigo, a laranja, a cana-de-açúcar e o feijão das águas. Como durante este período o rendimento foi importante fonte de crescimento da produção, um número maior ainda de produtos mais que dobrou a produção. Além dos já citados, acrescentam-se o tomate rasteiro, cebola de muda, limão, tangerina, uva de mesa, feijão da seca e café. Decréscimos acentuados na área foram observados apenas para mandioca, amendoim das águas e da seca, arroz, banana e algodão (CAMARGO, 1983; VICENTE, 1997).

Nos anos 80s, as maiores taxas de crescimento de áreas cultivadas foram as do limão, cana-de-açúcar, laranja e trigo. Elevações substanciais de rendimento continuaram ocorrendo, e propiciaram aumentos consideráveis na quantidade produzida. Quedas acentuadas ocorreram com as áreas de amendoim, uva para indústria, mamona, tomate rasteiro, tangerinas, café e feijão; as únicas lavouras cujas produções caíram a taxas superiores a 3% ao ano foram tangerina, café, mamona e uva para indústria (VICENTE, 1997).

Na década de 90 a área com cana-de-açúcar cresce, passando de 2.165,1 milhões de ha em 1991 para 2.558,3 em 1994. Com relação aos cultivos anuais, foram plantados cerca de 2,4 milhões de ha na safra 1990/91, com batata das águas,

milho, cebola, arroz, feijão, algodão, amendoim das águas, soja e mandioca, quando, em média, no período 1986/87 a 1990/91 a área correspondeu a 2,6 milhões de ha. Houve uma transformação de áreas com cultivos anuais para pastagens cultivadas. No caso do café, o baixo incentivo via preços levou à erradicação, com redução da área colhida de 1991 para 1993. Ainda em relação a 1991, verificou-se decréscimo na área cultivada com laranja (BESSA JÚNIOR et al., 1991; VEIGA et al., 1995).

Nas últimas décadas, ocorreu a expansão das culturas de exportação em parte substituindo produtos destinados ao mercado interno. Para se entender esse processo é preciso ter em mente o mecanismo de internacionalização da economia brasileira, ou seja, o País fez ou faz a dívida para criar condições de ampliar a sua produção, sendo que para pagar a dívida precisa exportar sujeitando-se aos preços internacionais. Como os preços das matérias primas, tanto gêneros agrícolas quanto recursos minerais (exceto petróleo), têm caído nas últimas décadas, o País tem que aumentar a produção para pagar os compromissos da dívida. Para poder aumentar a produção, toma mais dinheiro emprestado e conseqüentemente aumenta a dívida e necessita exportar mais; assim, os preços internacionais tendem a cair mais (OLIVEIRA, 1994).

Além disso, ocorreram, também, alterações rápidas dos hábitos alimentares da população em decorrência da expansão destes produtos. A soja é um dos principais exemplos, onde o óleo de soja tornou-se produto básico no preparo dos alimentos, inclusive com campanhas ressaltando a questão da saúde: "Na essência, tudo movido pela ânsia de aumentar as exportações de farelo de soja, ingrediente básico utilizado na fabricação de ração animal, aqui e principalmente no exterior" (OLIVEIRA, 1994, p. 50 e 51.). A citricultura é outro exemplo importante, com expansão nas décadas de 70 e 80, com a substituição do consumo da fruta em natura pelo suco industrializado.

### 2.1.2 A propriedade e posse da terra

Um ponto muito importante a ser citado é que o avanço do capitalismo na agricultura, tornando o setor agropecuário paulista um dos mais modernos do País, ocorreu diante de considerável grau de concentração da terra. CAMARGO, CASER e OLIVETTI (1996) concluíram, através do cálculo de índices de Gini para os anos de 1972 (0,764), 1979 (0,776), 1986 (0,763) e 1993 (0,765), que o grau de concentração da terra no Estado de São Paulo pode ser enquadrado como forte a muito forte<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> O índice de Gini é uma medida de concentração ou de desigualdade de

Quando se estuda historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, constata-se que desde os primórdios da colonização esta distribuição se fez desigual. Inicialmente foram as capitâneas hereditárias e seus donatários, depois as sesmarias que estão na origem da grande maioria dos latifúndios do País (OLIVEIRA, 1994).

Para a compreensão deste processo, relembra-se os dois modos de produção que se desenvolveram durante o período escravista colonial, com a propriedade latifundiária, e o modo de produção dos pequenos cultivadores não escravistas. Estes últimos, produziam com base na economia natural e com grau variável de mercantilização, baseados na pequena propriedade ou na pequena posse da terra (sitiantes, pequenos proprietários minifundiários, os posseiros, meros ocupantes de terra e agregados ou moradores). Com o fim da escravidão, a plantagem cafeeira ou canavieira ficou dispensada de fazer uma inversão inicial de aquisição da mão-de-obra, pois não havia mais escravos. Não havendo mais escravos não era mais necessário dispendir uma quantia substancial, portanto o domínio da propriedade escrava deixou de ser o fundamental para o domínio econômico: "o fundamental para o domínio

---

uma distribuição. É um número adimensional que varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 maior é o grau de concentração. As fontes dos dados utilizados na análise de distribuição da posse da terra foram os Cadastros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para 1972, 1979 e 1986. Para o ano de 1993 considerou-se os dados de Cadastro do Imposto Territorial Rural.

econômico passou a ser o domínio da terra. A terra passou a ter um preço importante. Dominar a terra passou a significar a própria economia... tem-se aí um modo de produção plantacionista latifundiário, apoiado em formas camponesas dependentes, com um desenvolvimento capitalista incipiente" (GORENDER, 1994, p.25 e 28).

Nos decênios após a abolição, os grandes fazendeiros eram proprietários da terra que viviam fundamentalmente da renda da terra e não do lucro do capital, ou seja, na formação do cafezal no Estado de São Paulo o dono da fazenda entregava a uma família camponesa de empreiteiros uma parcela de terra adiantando apenas as sementes ou mudas de café. O empreiteiro com sua família destocava a mata e plantava as mudas e durante alguns anos plantava alimentos para subsistência que pertenciam totalmente a ele e à família. Aquilo que não era consumido pela família era vendido, sendo que a partir do quarto ano, já era possível obter a primeira colheita do café plantada. Esta também ficava com o empreiteiro.

Note-se que o fazendeiro não adiantou nenhum capital e durante quatro a seis anos não recebeu nenhuma quantia correspondente à renda da terra. Terminado este período, recebia o cafezal formado que correspondia "à cristalização da renda da terra, aquela renda da terra que não foi recebida durante quatro a seis anos, está ali, no cafezal" (GORENDER, 1994, p.33).

No passo seguinte, o fazendeiro passava a formar o cafezal com recursos próprios ou com financiamento fornecido pelo Estado, contratando mais trabalhadores. Assim, o processo monopolista da propriedade da terra e o conseqüente desenvolvimento do capitalismo na agricultura, através do latifúndio apoiado pelo Estado, tem tido no passado e nos tempos atuais a especulação fundiária como uma das fontes de acumulação de origem conjuntural. Há uma forte elevação do preço da terra, com destaque para as regiões de agricultura mais dinâmica.

MARTINS (1986) ao considerar a expansão econômica do café, principalmente a partir de 1870, refere-se ao fato de que sendo o escravo renda capitalizada, nele se immobilizavam grandes somas de capitais. Estas immobilizações continuaram ocorrendo com o trabalhador livre, provavelmente em escala menor. Esta parcela de capital foi liberada com a subvenção do Estado na imigração dos trabalhadores. Sob estas condições, o fazendeiro não poupava capital, mas sim ganhava capital, uma vez que cada trabalhador que chegava à fazenda representava um dispêndio efetuado com recursos públicos.

Atuou este mecanismo como incentivador à formação de novas fazendas, este novo e grande negócio, nos dizeres do autor, onde a ocupação de regiões que ainda não haviam sido absorvidas pela economia de exportação, levaram já no início de século XX uma elevação no preço das terras. " O que em 1880

era apenas uma especulação teórica, tendo em vista um substituto para as hipotecas feitas sobre os escravos, vinte anos depois era realidade: a terra teria alcançado alto preço" (MARTINS, 1986, p.68).

Como fator de produção, a terra possui pelo menos dois tipos de remuneração: a primeira seria não especulativa e assentada no monopólio originando o preço de aluguel da terra ou o preço de arrendamento. A outra seria a componente especulativa, ou de reserva de valor, a qual supõe riscos e retornos em função da expectativa de comportamento da economia como um todo. O caráter especulativo presente no mercado de terras, não é um fenômeno novo no Brasil e está presente em todos os processos de expansão e de ocupação da fronteira agrícola do País (VEIGA, 1979; GONÇALVES, 1993a).

Para se ter uma idéia da evolução do movimento especulativo com terras, FERREIRA e CAMARGO (1987) analisaram o preço da terra no Estado de São Paulo em relação à alguns indicadores econômicos. Da análise das variações anuais dos preços correntes de terra de primeira, no período 1969 a 1977, constatou-se que a terra apresentou maior taxa de crescimento de preços em relação: ao Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (exceto em 1975), às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), índice de lucratividade BOVESPA (exceto 1971, 1972 e 1976) e taxa de câmbio. Portanto, a terra se apresentou como a melhor

alternativa de investimento, ou seja, com rendimento real garantido, sem se levar em consideração a liquidez dos ativos. De 1978 a 1980, o preço da terra acompanhou de perto a inflação, quando os demais ativos passam a ser alternativas mais rentáveis. O quadro se altera em 1981, retornando, porém, à situação anterior no período 1982 a 1984. Em fevereiro de 1985, em decorrência da melhoria dos preços de alguns produtos agropecuários, os preços de terra recuperam-se, superando os demais ativos financeiros em análise.

No período de 1981 a 1993, as taxas geométricas médias de crescimento do preço real de venda de terra no Brasil foram as seguintes: -2,0% para lavouras e campos, -1,7% para pastagens e -3,3% para matas. Note-se nas regiões sul e sudeste apresentam preços bem acima da média nacional. Em relação aos outros indicadores financeiros, a terra, enquanto ativo de capital, alterou-se na direção oposta aos outros ativos, ora sendo a melhor ou a pior alternativa de investimento ao longo do período analisado (FERREIRA, SANTOS & CAMARGO, 1995).

O progresso técnico na agricultura, com a mecanização de várias etapas do processo produtivo, a substituição de culturas domésticas por culturas de exportação aliadas à elevada concentração das terras, alteraram as relações de trabalho no campo.

Com avanço da industrialização do campo e o crescimento urbano abriram-se as possibilidades históricas para o estabelecimento do trabalho assalariado no campo (sem constituir esta forma de produzir no campo em um processo dominante e exclusivo) (OLIVEIRA, 1994).

## 2.2. Trabalho Volante: a Evolução de uma Categoria

Embora o destaque seja dado à década de 70, já no final da década de 30, CANABRAVA & MENDES (1938) citaram o deslocamento da população mais pobre das cidades da região de Piracicaba para a zona rural na época da safra e da colheita de algodão e de laranja. Informações de 1945, sobre a mesma região, dão conta do emprego de cerca de quinhentos volantes na usina Monte Alegre (BOMBO & BRUNELLI, 1966).

É também na década de 70 que se intensificaram os estudos para entender o aparecimento do trabalho volante na agricultura brasileira, bem como as mudanças nas relações de trabalho decorrentes da proletarização no campo. Ainda nos anos 60s, trabalhos pioneiros como os de ETTORI (1961), BOMBO & BRUNELI (1966) e VASSIMON (1966) já caracterizavam o trabalho volante na agricultura paulista. Todos apontaram a questão do emprego periódico, as relações de trabalho informais e a residência fora do local de trabalho.

BRANT (1977) avaliou o aspecto ligado ao processo de substituição da mão-de-obra permanente por temporária, ressaltando o crescimento da proletarização e conseqüentemente, na separação entre os trabalhadores e os meios de subsistência como também a crescente instabilidade do emprego. Apontou como regiões preferencias para o crescimento desta relação de trabalho aquelas onde a ocupação de terras já esteja completa e a penetração do capitalismo no campo já tenha se efetivado ou esteja em fase de desenvolvimento. Outros aspectos mencionados foram a existência de um excedente populacional mobilizável para as tarefas sazonais da colheita, a elevação da composição técnica do capital, com o aumento da mecanização e diminuição da força de trabalho, a possibilidade de diminuir custos com a mão-de-obra separando tarefas qualificadas e não qualificadas e finalmente a possibilidade de expandir os contratos de trabalho temporário.

As pesquisas se dirigiram para análise do aspecto intermitente do trabalho volante. Não se deve esquecer que a estacionalidade do trabalho agrícola sempre esteve presente, uma vez que as tarefas sazonais são características da atividade agrícola. No entanto, as transformações nos processos produtivos das empresas capitalistas ocasionaram aumento do trabalho temporário, pois ao dispensarem trabalhadores residentes nas propriedades, vão engrossando o

contingente de mão-de-obra desqualificada, com poucas possibilidades de outras formas de emprego permanente.

A especialização das regiões em poucas atividades agrícolas também leva à estacionalidade do trabalho e reforça o uso descontínuo da mão-de-obra, restando aos volantes migrarem para outras regiões ou procurarem empregos urbanos. Sobre este aspecto, BRANT (1977) pesquisando a região de Assis (SP) ressaltou a alternância de ocupações seja do trabalhador individual, seja dos membros da família. A necessidade do trabalho urbano como complemento da renda também foi tratada por D'INCAO e MELLO (1975), em pesquisa realizada com cerca de 50 trabalhadores da região da Alta Sorocabana. GRAZIANO DA SILVA (1980 e 1982) incorpora em seus estudos a noção do mercado de trabalho urbano-rural, com benefícios para o capital, uma vez que a característica marcante do trabalhador volante é a de ser um assalariado rural, porém o seu custo de reprodução está determinado no setor urbano. São pessoas que devido à instabilidade de emprego e à inexistência de um vínculo empregatício formal, atuam tanto no trabalho rural quanto no urbano.

O tipo de remuneração mais freqüente para o trabalho volante é a por empreita ou tarefa, englobando-se a colheita da cana-de-açúcar, café, laranja, amendoim, milho, algodão, feijão, etc., embora se verifique o pagamento por diária fixa, especialmente nas capinas. O pagamento por tarefa ou empreita

traz grande vantagem para o produtor, pois estimula o bóia-fria a produzir o máximo possível em um dia de trabalho, realizando mais trabalho excedente (IANNI, 1977).

Assim, a jornada de trabalho tende a se alongar para aumentar o ganho, acrescentando-se o agravante de que o volante perde um bom tempo no transporte do local de moradia (nos bairros periféricos das cidades) até o local de trabalho<sup>9</sup>. Outro destaque, o transporte, quase sempre realizado em caminhões lotados, sem segurança, sem conforto, levando a maior desgaste e freqüentes acidentes.

Estes estudos sempre foram acompanhados por citações sobre os aspectos quantitativos do mercado de trabalho. As estatísticas sobre emprego rural no Estado de São Paulo evidenciaram o crescimento desta categoria no tempo: em 1970 constituíam 14,9% da mão-de-obra utilizada, passando a representar 27,3% em 1979. Em meados da década de 80, atingiram cerca de 30% (VICENTE, 1989).

Em resumo, as pesquisas sobre a utilização da mão-de-obra volante na agricultura paulista, na década de 70, mostraram o crescente emprego desta relação de trabalho, ressaltando ainda, o agravamento da sazonalidade do emprego. Daí decorrem os diversos problemas enfrentados pelos bóias-frias, quais sejam, os baixos níveis de remuneração, a

---

<sup>9</sup> O total de horas estimado para a jornada de trabalho variava de 8 a 12 horas, acrescentando-se mais quatro horas para o transporte (D'INCAO e MELLO, 1975; GRAZIANO DA SILVA & FREITAS, 1976).

sobrevivência em más condições de habitação e de nutrição e a necessidade de se deslocar durante algumas épocas do ano em busca de ocupação.

Para dar prosseguimento à discussão, cita-se uma indagação de BACCARIN (1985). A instabilidade de trabalho e a inexistência de vínculos formais de emprego são dois fatores ligados entre si. Quanto mais intenso for o primeiro mais facilmente tenderá a ocorrer o segundo e vice-versa. A pergunta que se faz é a seguinte: a evolução do mercado de mão-de-obra volante se dá em direção ao aumento da instabilidade e informalidade das relações de trabalho ou em sentido contrário?

Para alguns autores (BRANT, 1977; LANGE; BELLOTO & BASTOS, 1982) ocorreria o aumento da instabilidade e da informalidade, em decorrência do desenvolvimento simultâneo ou sucessivo, das formas de apropriação da terra e dos níveis de acumulação do capital. Esse processo implica não só na radical separação entre os trabalhadores e o meio de subsistência, como também numa crescente instabilidade de emprego. Na figura de trabalhador desqualificado, os volantes servem ao capital na produção agrícola, na indústria de transformação, construção civil e serviços. Dependendo principalmente da ocupação agrícola, estão sujeitos a constantes períodos de desemprego cuja duração é função do calendário das culturas.

As observações de GRAZIANO DA SILVA (1980) foram de que a tendência se daria no sentido de consolidação do bóia-fria permanente, aquele que constitui praticamente um trabalhador efetivo na propriedade, onde se emprega quase ou ininterruptamente por um ou vários anos.

Considera ainda o volante eventual ou esporádico, que seriam as mulheres e os menores que trabalham em épocas de maior necessidade de mão-de-obra no meio rural, não fazendo parte regularmente da força de trabalho e o bóia-fria temporário como aquele que alterna empregos rurais e urbanos, personificando o mercado de trabalho não qualificado.

Para as décadas pós 70 o trabalho volante segue novos rumos diante do desenvolvimento da agricultura paulista.

As pesquisas abrangendo parte dos anos 70s até a metade da década de 80 evidenciaram que os volantes vêm apresentando maior sensibilidade aos salários pagos à própria categoria do que aos salários alternativos (VICENTE, 1989). Constatou-se, também, a formação de turmas de trabalho que se empregam durante boa parte do ano numa mesma propriedade e nos períodos de colheita, obtêm renda maior, o que levou à suposição de que, para uma parcela de trabalhadores, a renda média anual e a segurança no emprego tornaram-se mais estáveis (BACCARIN, 1985).

Estas conclusões levam a pensar em dois pontos fundamentais. Um deles se refere ao controle e organização da

força de trabalho por parte do empresariado rural. O outro refere-se à luta e organização dos trabalhadores dirigida a melhores condições de trabalho (carteira assinada, emprego fixo, salário maior, etc.). E certamente o ano de 1984 representa um marco histórico na lutas dos assalariados rurais.

Para se entender o processo de luta dos trabalhadores é preciso lembrar Guariba, região de Ribeirão Preto, ou seja, tornaram-se indissociáveis as lutas dos acontecimentos de maio de 1984, nesta cidade. A greve de Guariba tem importante significado para os volantes no que diz respeito à sua identidade como trabalhadores e trabalhadoras e não como meros figurantes do processo de modernização da agricultura. Torna-se necessário afirmar que os acontecimentos de maio têm antecedentes, o que vale dizer que são resultados e desdobramentos de lutas e experiências de lutas ocorridas em anos e lugares distintos, com ou sem a participação dos sindicatos de trabalhadores rurais (ALVES, 1991).

Inicialmente foram os cortadores de cana, mas depois os colhedores de café e de laranja, dentre outras categorias, todos realizaram movimentos reivindicatórios. A literatura tem considerado que o volante apresenta dois tipos básicos de reivindicação: um relacionado à aspiração pela posse da terra e o outro direcionado para melhores condições de trabalho. Uma das causas imediatas do movimento dos trabalhadores foi a

implantação do sistema de corte de cana por 7 ruas a partir de 1983. Com as 7 ruas, as usinas eram beneficiadas tanto em termos de rendimento agrícola, tanto industrial, enquanto que os fornecedores se beneficiavam somente dos rendimentos agrícolas. Para o trabalhador, a passagem das 5 para as 7 ruas aumenta a largura do eito de trabalho, exigindo mais deslocamentos laterais e maior esforço para depositar a cana cortada na rua central do eito (BACCARIN, 1985).

Para ALVES (1991) são duas as visões mais relevantes da greve de Guariba. Uma delas fundamenta-se nas colocações de Maria Conceição D'Incao, onde a luta dos assalariados rurais, bóias-frias, vem desafiando os capitalistas do setor produtivo de cana e laranja. As razões apontadas pela autora vão no sentido do agravamento da crise econômica brasileira no período de 1981 a 1984, que provocou uma maior competitividade por serviço entre trabalhadores da região e os demais, recém chegados, devido à dificuldade de trabalho nas regiões de origem. A outra visão, de Ferrante e Moraes, ressalta os aspectos vinculados às condições de socialização destes trabalhadores nas cidades dormitórios e periferias das cidades da região. Lembram que as periferias das cidades e as cidades dormitórios são espaços exclusivos de socialização dos trabalhadores, onde há possibilidade para a troca de experiência, para avaliação coletiva das dificuldades e das possibilidades para superação de tais dificuldades. Assim, o

espaço de reprodução como espaço exclusivo dos trabalhadores assalariados rurais permite que amadureçam alternativas possíveis de reação à dominação dos patrões. Estes acontecimentos vão caracterizar a reação diante da modernização da agricultura, conformando a identidade de operário rural e promovendo novas lutas e mobilizações.

Os estudos sobre a modernização da agricultura têm analisado as transformações capitalistas da base produtiva agrícola e das relações de trabalho rural. Na década de 90, o destaque se dirige para as alterações no processo de trabalho e a adequação qualitativa da força de trabalho rural (BORBA, 1994; RICCI, 1994).

BORBA (1994) evidenciou que a organização do trabalho nas empresas rurais dirigiu-se para a implantação da divisão de trabalho, implicando numa hierarquia de cargos e funções complexas e especializadas e num perfil ocupacional que requer novas profissões especializadas. A concepção do trabalho cabe à gerência e é separada do trabalhador direto. O treinamento no trabalho torna o trabalhador da produção habilitado a desenvolver atividades no processo produtivo agrícola, constituindo-se também em mecanismo de promoção e/ou de permanência no emprego. O estudo refere-se à Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto, enfocando empresas produtoras de cana, laranja e soja.

Ainda no caso da cana-de-açúcar, as pesquisas mencionam o controle do processo de trabalho e assinalam que o Departamento de Recursos Humanos têm expandido suas funções nos últimos anos, passando a selecionar, contratar e treinar os trabalhadores. Embora sejam oferecidos com predominância aos operadores de máquinas agrícolas e tratoristas, têm sido estendidos a outras atividades agrícolas, dentre as quais segurança no trabalho e novas atividades. O rigor na seleção dos trabalhadores aumenta, priorizando-se disciplina, freqüência e produtividade (CORTÉZ, 1993).

Todo este mecanismo está relacionado a duas das mais importantes modificações no processo produtivo da cultura. A primeira refere-se à extensão do período de colheita, com a finalidade de proporcionar cana às usinas durante a maior parcela possível do ano. A segunda, diz respeito a intensificação do corte mecanizado. Embora não tenha ocorrido a mecanização integral do corte, inclusive porque ainda não é viável, procura-se atingir a estabilização da demanda da força de trabalho entre os períodos de safra e entressafra. Esta estabilização da demanda aumenta as possibilidades de uma melhor seleção de trabalhadores e a redução nos contratos dos safristas. Permanecerão trabalhando os mais qualificados, não só no corte de cana, mas também com elevada produtividade em outras atividades agrícolas. Isso ocorrerá provavelmente em

detrimento dos migrantes de outras regiões (RICCI, coord., 1994; BAPTISTELLA et al., 1994).

Portanto, as pesquisas falam sobre o controle do processo de trabalho na agricultura modernizada, caminhando para a especialização da força de trabalho, ou seja, os trabalhadores da cana e da laranja, exemplos mais marcantes, tornam-se especializados nesta atividade. Na cana-de-açúcar a evolução é mais nítida, pois a possibilidade e intensificação do corte motomecanizado leva à necessidade de um trabalhador rural "polivalente na cultura canavieira" capaz de executar as diferentes atividades agrícolas da usina (CORTÉZ, 1993, p.2). Veja que este trabalhador já executava outras tarefas em outras culturas ou outros setores, portanto já era polivalente. Com o corte mecanizado, passa a ser polivalente especificamente na cultura canavieira.

Os desenvolvimentos teóricos sobre o controle do processo de trabalho surgem com o Taylorismo, nos Estados Unidos, no princípio do século XX, com a finalidade de quebrar o domínio artesanal e submeter todo o processo de fabricação à autoridade indiscutível dos patrões. A base teórica vem da administração científica de Taylor, cujo dogma é a divisão do trabalho. As tarefas devem ser parceladas em componentes de acordo com um plano central de ação, sendo cada parte supervisionada (KATZ, 1994; BORBA, 1994).

Os estudos sobre o tema evoluem, permeando as discussões atuais sobre a organização do processo produtivo nas empresas, visando sobretudo, moldar a força de trabalho às novas exigências do capital<sup>10</sup>.

Na área de recursos humanos, a inovação principal foi a introdução da microeletrônica, com a utilização de sistema computadorizado de banco de dados, com um conjunto de informações sobre cada pessoa contratada. Este sistema possibilita a rápida obtenção de dados sobre a produtividade no trabalho, não só no corte da cana, mas também em outras atividades, assiduidade e disciplina dentre outros. Por meio deste método, tem se reduzido a rotatividade do trabalho nas usinas e destilarias, com permanência nos postos de trabalho, das pessoas que atendam aos critérios desejados (RICCI, coord., 1994).

Ao se estudar o trabalho volante no contexto da produção agrícola no Estado de São Paulo, outras peculiaridades podem ser observadas. Por um lado, na região de Ribeirão Preto, por exemplo, verifica-se que o moderno está presente nessa região através de uma base produtiva bastante moderna e dinâmica, tanto agrícola como industrial e de serviços. Recordam-se aqui as condições que geraram sua economia, onde a cultura do café e todo o seu desenvolvimento configuraram a infra-estrutura produtiva. Por outro lado, o

---

<sup>10</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre o controle do processo de

Estado de São Paulo apresenta diversidades tanto na produção agrícola quanto na organização do trabalho, com uma intensidade de traços a serem destacados.

---

trabalho pode ser obtida em BORBA (1994), CORTÉZ (1993) e KATZ (1994).

### 3. OS MUNICÍPIOS DE ITABERÁ, ITARARÉ E RIVERSUL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO SUDOESTE PAULISTA E DO ESTADO DE SÃO PAULO

Resultado de relações sociais determinadas, o espaço geográfico participa da totalidade social enquanto espaço de produção, de circulação e de troca, de consumo, de manifestação da atividade político-ideológica e da cultura, reproduzido-se como parte dessa totalidade. Assim é, que o processo de produção do espaço pode ser pensado sob dois enfoques: o do processo geral ligado à totalidade e o do processo específico, relacionado às parcelas que compõem essa totalidade, o que equivaleria considerar o aspecto regional. Nesta perspectiva, os aspectos regionais se articulam e se definem em consonância com a totalidade, ou seja, "a articulação da região com o espaço nacional ao qual pertence e deste com o internacional é determinada pela divisão do trabalho: local, regional, nacional e internacional" (CARLOS & ROSSINI, 1983, p.15).

Esta divisão do trabalho, na sociedade e no espaço, tem por meta viabilizar o processo de reprodução ampliada do capital, estabelecendo, entre as frações do espaço, uma relação de dependência que abrange laços de dominação e subordinação. Isto leva a refletir a formação das regiões,

assim como a distribuição dos indivíduos na sociedade, como um processo desigual, cuja determinação se vincula à formação econômico-social (CARLOS & ROSSINI, 1983; ROSSINI, 1988).

Procurou-se inicialmente, resgatar alguns traços marcantes do processo de desenvolvimento sócio-econômico do Estado de São Paulo, iniciando pela cultura do café e a partir daí, entender o que se passou com a região onde foi realizada a pesquisa de campo, situada no sudoeste paulista, que juntamente com o Vale do Ribeira constituem regiões onde o café não marcou a paisagem.

A expansão agrícola no Estado de São Paulo no meio século anterior à grande depressão é um dos mais significativos acontecimentos da história do Brasil. O planalto ocidental, com potencial inexplorado, transforma-se no centro dinâmico da economia brasileira. Contribuíram para este desenvolvimento, a abundância de terras aráveis propícias para o cultivo do café, a expansão da rede de ferrovias nas áreas produtivas, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre (com a entrada de imigrantes) e as vigorosas políticas dos governos estadual e federal para manter o preço do café durante períodos de flutuações extremas nos mercados. Estes fatores são inter-relacionados e contribuíram, conjuntamente, para a expansão da agricultura em São Paulo (HOLLOWAY, 1972).

O avanço da cultura cafeeira ocorreu levando em

consideração duas determinantes principais: evitar a linha do trópico abaixo da qual o clima não favorecia e demandar as grandes florestas de terra virgem. A expansão do café baseou preponderantemente na ocupação de vastas extensões de terras férteis e planas (MILLIET, 1939; Atlas da População do Estado de São Paulo, 1991).

As primeiras sementes de café chegaram ao Brasil no século XVIII, mas somente no início do século XIX é que este se torna importante produto de exportação. Na década de 20, representava 18,4% do valor das exportações nacionais, passando na década seguinte (1831-40) a representar 41,4%. No decênio 1841-50 mantém praticamente a mesma situação em relação ao período anterior, assumindo liderança no valor das exportações a partir da segunda metade do século XIX quando, em 1890-1900, atinge 64,5% do valor. Com o tempo perde sua importância relativa, devido ao surgimento de novos produtos de interesse para a exportação. Paralelamente ao crescimento da participação do café, a cana-de-açúcar vai decrescendo relativamente, e só vai assumir posição de destaque como produto de exportação por volta da metade deste século (ROSSINI, 1988).

Importante salientar que o café em São Paulo proporcionou modificações estruturais no crescimento e desenvolvimento da economia e modificou as relações econômicas com o resto do País. Isto porque a expansão da cultura no

território paulista baseou-se em uma agricultura que se transformava qualitativamente quanto às relações de trabalho e de produção. Ampliou-se consideravelmente o mercado de bens de consumo corrente, multiplicando as possibilidades de reprodução do capital, inclusive e particularmente, o gestado na economia cafeeira. À medida que os plantios se afastavam dos portos onde o café era embarcado para o exterior, maiores eram as despesas com transportes, emperrando a acumulação. A implantação do sistema ferroviário não só proporcionou a superação desse obstáculo, como tornou acessível a exploração das terras virgens do oeste paulista (Atlas da População do Estado de São Paulo, 1991).

A agricultura se diversificava para suprir com alimentos e matérias-primas a expansão urbana. Assim é que, atrás do café e por vezes à sua frente penetravam as ferrovias, e com elas os colonos estrangeiros e o comércio semi-sedentário. Cidades erguiam-se, e cresciam rapidamente (MILLIET, 1939).

Aceleraram-se o desenvolvimento e as transformações nas regiões do Estado onde a cultura do café avançou. Foi nas áreas com intensa reprodução do capital que se intensificou o crescimento populacional.

No ano de 1872, quando foi realizado o primeiro Recenseamento Geral do Brasil, a população paulista era de 837.354 pessoas. Entre 1900 e 1920 o crescimento populacional foi de 101,2%. Em 1920 a população atinge 4.592.188

habitantes, correspondendo a 15% do total brasileiro. Esse incremento da população entre o fim do século XIX e a década de 20, deveu-se basicamente à imigração de europeus e asiáticos para a lavoura cafeeira. O movimento migratório para o Estado foi de 890.968 pessoas, sendo apenas 67.326 nacionais (Tabela 6) (ROSSINI, 1988).

O dinamismo populacional do Estado de São Paulo fez com que em 80 anos sua densidade demográfica aumentasse de 9,2 hab/km<sup>2</sup> em 1900, para 101,2 hab/km<sup>2</sup> em 1980, sendo que duas situações distintas são observadas quanto à estruturação da população paulista. Um primeiro momento ocorreu entre 1900 e 1950, quando a economia paulista era predominantemente agrícola, sustentada principalmente pelo complexo cafeeiro. No segundo momento, entre 1960 e 1980, o Estado urbanizou-se apoiado na industrialização<sup>11</sup>.

Poder-se-ia, então, considerar como fato relevante da demografia paulista nos últimos 40 anos, o acelerado processo de urbanização que, através do crescimento diferencial dos setores urbano e rural, provocou intensa redistribuição interna da população. Nos anos 40s e 50s a população urbana já tivera um crescimento relativo muito maior (51,6% e 69,7%, respectivamente) em relação aos quadros rurais (7,0% e 11,5%, respectivamente).

---

<sup>11</sup> As considerações sobre a evolução demográfica de São Paulo foram

TABELA 6. Componentes do Crescimento Populacional, Estado de São Paulo, 1872-1995

Ano	População	Acréscimo Populacional	Saldo		Componente	
			Vegetativo	Migratório	Vegetativo	Migratório
1872	837.354	...	...	...	...	...
1920	4.592.188	3.754.834	...	...	...	...
1940	7.180.316	2.588.128	...	...	...	...
1950	9.134.423	1.954.107	1.469.600	484.507	75,21	24,79
1960	12.979.049	3.844.626	2.846.712	997.914	74,04	25,96
1970	17.771.948	4.792.899	3.216.968	1.575.931	67,12	32,88
1980	25.040.712	7.268.674	4.254.422	3.014.342	58,53	41,47
1995	33.819.754	8.779.042	...	...	...	...

Fonte: ROSSINI (1988), Atlas da População do Estado de São Paulo (1991) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1995).

Para se ter idéia desse processo, em números absolutos, a população urbana paulista, com cerca de 3 milhões de habitantes em 1940 (3.168.111), tornou-se 6 vezes maior em 1980 (22.196.378), enquanto o número de habitantes rurais, que era de 4.012.205 em 1940, passou para menos de 3 milhões em 1980 (tabela 7).

feitas com base no Atlas da População do Estado de São Paulo (1991) e em ROSSINI (1988).

TABELA 7 - Participação da População Urbana e Rural no Total do Estado, 1940-1995

Ano	Total	População		Participação	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural
1940	7.180.316	3.168.111	4.012.205	44,12	55,88
1950	9.134.423	4.804.211	4.330.212	52,59	47,41
1960	12.979.049	8.151.632	4.827.417	62,81	37,19
1970	17.771.948	14.276.239	3.495.709	80,33	19,67
1980	25.040.712	22.196.378	2.844.334	88,64	11,36
1995	33.819.754	31.450.040	2.369.714	92,99	7,01

Fonte: ROSSINI (1988) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1995).

No período 1940-50, quando a população paulista passou de 7.180.316 para 9.134.423 habitantes, com uma taxa média de crescimento geométrico de 2,4% ao ano - encerra-se o grande movimento de ocupação das fronteiras agrícolas no oeste do estado, iniciado com a expansão do complexo cafeeiro na segunda metade do século passado. Em 1940 a economia paulista era predominantemente agrícola, com maior proporção da população nos quadros rurais (55,9%). Porém, o maior crescimento urbano no período 1940-50 prenunciava a grande mudança demográfica no Estado: a intensificação da urbanização diante do processo de industrialização pesada, que iniciada nos anos 50s, se expande nos anos 60s e 70s.

O período de 1960-70 consolidou a inversão nos padrões demográficos do Estado, quando o acelerado processo de concentração urbana se tornou-se a principal característica populacional. Esta década caracterizou-se pelo êxodo rural, pois se no período 1950-60 a população rural aumentara em cerca de 500 mil pessoas, nos anos 60s cerca de 1,3 milhão de pessoas deixaram a zona rural, ao mesmo tempo que as cidades e vilas incorporaram mais de 6 milhões de habitantes.

Nesta época, além da industrialização, destacou-se a política agrícola e seus reflexos na composição da produção agrícola, nas tecnologias adotadas e sobretudo no mercado de trabalho na agricultura (GATTI, 1984; GHILARDI, 1986).

Esse processo de crescimento e de modernização das atividades econômicas, fez do interior do Estado de São Paulo um espaço heterogêneo quanto à dinâmica econômica, social e demográfica. Há o complexo urbano-industrial, que vem de Franca, no nordeste, até a Região Metropolitana de São Paulo, dirigindo-se, então para o Vale do Paraíba, a leste. Nesta região, localizam-se cidades de grande vitalidade, como São José do Rio Preto, Campinas, Jundiaí e São José dos Campos. Neste complexo fabril, é também intensa a atividade terciária, absorvedora de mão-de-obra. Por outro lado, o interior abriga também regiões como Araçatuba e Presidente Prudente, com extensos campos de pastagens, e Itapeva e Registro áreas economicamente menos dinâmicas. Nestas regiões, é menor a

absorção de mão-de-obra (COSTA, 1994).

As desigualdades observadas quanto aos aspectos sócio-econômico e espacial são visíveis no Estado de São Paulo: de um lado regiões industrializadas e com grande dinamismo populacional, e de outro regiões quase que totalmente dependentes das atividades agrícolas (PERILLO, 1994).

Estas desigualdades espaciais implicam, também, em comportamentos diferenciados quanto à infra-estrutura disponível para o atendimento das necessidades da população. Porém, a exclusão econômica e social - do emprego, da terra, dos direitos civis e do acesso ao mercado - que transforma pobres em miseráveis, num constante ir e vir em busca da sobrevivência está presente na totalidade. Em algumas regiões as condições de vida desta população aparecem mais claramente através dos indicadores de desenvolvimento: renda per capita, mortalidade infantil, escolaridade, etc. Em outras, parece menos evidente face à grandeza e dinamismo da economia regional.

De acordo com o mapa da pobreza feito pela Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social, com base em dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados e Estatística (SEADE): não existiriam "boas" regiões no Estado de São Paulo, o mais rico do País, seguindo-se a classificação por regiões,

distintas pelas designações "pior", "entre o pior e o ruim", "ruim", entre o "ruim e o menos ruim" e finalmente o "menos ruim" (ESTAMOS, 1995).

O que esta classificação sugere é que mesmo nas localidades conhecidas por seus indicadores de desenvolvimento e dinamismo econômico, uma parcela da população não desfruta dos benefícios desta situação. O Atlas da miséria constatou que em todas as zonas há indigência, porém, a situação é "pior" nas regiões do Vale do Ribeira e de Sorocaba, onde 19,3% da população tem renda inferior a um salário mínimo (a pesquisa se reporta a dados de 1994).

Na região de Sorocaba, os municípios do sudoeste paulista apresentam elevados índices de mortalidade infantil e baixa renda per capita da população. Os problemas são agravados pela sazonalidade da ocupação agrícola, incremento do emprego informal e subemprego.

### **3.1 Considerações sobre o Sudoeste Paulista**

Uma observação merece ser feita antes que se inicie a discussão: não existe uma única delimitação de municípios que corresponda ao que usualmente os autores denominam região sudoeste paulista. Dependendo do enfoque, são considerados diferentes grupos de municípios.

A caracterização regional elaborada no relatório do Projeto FAO/ALADI (SÃO PAULO, 1994) teve por objetivo levantar aspectos relacionados à segurança alimentar. O estudo abrangeu a parcela do sudoeste do Estado de São Paulo que limita-se ao Sul e a Oeste com o Estado do Paraná, constituída de 18 municípios: Apiaí, Buri, Guapiara, Itaberá, Capão Bonito, Iporanga, Itararé, Itapeva, Riversul, Ribeira, Ribeirão Branco e os sete novos municípios criados em 1991: Barra do Chapéu, Bom Sucesso do Itararé, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Nova Campina, Ribeirão Grande e Taquarivaí, perfazendo uma área total de 12.874 km<sup>2</sup>.

O relatório aponta que o atraso da região é histórico, com índices preocupantes da mortalidade infantil e de renda per capita da população. Na década de 40, deste século, empresas particulares abriram minas de prospecção aurífera em Apiaí. Esse processo não teve continuidade por determinação de autoridades federais e estaduais. Na década de 50 surgiram as "caieiras", iniciando a prática de extração de calcários por métodos industriais com posterior implantação progressiva de três grandes fábricas de cimento.

Em Itapeva destacou-se a extração de cobre, frustrada pela falência do grupo Pignatari na década de 60. Neste município, desenvolveram mais recentemente os setores industriais da siderurgia do ferro manganês e do papel. Já o ciclo da madeira na região, centralizado em Itararé, terminou

abruptamente com a desativação da rede ferroviária Paraná - Santa Catarina, fato este que levou à estagnação econômica do município.

Dados de 1991 informaram um total de 304,9 mil habitantes, nestes municípios, sendo 38,7% pertencentes à zona rural. Comparativamente à outras regiões do Estado, apresenta baixa densidade demográfica e pulverização de povoados dentro de municípios com grande extensão geográfica, onde apenas as cidades-sede possuem organização urbana convencional. Municípios como Capão Bonito, Itapeva e Itararé apresentam taxas de urbanização superior em comparação com os demais. O número de famílias indigentes na região considerada, em relação ao total de famílias, revelou-se bem superior ao percentual do Estado (Tabela 8).

O desenvolvimento industrial é pequeno, embora tenha havido na década de 80 a instalação de novas indústrias em Capão Bonito, Apiaí e Itapeva. Destacam-se as empresas de extração e transformação de minerais (calcário e cimento), o corte de madeira, a fabricação de papel (voltada para o mercado externo), a laminação de madeira e, em menor escala, a indústria de produtos alimentares (em decorrência da produção agrícola de grãos).

TABELA 8. População Residente e Famílias Indigentes, Região Sudoeste e Estado de São Paulo, 1991  
(em mil)

	Região Sudoeste	Estado de São Paulo
População Total	304,9	31.436,2
População Urbana	186,9	29.155,7
População Rural	117,9	2.280,5
Percentual de População Rural	38,7	7,3
Total de Famílias <sup>(1)</sup>	82,7	8.934,8
Número de Famílias Indigentes <sup>(2)</sup>	18,7	835,4
Percentual de Famílias Indigentes	22,7	9,3

<sup>(1)</sup> Calculado considerando-se o número médio de 3,75 pessoas / família.

<sup>(2)</sup> Famílias com renda mensal que consegue, no máximo, adquirir uma cesta básica mínima da FAO/OMS/ONU; compostas, em média, por 2,55 pessoas.

Fonte: SÃO PAULO (1994).

São pouco expressivos os setores da economia urbana da região, com desenvolvimento maior em Itapeva e Apiaí, no setor de comércio e Itapeva e Capão Bonito, no de serviços. O comércio da região é bem antigo e originário, em sua maioria, de antigos mascates que foram se instalando em pequenas lojas, ampliadas no decorrer do tempo. Recentemente, algumas lojas de departamento, principalmente eletrodomésticos, se instalaram sobretudo no município de Itapeva.

À exceção de Itapeva, que se transformou em centro de produção industrial de minérios face às riquezas de subsolo,

os demais municípios da região sudoeste têm na agropecuária sua atividade econômica principal. As áreas mais representativas são ocupadas com milho, feijão, tomate, arroz, trigo e frutas (as principais são maçã, uva, pêssego, nectarina, ameixa, caqui, abacate e poncã). Compreende atualmente a zona onde se concentra o cultivo de feijão, cultura que se transformou-se na principal atividade econômica regional, produzindo mudanças na dinâmica local.

GONÇALVES & SOUZA (1993a) analisaram as transformações da agricultura do sudoeste paulista considerando os municípios mais importantes na produção de feijão: Capão Bonito, Itapeva, Itaberá, Itararé, Riversul, Itaporanga, Barão de Antonina, Coronel Macedo, Taquarituba e Itaí. A região estudada ocupa a chamada Depressão Periférica, correspondente à borda leste da Bacia do Paraná, extensa parcela de terra rebaixada de topografia colinosa e litologia areno-argilosa. Os solos são em geral profundos, bem desenvolvidos, envelhecidos, de ácidos a fortemente ácidos e de fertilidade natural baixa (Podzólico vermelho-amarelo, Latossolo vermelho escuro e Latossolo vermelho amarelo).

A agricultura regional desenvolveu-se com base na pecuária mista e na produção de cereais, principalmente o milho, o arroz e o feijão. A presença de reflorestamento, com maior destaque na década de 70, ocupou solos mais fracos na parte norte e nordeste, sem contudo tomar corpo como grande

indústria de papel e celulose. A interação entre a pecuária e os cereais determinaram momentos de avanço e recuo das áreas de lavoura, principalmente em face da alternância da rentabilidade das culturas.

O estudo mostra que as lavouras aumentaram sua participação no decorrer da década de 70, passando de 20,6% em 1970 para 30,0% em 1980, acréscimo este relacionado às lavouras temporárias. A área com pastagens apresentou comportamento diverso, caindo nos anos 70s e aumentando no início dos anos 80s. Ocorreu também o avanço do pasto cultivado em contraponto com o recuo do pasto natural. A área de matas e florestas cresceu em termos relativos entre 1970-80 mantendo-se estável entre 1980-85. Com o aumento das florestas artificiais, novas parcelas da área rural vão sendo incorporadas à lógica do processo de acumulação (Tabela 9).

A avaliação dos cultivos temporários revela um aumento significativo do feijão, que de 2,58 mil hectares em 1960 passou para 19,9 mil em 1970 e 119,6 mil em 1980, decrescendo para 96,0 mil em 1985. Esse crescimento acentuado fez com o feijão se transformasse na principal cultura anual da região. São também representativos milho, arroz e algodão. Em termos de área cultivada o milho situa-se como segunda ou terceira cultura em praticamente todas as propriedades, enquanto que a cana-de-açúcar não se expandiu na região (GONCALVES & SOUZA, 1993a).

TABELA 9: Utilização das Terras, Região Sudoeste do Estado de São Paulo, 1970-85  
(% de área ocupada)

Item	1970	1975	1980	1985
Lavouras permanentes	0,9	1,0	1,2	1,2
Lavouras temporárias	19,7	26,9	28,8	25,2
Sub-Total	20,6	27,9	30,0	26,4
Pastagens naturais	37,2	26,8	17,4	13,6
Pastagens artificiais	20,7	20,5	27,3	35,3
Sub-Total	57,9	47,3	44,7	48,9
Mata/Floresta natural	10,5	9,8	9,4	8,6
Mata/Floresta plantada	11,0	15,0	15,9	16,1
Sub-Total	21,5	24,8	25,3	24,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: GONÇALVES & SOUZA (1993a)

Com relação à estrutura agrária, verifica-se significativa concentração da terra na região: no período 1970-85, os estabelecimentos com até 50 ha representaram mais de 80% do total, mas ocuparam sempre menos que 20% da área total, enquanto que os estabelecimentos com mais de 1.000 ha (menos que 1% do total) detiveram sempre mais que 30% das

terras (Tabela 10).

TABELA 10. Grupos de Área Total, Região Sudoeste do Estado de São Paulo, 1970-1985

Classes de área (ha)	1970				1975			
	Estabelecimento		Área		Estabelecimento		Área	
	Número	%	ha	%	Número	%	ha	%
até 50,0	12.734	82,3	173.982	17,9	13.470	83,0	183.281	19,2
50,1 a 1000,0	2.565	16,8	451.743	46,4	2.630	16,2	454.074	47,6
Acima de 1000,0	126	0,9	347.270	35,7	125	0,8	317.226	33,2
Total	15.425	100,0	972.995	100,0	16.225	100,0	954.581	100,0
Classes de área (ha)	1980				1985			
	Estabelecimento		Área		Estabelecimento		Área	
	Número	%	ha	%	Número	%	ha	%
Até 50,0	14.821	83,6	185.381	18,8	13.913	82,0	183.016	17,7
50,1 a 1000,0 ha	2.767	15,6	483.365	49,0	2.906	17,1	522.586	50,5
acima de 1000,0	144	0,8	318.456	32,2	148	0,9	329.674	31,8
Total	17.732	100,0	987.202	100,0	16.967	100,0	1.035.276	100,0

Fonte: GONÇALVES & SOUZA (1993a)

Os percentuais mostram uma estrutura agrária desigual no tocante à propriedade da terra. A região sempre se manteve à margem das mudanças mais profundas da economia paulista, não se incorporando como preferencial da ótica da expansão do processo de acumulação (GONÇALVES & SOUZA, 1993a).

O estudo de NOGUEIRA (1997) avaliou a organização espacial do sudoeste paulista com enfoque sobre a polarização recente da região. Os municípios considerados foram: Itapeva, Avaré, Itararé, Capão Bonito, Taquarituba, Angatuba, Itai, Itaberá, Fartura, Buri, Itaporanga, Paranapanema, Ribeirão Branco, Guapiara e Riversul. Considerada como uma das regiões mais pobres do Estado de São Paulo, não se desenvolveu de forma destacada em nenhum dos setores da economia, ficando à margem das regiões reconhecidamente mais dinâmicas, como Campinas e Ribeirão Preto, Bauru, Marília, Assis, Araraquara e São José do Rio Preto.

Em síntese, pode-se ressaltar alguns aspectos marcantes sobre o desenvolvimento do sudoeste paulista:

- a) a região não passou pelo processo de acumulação capitalista proporcionado pelo café, permaneceu como periférica durante um longo período, com a conseqüente existência de graves problemas de infra-estrutura;
- b) a produção agrícola ficou centrada em produtos alimentares, pouco exigentes quanto à organização empresarial. A cultura do

feijão apresentou evolução neste aspecto, o que será visto mais adiante;

c) apenas em período mais recente passou a contar com uma estrutura viária maior, possibilitando a ligação entre as cidades;

d) não se constituiu na região uma concentração do capital produtivo via agroindústria, nem uma centralização do capital em grandes cooperativas e

e) a transformação da agricultura regional foi reforçada pelo capital comercial e a modernização da agricultura ocorreu com a manutenção da estrutura agrária concentradora das terras.

Após analisar os estudos sobre o sudoeste paulista, a seleção dos municípios para realização da pesquisa de campo recaiu em três municípios: Itaberá, Itararé e Riversul. Levou-se em consideração a importância da agricultura como fonte de emprego, onde os setores da indústria, do comércio e de serviços são bem menos expressivos (Tabela 11). Além disso, as similaridades na composição da produção agrícola e nas condições do mercado de trabalho volante possibilitaram a análise para o conjunto dos municípios. A Figura 1 mostra a localização dos municípios no Estado de São Paulo.

TABELA 11. Estrutura Setorial do Emprego. Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1985.

Setores	Itaberá	(%)	Itararé	(%)	Riversul	(%)
Agricultura	6.131	91.4	6.744	69.5	3.905	100.0
Indústria	147	2.2	577	5.9	-	-
Comércio	433	6.4	2.380	24.6	-	-
Total	6.711	100.0	9.701	100.0	3.905	100.0

Fonte: Perfil Municipal (1993).

Os municípios em questão, compõe um espaço cujo processo de desenvolvimento não foi acompanhado por uma expansão industrial, tratando-se de uma região eminentemente agrícola, com predominância do cultivo de cereais e da criação de gado. As poucas indústrias existentes são as de extração de cal, beneficiamento de madeira e de produtos alimentícios.

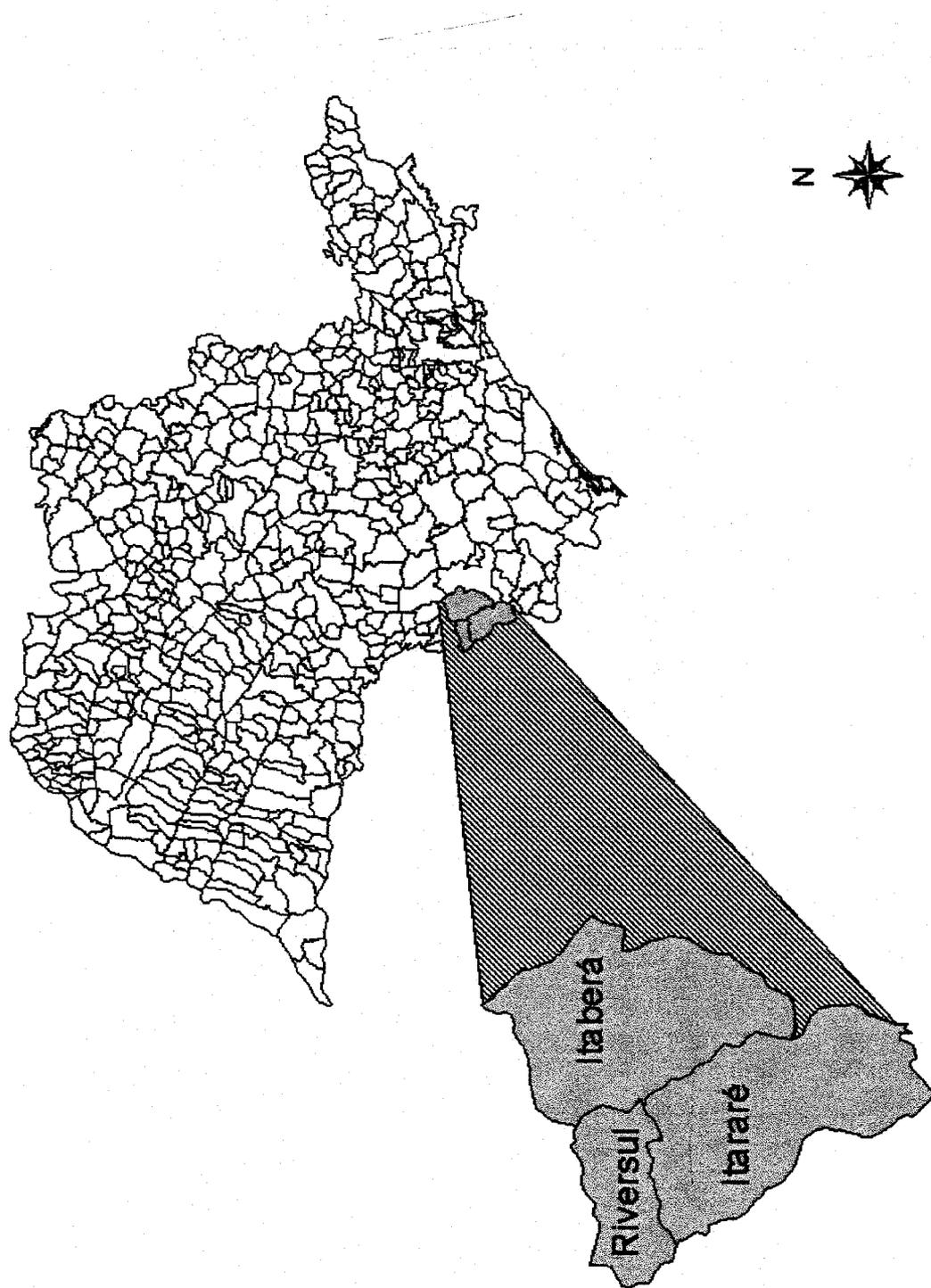


Figura 1 – Localização dos Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo.

### 3.2 Origem, Formação Histórica e Aspectos Sócio-Econômicos dos Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul

A ocupação histórica da região onde se localizam os municípios selecionados para a pesquisa de campo está relacionada a um movimento econômico mais amplo, ocorrido no Brasil durante o século XVIII, ou seja, o desenvolvimento, auge e decadência do minério. O conhecido ciclo do ouro, inicia-se no Brasil nas primeiras décadas do século XVIII e alcançou o apogeu entre 1750 e 1760, entrando em decadência antes que se terminasse esse século. Uma das características mais importantes da economia mineira, e com conseqüências para as regiões vizinhas, foi a questão do sistema de transporte: a população mineira dependia de um complexo sistema de transporte, onde as tropas de mulas constituíam a infraestrutura do sistema. A região de Sorocaba e seus arredores, passam a desempenhar papel importante como centros distribuidores de animais. Ali eram realizadas transações comerciais entre pontos distantes do País, constituindo-se, pois, como via de passagem para tropas que se dirigiam do extremo sul da região das minas, mantendo-se pouco diferenciada internamente e baseada na policultura (GRAZIANO DA SILVA, coord., 1982).

Como características da região em estudo, além do fato de ter permanecido marginalizada do desenvolvimento da

cafeicultura, destacam-se a baixa ocupação populacional, a agricultura voltada para o cultivo de cereais e de algodão e para a extração de minérios. Não passou pelo desenvolvimento da cafeicultura devido às condições edafo-climáticas, pouco apropriadas para o cultivo de café, pois outras regiões possuíam melhores potencialidades.

O processo de ocupação do município de Itaberá aconteceu no período de decadência da mineração no Estado de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. A extensa crise do mercado interno com o progressivo empobrecimento dos agricultores, forçou um movimento migratório interno em busca de alternativas.

Vindos de Minas Gerais, os mineiros Francisco Antônio da Silva, Antônio Joaquim Diniz e João Rodrigues da Silva, seguindo os picadões abertos pelos bandeirantes paulistas, instalaram-se em 1862 nas terras itaberenses, e abriram uma grande fazenda. Ali aportaram também garimpeiros atraídos pelas águas diamantíferas do Rio Verde e pelos indícios de ouro no rio Lavrinhas, às margens do qual foi erguido um povoado denominado Lavrinhas. O povoado pertencia à Intendência de São João Batista do Rio Verde (atual Itaporanga) e foi elevado à categoria de Distrito em 1871. Em 1905, recebeu a denominação de Município de Itaberá, que em Tupi-guarani quer dizer pedra que brilha. Logo a atividade de mineração deixou de ser a principal passando a agricultura a

destacar-se como a mais importante (IBGE, 1957; GONÇALVES & SOUZA, 1993b).

O município de Itararé foi originariamente formado pela concessão de três sesmarias, a primeira e a segunda concedidas em 1725 e a terceira em 1784. Essas sesmarias estavam localizadas, segundo o escrivão que as redigiu, nos campos do sertão do caminho da Vila de Curitiba. Posteriormente, as três sesmarias passaram para um mesmo dono (Coronel Gavião) e depois de seu falecimento para familiares, sendo que as sesmarias foram depois vendidas ao Brigadeiro Tobias de Aguiar, por escritura de 1841. Em 1847, foi requerido a demarcação das sesmarias então chamadas Sesmarias de São Pedro ou Fazenda de São Pedro de Itararé. Em 1869 já existia na Fazenda São Pedro, além da sede do imóvel, um pequeno povoado, denominado posteriormente de Bairro Velho, à margem esquerda do córrego da Prata e direita da estrada da Geral, que naquele tempo seguia para as regiões do sul. A frente desse bairro, no espigão da margem direita do córrego, foi localizada a cidade de Itararé, antigo povoado (freguesia) de Nossa Senhora da Conceição de Itararé. A elevação à categoria de município se deu em 1893, com a denominação de São Pedro de Itararé, posteriormente simplificada para Itararé. Limita-se com os municípios de Riversul, Itaberá, Itapeva, Apiaí e com o Estado de Paraná. As atividades econômicas mais importantes estão ligadas à agricultura e desdobramentos da madeira (IBGE,

1957).

A região onde está localizada Ribeirão Vermelho do Sul, até 1885, era apenas um sertão dotado de terras férteis. Foi por esse tempo que o mineiro Joaquim da Silva Bueno instalou sua moradia nessas terras, vindo logo depois José Ignácio Fróes, formando um pequeno povoado, com o nome de Capela de Fróes. Passados três anos veio residir no povoado Processo Martiniano, que em 1890 lutou pela criação do Distrito de Paz, e, devido à queda do regime monárquico, a criação do Distrito somente foi conseguida em 1894, com a denominação de Ribeirão Vermelho, pertencente ao município de Itaporanga. Foi elevado à município em 1924 e após dez anos foi reduzido à Distrito de Paz (1934), passando a pertencer novamente ao município de Itaporanga. Em 1953, foi reconduzido à categoria de município (IBGE, 1957). A partir de 1980 passou a denominar-se Riversul.

### **3.2.1 Aspectos demográficos e condições de vida da população**

Como foi salientado anteriormente, nas décadas de 60 e 70 intensificou-se o processo de urbanização da população paulista, com diminuição relativa e absoluta da população rural. A participação relativa da população urbana no três municípios pesquisados se mostrou bastante inferior à média do Estado de São Paulo, tanto em 1970 quanto em 1980. Segundo

dados do Censo Demográfico, embora no período 1970-80 tenham sofrido alterações a caminho da urbanização, em 1980 enquanto o Estado apresentou uma proporção de quase 90% residindo na zona urbana, em Itaberá e Riversul o percentual de residentes no meio rural era de 65,5% e de 66,9%, respectivamente, e um tanto inferior em Itararé, ou seja de 35,5% (tabela 12).

O processo de urbanização prossegue na década de 80, verificando-se, em 1991, cerca de 44,1 mil habitantes em Itararé, dos quais 16,3% com residência na zona rural. No menor deles, Riversul, passou-se a 9,4 mil habitantes (46,5% residentes no meio rural). Itaberá possuía 17,8 mil habitantes, em 1991, sendo 48,3 % na zona rural.

Estimativas mais recentes efetuadas pelo IBGE e pela Fundação SEADE, para 1994, denotam um pequeno acréscimo populacional em Itaberá, com taxa de crescimento de 0,29 a.a. no período 1991-94. No mesmo período, Riversul e Itararé apresentaram taxa decrescente de 2,30 e de 0,79 a.a., respectivamente (FUNDAÇÃO SEADE, 1995).

Os indicadores sobre aspectos demográficos, mortalidade infantil, emprego, renda, condições fitossanitárias nas cidades, emprego nos setores produtivos e de serviços refletem os processos sócio-econômicos que envolvem a sobrevivência e reprodução das populações, revelando as precárias condições de vida de muitas famílias.

TABELA 12. Indicadores Sócio-Econômicos. Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul. Estado de São Paulo. 1980, 1985 e 1991.

População	Itaberá			Itararé			Riversul		
	1980	1985	1991	1980	1985	1991	1980	1985	1991
Total	16.369	17.100	17.884	37.667	40.597	44.082	11.354	10.469	9.428
Urbana	5.650	7.252	9.236	24.312	29.781	36.891	3.753	4.448	5.048
Rural	10.719	9.848	8.648	13.355	10.816	7.191	7.601	6.021	4.380
Eleitores	4.544	5.944	9.392	14.445	17.642	24.547	3.752	4.971	6.187
Aspectos Sócio-Econômicos									
Taxa de mortalidade aeral	9,65	6,55	5,26	8,71	9,90	7,19	6,96	8,02	6,15
Taxa mortalidade infantil	91,90	51,76	35,89	79,93	95,67	51,57	71,84	80,69	35,40
Domicílios	3.569	...	5.406	8.542	...	12.638	2.441	...	2.741
c/ água encanada	...	1.420	2.250	...	7.051	...	...	1.109	1.545
c/ rede de esgoto	...	1.150	1.715	...	7.051	...	...	489	800
Energia elétrica (MWH)									
consumo resid. urbanas	962	1.712	2.743	5.111	6.690	9.076	625	1.170	1.576
consumo rural	135	391	588	158	321	536	35	166	375
consumo industrial	13	20	15	69	80	129	10	12	11
consumo comércio/serv.	190	203	274	639	708	889	140	164	173
Valor Adicionado									
Total (milh. Cr\$ de 1991)	7.796	7.211	5.866	14.372	7.645	12.697	1.514	703	926
Per capita (mil Cr\$ 1991)	476	422	328	382	188	288	133	67	98

Fonte: Perfil Municipal (1993).

Para avaliar a situação sócio-econômica dos municípios visitados considerou-se os indicadores mencionados, comparando-os com a média estadual<sup>12</sup>.

Um dos aspectos sociais mais importante é a taxa de mortalidade infantil, pois revela muito das condições de vida de uma população e está bastante relacionada ao saneamento básico e à renda. Apesar dos decréscimos observados no período 1980-91, não se pode ter uma avaliação otimista nos três municípios considerados. Em 1994 as taxas voltam a crescer, com valores acima de 50 óbitos por mil nascidos vivos no primeiro ano de vida, enquanto que a taxa estadual foi de 26,19 óbitos. No município de São Joaquim da Barra (região de Ribeirão Preto), por exemplo, a taxa de mortalidade infantil foi de 8,53. Os altos índices de mortalidade infantil, superiores à média estadual, devem-se, principalmente, à ausência de infra-estrutura de saneamento, que leva a uma série de doenças.

As principais causas de mortalidade infantil nos município de Itaberá, Itararé e Riversul têm sido, em grau decrescente de importância, causas perinatais e doenças infecciosas e parasitárias. Em Itaberá destacaram-se, também, os problemas de nutrição (FUNDAÇÃO SEADE, 1995).

Os indicadores sobre educação permitem avançar mais na caracterização da região. As taxas de analfabetismo para a população residente de 5 anos ou mais, em 1991, era de 18,06 em Itararé, de 19,56 em Itaberá de 23,74 em Riversul. Mais uma vez,

---

<sup>12</sup> Para alguns indicadores foi possível obter estimativas para 1993 e 1994, com

valores bem superiores à média estadual de 13,57. Tomando-se a escolaridade, em anos de estudo, dos chefes de domicílios, também se constatou concentração maior nos grupos sem instrução ou menos de 1 ano e de 1 a 3 anos. A estas duas faixas pertenciam, em 1991 cerca de 62,0% dos chefes de domicílios de Itaberá, 51,2% de Itararé e 64,3% de Riversul, quando, ao nível de Estado o percentual foi de 30,0%.

Os dados sobre rendimento dos chefes de domicílio, segundo as classes de rendimento, constituem fonte para observação das desigualdades econômicas e sociais: em Itaberá, em Itararé e em Riversul recebiam até um salário mínimo 43,7%, 39,1% e 69,9%, respectivamente (dados de 1991, publicados em FUNDAÇÃO SEADE, 1995). Estes percentuais sinalizam o porquê dos diversos membros da família estarem constantemente em busca de opções de trabalho num mercado cada vez mais exigente e que exclui a cada dia trabalhadores sem qualificação.

Os indicadores de saneamento básico mostraram-se favoráveis, com mais de 95% dos domicílios urbanos ligados à rede geral de água, nas três localidades. Embora pareça pequena a parcela da população sem usufruir de água tratada, ou em condições precárias de abastecimento, em Itararé, por exemplo, existem bairros sem os benefícios da água encanada e de esgotos e muitos bóias-frias residem em verdadeiros acampamentos, em condições bastante precárias e expostos às doenças.

Os três municípios selecionados possuem a agricultura como principal atividade econômica. O valor adicionado per capita, em reais de dezembro de 1994, nestes municípios, era inferior à média estadual de R\$ 5.135,20. Os valores obtidos foram de R\$ 2.535,51 para Itaberá, de R\$ 1.082,40 para Itararé e de R\$ 392,91 para Riversul. As prefeituras não têm recursos para atender às demandas nas áreas de saúde, abastecimento de água e serviços de esgoto, pois as receitas são baixas devido às condições econômicas dos moradores onde a maioria não paga IPTU, taxas de limpeza, iluminação pública e fornecimento de água.

Os indicadores apresentados sugerem, que o processo de urbanização foi acompanhado de situações diversas para muitos habitantes destas cidades. Sabe-se que as populações procuram nas cidades melhores condições de moradia, educação e saúde.

### **3.3 As Transformações na Agricultura e a Ocupação do Espaço Agrícola**

Este item se subdivide em duas partes. A primeira trata da distribuição da propriedade e posse da terra e a segunda da utilização das terras agrícolas nos municípios pesquisados.

### 3.3.1 Distribuição da propriedade e posse da terra

No município de Itaberá, em 1940, os estabelecimentos maiores que 500 ha (2,9% do número total) ocupavam 61,4% das terras. Nos estratos inferiores, os menores que 50 ha (74,5% do total) detinham 8,3% das terras, indicando uma estrutura concentradora da propriedade e posse da terra. Ao longo do tempo, ocorreu a expansão do número de estabelecimentos com menos de 50,0 ha, que passaram de 74,5%, em 1940 para 80,4%, em 1985, destacando-se duas tendências nos quarenta e cinco anos: crescimento no período de 1960 a 1975 e decréscimo de 1975 a 1985 (a maior participação foi em 1975, com 86,6%). A parcela de área ocupada por estes estabelecimentos eleva-se para quase 20,0% do total. Em contrapartida, decresce a participação dos estabelecimentos maiores tanto em número quanto em área, até 1980 (1,4% do número de estabelecimentos e 40,3% da área), sendo que em 1985 passaram novamente a ocupar quase metade da área total (Tabela 13).

Sobre este aspecto vale lembrar que o processo de ocupação fundiária no século passado, com base no estatuto das sesmarias, propiciou a estruturação da grande propriedade. Aliado a este fato, tem-se uma agricultura local que se manteve extensiva em termos de uso da terra, durante o presente século, com atividades voltadas para a pecuária extensiva e para a produção de alimentos.

TABELA 13. Distribuição Percentual dos Estabelecimentos por Estrato de Área e Respective Percentuais de Área Ocupada, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1940 - 1985.

ITABERÁ								
Ano	menos de 50,0 hectares		50,1 a 500,0 hectares		acima de 500,0 hectares		Total	
	nº (%)	área (%)	nº (%)	área (%)	nº (%)	área (%)	número	área (ha)
1940	74,5	8,3	22,6	30,3	2,9	61,4	889	101.729
1950	68,6	6,3	27,7	26,8	3,7	66,9	659	97.001
1960	84,7	14,0	13,5	26,4	1,8	59,6	1.527	108.080
1970	83,0	19,1	15,1	31,5	1,9	49,4	1.530	94.924
1975	86,6	21,4	12,0	28,5	1,4	50,1	2.001	103.837
1980	83,5	22,7	15,1	37,0	1,4	40,3	1.779	88.074
1985	80,4	19,4	17,5	34,2	2,1	46,4	1.539	102.254

ITARARÉ								
Ano	menos de 50,0 hectares		50,1 a 500,0 hectares		acima de 500,0 hectares		Total	
	nº (%)	área (%)	nº (%)	área (%)	nº (%)	área (%)	número	área (ha)
1940	73,8	9,3	22,9	29,6	3,3	61,1	764	91.920
1950	66,7	11,3	29,4	42,5	3,9	46,2	635	63.169
1960	85,4	12,2	12,7	22,8	1,9	65,0	1.171	92.708
1970	84,2	16,4	14,3	32,5	1,5	51,1	1.654	100.130
1975	87,2	17,7	11,3	25,8	1,5	56,5	1.709	97.389
1980	87,1	16,9	11,3	25,7	1,6	57,4	1.659	100.132
1985	87,8	17,0	10,8	26,7	1,4	56,3	1.794	100.701

RIVERSUL								
Ano	menos de 50,0 hectares		50,1 a 500,0 hectares		acima de 500,0 hectares		Total	
	nº (%)	área (%)	nº (%)	área (%)	nº (%)	área (%)	número	área (ha)
1960	87,7	34,4	11,2	41,1	1,1	24,5	839	26.290
1970	88,6	44,7	10,8	43,5	0,6	11,8	939	25.403
1975	90,5	46,3	9,1	39,6	0,4	14,1	1.106	26.257
1980	93,7	53,7	6,1	35,7	0,2	10,6	1.267	24.998
1985	90,5	44,0	8,9	38,3	0,6	17,7	1.194	32.370

Fonte: Censos Agropecuários (1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985).

GONÇALVES & SOUZA (1993b) mostraram que a concentração da propriedade da terra no município de Itaberá fica evidenciada, também, através dos índices de Gini, crescentes no período, que passaram de um patamar já alto de 0,8451 em 1968 para 0,8672 em 1978, atingindo finalmente 0,9030 em 1988<sup>13</sup>.

No município de Itararé, de maneira semelhante ao de Itaberá, ocorreu o crescimento do número de estabelecimentos com menos de 50,0 ha, bem como da área ocupada por estes, notadamente a partir de 1960. Chama a atenção o decréscimo da participação dos estabelecimentos de 50,0 a 500,0 ha e dos acima de 500,0, verificado a partir de 1950. Porém, em 1985, os estabelecimentos com mais de 500,0 ha, apenas 1,4% do total possuíam 56,3% das terras, valores estes que revelam a distribuição desigual da propriedade e posse da terra no município, onde os grandes estabelecimentos ocupados com pastagens, produção de alimentos e extração de madeira, controlam significativa parcela da área agrícola.

Riversul é um município menor do que Itaberá e Itararé, onde a área dos estabelecimentos agrícolas totalizou em 1985, cerca de 32 mil ha (Itaberá possuía em torno de 102 mil ha e Itararé 100 mil ha). Resguardadas as diferenças entre os percentuais de número de estabelecimentos e ocupação espacial dos diferentes estratos entre os municípios considerados, em Riversul também foram observadas as mesmas tendências de evolução na propriedade e posse da terra: o

---

<sup>13</sup>Índices de 0,701 a 0,900 indicam concentração forte a muito forte e de 0,901

crescimento da participação relativa, tanto em número quanto em área, dos estabelecimentos com menos de 50,0 ha, até 1980, quando então ocorreu uma inversão a favor dos estabelecimentos maiores. A concentração da propriedade e posse da terra fica evidenciada nos dados, ou seja, 90% do total de estabelecimentos até 50,0 ha possuíam uma parcela de 44% da área agrícola e aos 10% de estabelecimentos restantes, o domínio de mais da metade das terras.

### 3.3.2 A utilização das terras agrícolas

No município de Itaberá, em 1940, as pastagens ocupavam a maior parte da área dos estabelecimentos, existindo ainda, significativa parcela de área não explorada (26,5%) e apenas 8,2% para culturas temporárias. As alterações mais importantes na ocupação dos solos vão no sentido do crescimento da área ocupada com culturas temporárias em terras ainda não exploradas. Em 1970 as pastagens ainda ocupavam mais da metade da área total (54,1%), as lavouras temporárias 22,9%, dentre as quais o milho era a mais importante (Tabela 14) (GONÇALVES & SOUZA, 1993b).

Já em 1975, a área ocupada com pastagens recuou para 42,2%, tendência esta que persistiu até 1980, sendo que em 1985 as lavouras temporárias ocupavam quase 40,0% da área total enquanto que as pastagens ficaram com 44,3%. Ao longo do tempo, ocorreu a

---

a 1,000 concentração muito forte a absoluta.

substituição entre as culturas temporárias e as pastagens, sendo que ora o feijão ora o milho se apresentaram como principal produto cultivado. A parcela correspondente às culturas permanentes sempre foi insignificante e aquela ocupada com matas não passou de 15% durante o período 1940-85. Na metade da década de 70, na faixa noroeste do município, foram implantadas áreas de pinus, aproveitando a política de incentivos fiscais do governo federal. A exploração dessas áreas se efetivou no final da década de 80, surgindo unidades de processamento de madeira e algumas indústrias de móveis. Apesar destas unidades, o município é exportador dessa matéria prima para outras regiões processadoras. Como ramo industrial, há apenas o de produção de matéria para industrialização de produtos florestais, mas sem conseguir implementar maior dinamismo ao processo produtivo, pois é praticada em grandes áreas e de forma verticalizada (GONÇALVES e SOUZA, 1993b).

Em Itaberá, além da pecuária extensiva que ocupou sempre significativa parcela da área agrícola, desenvolveu-se também a produção de alimentos como o arroz, o feijão e o milho, importantes principalmente para o abastecimento local, pois a comercialização a longas distâncias impedia a ampliação da produção para o mercado. Foi o algodão a primeira cultura a apresentar expansão no município, principalmente após os anos 30s, em decorrência da expansão da indústria têxtil na região de Sorocaba. A deficiente condição da rede de transportes contribuiu para o isolamento da

região, impedindo um crescimento mais significativo. As plantações de algodão logo foram reduzidas pois a região de Ribeirão Preto, privilegiada em infra-estrutura e terras férteis produzia o algodão com maior competitividade.

Ainda segundo GONÇALVES & SOUZA (1993b) outro produto que apresentou ciclo de desenvolvimento no município foi o trigo, a partir da primeira metade dos anos 50s, ficando até conhecido o município como "capital do trigo". Com o tempo, a doença conhecida como ferrugem foi ocasionando redução nos plantios. Na década de 70 ocorreu um significativo crescimento da área cultivada com feijão, que assume a posição de principal cultura anual, suplantando o milho. O crescimento da área plantada foi significativo, saltando de um patamar de 4.000 ha anuais do período 1964/66 para 44.000 ha entre 1981/82. A partir da década de 80, em decorrência da situação desfavorável, houve o recuo da área cultivada para 23.200 ha, em 1990. Pode-se afirmar que esse produto se constitui na principal fonte em termos de valor adicionado e base de renda de grande número de famílias.

Em Itaberá, a composição da produção agrícola imprimiu um padrão de desenvolvimento agrícola sem a presença da agroindústria ou de grandes cooperativas que exercessem predomínio sobre a produção local. Destaca-se o capital comercial, que se tornou mais concentrado formando não só oligopsônios na venda de insumos e máquinas, como também oligopólios para compra de feijão e milho, principalmente. Nesta forma de atuação, o capital comercial

apropriada renda no processo de comercialização, na tradicional lógica de comprar barato e vender caro.

Em Itararé também as pastagens ocuparam significativa parcela da área agrícola cedendo, porém, espaço para as culturas temporárias e reflorestamento para extração de madeira. Nas décadas de 40 e 50 os principais cultivos são o arroz, milho, feijão e algodão. Em 1960 a composição da produção já vai se configurando com o maior peso do milho e do feijão. A produção de olerícolas também se desenvolveu no município. A ocupação de áreas com reflorestamento levou à implementação de serrarias e fábricas de móveis.

Em 1991, o município de Itararé foi dividido dando origem ao município de Bom Sucesso de Itararé (antes distrito com o mesmo nome) com uma população, em 1994, de 5.198 habitantes (FUNDAÇÃO SEADE, 1995).

Em Riversul a participação das culturas temporárias na área total foi crescente no período 1960-80, reduzindo-se apenas de 1980 para 1985. A área com pastagem também aumentou, com indicações de ocupação das áreas não exploradas e aquelas com mata natural.

São municípios que não se integraram à expansão cafeeira, caracterizando-se pela produção de alimentos e pecuária. O algodão teve seu ciclo de desenvolvimento na região por volta dos anos 30s, mas foi perdendo importância ao longo do tempo. A partir da década de 70 o feijão passa a se destacar como principal cultivo.

TABELA 14. Distribuição da Área dos Estabelecimentos Agropecuários Segundo as Condições de Utilização da Terra, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1940 - 1985.

Ano	ITABERÁ									
	Culturas Perenes		Culturas Temporárias		Pasto Natural e Formado		Mata Natural e Reflorestamento		Área não Explorada <sup>(1)</sup>	
	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)
1940	173	0,2	6.916	8,2	46.096	54,7	8.750	10,4	22317	26,5
1960	444	0,4	20.135	19,3	60.370	57,9	13.360	12,8	9926	9,6
1970	906	1,0	20.701	22,9	48.842	54,1	12.956	14,4	6805	7,6
1975	1.368	1,4	35.749	36,6	41.282	42,2	13.847	14,2	5482	5,6
1980	867	1,1	35.907	44,9	33.619	42,1	8.160	10,2	1335	1,7
1985	875	0,9	37.775	39,7	42.078	44,3	13.327	14,0	997	1,1

	ITARARÉ									
	Culturas Perenes		Culturas Temporárias		Pasto Natural e Formado		Mata Natural e Reflorestamento		Área não Explorada <sup>(1)</sup>	
	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)
1940	173	0,2	5.426	5,8	46.096	48,9	8750	9,3	33.852	35,8
1960	981	1,1	10.655	12,0	58.638	66,1	14014	15,8	4.408	5,0
1970	549	0,6	13.009	14,9	36.642	41,9	22861	26,1	14.450	16,5
1975	356	0,4	21.188	25,3	33.908	40,5	21754	26,0	6.509	7,8
1980	340	0,4	23.719	26,5	36.445	40,7	24543	27,4	4.447	5,0
1985	346	0,4	24.276	26,7	38.724	42,6	26295	28,9	1.207	1,4

	RIVERSUL									
	Culturas Perenes		Culturas Temporárias		Pasto Natural e Formado		Mata Natural e Reflorestamento		Área não Explorada <sup>(1)</sup>	
	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)
1960	423	1,7	6.364	25,1	6.566	25,9	3854	15,2	8.111	32,1
1970	14	0,1	8.673	35,2	9.080	36,8	3302	13,4	3.580	14,5
1975	4	0,0	12.305	49,8	8.230	33,3	3123	12,6	1.054	4,3
1980	5	0,0	11.971	52,1	8.096	35,2	2222	9,7	692	3,0
1985	15	0,1	13.913	50,0	13.178	47,4	406	1,5	293	1,0

(<sup>1</sup>) Em 1980 e 1985, inclui terras em descanso

Fonte: Censos Agropecuários (1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985).

#### 4. A INSERÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO VOLANTE FEMININA NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS MUNICÍPIOS DE ITABERÁ, ITARARÉ E RIVERSUL

As diferentes abordagens sobre a participação da mulher no trabalho agrícola bem como a reconstituição das transformações sócio-econômicas sobre o desenvolvimento da agricultura paulista e da região pesquisada constituem importantes elementos para o entendimento da evolução nas relações de produção e de trabalho no campo. Passa-se agora a análise da inserção das trabalhadoras volantes no processo produtivo da agricultura de municípios do sudoeste paulista - Itaberá, Itararé e Riversul.

##### 4.1 A Pesquisa de Campo

O delineamento da pesquisa de campo teve por objetivo coletar as informações necessárias para análise do trabalho da mulher bóia-fria diante das mudanças no processo produtivo da agricultura, buscando apreender suas estratégias de reprodução como trabalhadoras rurais.

Com base no levantamento bibliográfico sobre o trabalho da mulher e no conhecimento sobre o mercado de mão-de-obra

volante, foi elaborado um roteiro para realização das entrevistas com as trabalhadoras bóias-frias ou volantes.

O primeiro levantamento de informações foi efetivado durante o mês de julho de 1996, época de entressafra dos cultivos, quando as oportunidades de trabalho são bastante reduzidas.

Esta fase da pesquisa de campo teve por finalidade estabelecer contato com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e com as Casas de Agricultura, para uma primeira avaliação do universo a ser pesquisado. Na oportunidade, apresentou-se o objetivo do estudo, ressaltando a necessidade de se focar características de inserção da mão-de-obra feminina e situações do mercado de mão-de-obra volante além do espaço de produção daquelas culturas mais pesquisadas, dentre as quais cana-de-açúcar, laranja, café e algodão.

É importante ressaltar que anteriormente à pesquisa de campo, elaborou-se uma análise da região em estudo através de dados dos Censos Agropecuários, de dados do IEA e de trabalhos publicados para, desta forma, já iniciar o trabalho com prévio conhecimento da situação sócio-econômica dos municípios, bem como da produção agrícola regional.

O contato com sindicalistas e técnicos das Casas de Agricultura foi fundamental para desenvolvimento das entrevistas. Ser apresentada por alguém da localidade e que

seja do conhecimento das trabalhadoras, constituiu relevante fator para a realização das entrevistas necessárias para a análise proposta.

Conhecer os locais de moradia e o cotidiano de vida e de trabalho das pessoas e ter efetuado entrevistas durante o período de entressafra, contribuiu para a pesquisa de campo posterior na época de maior ocupação das volantes, ou seja, na colheita de feijão. Um exemplo seria o horário de trabalho: inicia-se na madrugada, com chegada ao ponto de arregimentação às 4:00 horas, porém, com término do serviço por volta das 12:00 horas. Este horário facilitava a realização das entrevistas no período da tarde. Possibilitou, também, verificar as precárias condições de vida a que ficam sujeitas as trabalhadoras e suas famílias, realidade esta evidenciada ao falarem sobre suas vidas, seu trabalho e a família. Durante esta época, o alimento diário é quase sempre uma dúvida, uma vez que a maioria das famílias consegue uma renda um pouco melhor apenas na época do arranque do feijão.

As entrevistas foram realizadas através de um roteiro que teve por objetivo captar os diversos aspectos da inserção das mulheres na produção agrícola. Constavam informações gerais: local de nascimento, trabalho dos pais, se veio de outra localidade qual a razão da mudança, anos de estudo, número de filhos (se estudavam, ficavam em creches

ou com outras pessoas quando a mãe estava trabalhando), o trabalho do marido e dos filhos. A seguir vinham as questões sobre o trabalho: normalmente quais as atividades desenvolvidas na lavoura, os melhores meses para trabalhar, diárias recebidas na época da colheita de feijão e em outros serviços, o horário de trabalho, transporte utilizado e forma de contratação e se possuíam outras ocupações além da lavoura. A indagação sobre o emprego em épocas anteriores com relação à situação atual foi feita com a finalidade de traçar o quadro resultante do desenvolvimento da agricultura regional.

As entrevistas, num total de 40, foram realizadas em localidades diferentes: nas residências dos bairros periféricos das cidades, nos locais de saída para o trabalho e nos assentamentos rurais. A visita às residências possibilitou visualizar e conhecer como vivem as bóias-frias, ou seja, o lugar de moradia. Nos locais de saída para o trabalho foram constatados diversos aspectos relacionados à arregimentação para o trabalho, o meio de transporte, os horários, e outras tantas informações sobre a situação atual de ocupação.

Dadas as dificuldades em interromper a execução da atividade, a visita ao local de trabalho foi efetuada com a finalidade de observar o desenvolvimento das tarefas agrícolas.

A realização das entrevistas nos assentamentos rurais, com trabalhadoras que já foram bóias-frias decorreu da constatação, no cenário da agricultura local, da mobilização de parcela dos trabalhadores rurais na conquista de terras para trabalhar. Procurou-se mostrar algumas transformações decorrentes da passagem de bóias-frias para assentadas rurais.

A utilização do roteiro foi importante para a organização das informações da pesquisa. Porém, durante as entrevistas utilizou-se, também o discurso livre, que tem por finalidade captar a vivência pessoal da entrevistada. No início, quase sempre existia uma certa timidez em conversar sobre suas vidas e seu trabalho com alguém estranho ao convívio, mas ao longo da conversa percebia-se o interesse em relatar a situação vivenciada.

As entrevistas foram complementadas com 10 relatos de sindicalistas, empreiteiros (gatos), técnicos da Casa da Agricultura e produtores rurais.

O critério utilizado na pesquisa de campo possibilitou a obtenção de resultados qualitativos junto a uma parcela das trabalhadoras rurais da região de abrangência da pesquisa. À situação concreta de trabalho e vida das volantes, foram incorporadas informações diversas sobre a evolução do processo produtivo da agricultura, com o objetivo proposto de evidenciar as condições de inserção da

força de trabalho feminina.

#### 4.2. Trabalho da Mulher Bóia-fria e Evolução Recente da Produção Agrícola nos Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul

Nas três localidades pesquisadas, os responsáveis pela produção agrícola e membros não remunerados da família constituem a maior parcela das pessoas que se ocupam das atividades agrícolas, correspondendo a mais de 80% do total, até 1980. Com o aumento da área explorada com culturas alimentares, há a necessidade de um número maior de trabalhadores. No município de Itaberá eram de 3,3 mil em 1940 atingindo o total de 9,5 mil pessoas em 1980. Variações significativas também ocorreram em Itararé e Riversul, com acréscimo 80% em Itararé, de 1940 para 1985, e de 86% em Riversul, de 1960 para 1985. A parceria sempre teve pouca representatividade na agricultura local (Tabela 15).

A participação da população trabalhadora feminina no emprego aumentou no período 1960-85 (Tabela 16). Em concordância com as informações sobre pessoal ocupado por categoria, a maior representatividade estaria na condição de familiar do produtor.

TABELA 15. Pessoal Ocupado, por Categoria, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1940 - 1985.

Ano	Total	ITABERÁ											
		Responsável e familiares não remunerados		Empregados				Parceiros		Outra condição			
		n°	%	Permanentes		Temporários		n°	%	n°	%		
				n°	%	n°	%						
1940	3.356	1.935	57,7	832	24,8	589	17,5	-	-	-	-		
1950	2.786	1.971	70,7	504	18,1	311	11,2	-	-	-	-		
1960	3.569	2.979	83,5	298	8,3	257	7,2	23	0,6	6	0,2		
1970	4.267	3.303	77,4	427	10,0	359	8,4	171	4,0	7	0,2		
1975	5.661	4.536	80,1	557	9,8	380	6,7	165	2,9	23	0,5		
1980	9.509	4.643	48,8	620	6,5	4.175	43,9	50	0,6	21	0,2		
1985	6.131	4.605	75,1	807	13,2	457	7,5	4	0,0	258	4,2		
ITARARÉ													
1940	3.753	2.419	64,5	821	21,8	513	13,7	-	-	-	-		
1950	1.974	1.435	72,7	155	7,9	241	12,2	143	7,2	-	-		
1960	3.137	2.807	89,5	126	4,0	126	4,0	51	1,6	27	0,9		
1970	5.316	4.315	81,2	242	4,6	719	13,5	34	0,6	6	0,1		
1975	4.693	4.054	86,4	375	8,0	217	4,6	26	0,6	21	0,4		
1980	5.328	4.365	81,8	461	8,7	477	9,0	24	0,5	1	0,0		
1985	6.744	5.157	76,5	623	9,2	633	9,4	1	0,0	330	4,9		
RIVERSUL													
1960	2.098	1.681	80,1	50	2,4	298	14,2	31	1,5	38	1,8		
1970	1.805	1.737	96,2	45	2,5	16	0,9	1	0,0	6	0,4		
1975	3.149	2.929	93,0	67	2,1	129	4,1	24	0,8	-	-		
1980	2.613	2.514	96,2	41	1,6	13	0,5	45	1,7	1	0,0		
1985	3.905	3.493	89,4	140	3,6	243	6,2	9	0,2	20	0,6		

Fonte: Censos Agropecuários (1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985).

TABELA 16. Participação Percentual da População Trabalhadora Feminina na Agricultura, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1960 -1985

Município	1960	1970	1975	1980	1985
Itaberá	19,6	18,8	27,1	28,9	34,2
Itararé	23,4	28,8	24,7	23,6	29,0
Riversul	19,9	13,0	29,9	20,6	33,7

Fonte: Censos Agropecuários (1960, 1970, 1975, 1980 e 1985).

O trabalho assalariado temporário, embora já contratado na agricultura em desde a década de 40, intensificou-se com a expansão da cultura do feijão, quando o contingente de pessoas vai crescendo. Vindos de outras regiões do País, do nordeste, de Minas Gerais, do Paraná e de Santa Catarina, ou ex-agricultores do local, vão constituir as populações residentes nas periferias das cidades, em situação de sobrevivência difícil (GONCALVES & SOUZA, 1993a).

A observação dos dados sobre ocupação da força de trabalho temporário, em termos absolutos, mostra tendência de crescimento no período 1970 a 1985 (Tabela 17).

TABELA 17. Número de Trabalhadores Temporários Ocupados, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1975 – 1985

ITABERÁ												
Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1975	121	514	782	490	1.114	545	198	227	282	361	704	961
1980	576	1.499	1.207	1.924	5.288	1.023	389	1.283	1.344	1.503	8.921	5.867
1985	582	1.583	2.255	2.700	4.609	1.385	1.297	1.552	2.236	2.874	2.731	5.833

ITARARÉ												
Anos	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1975	405	929	793	740	1.901	473	315	466	678	562	1.397	811
1980	728	636	1.099	1.405	1.618	3.793	1.199	507	869	1.787	1.930	6.336
1985	1.179	2.490	2.019	2.147	3.703	1.081	1.101	1.684	2.046	1.918	2.486	2.756

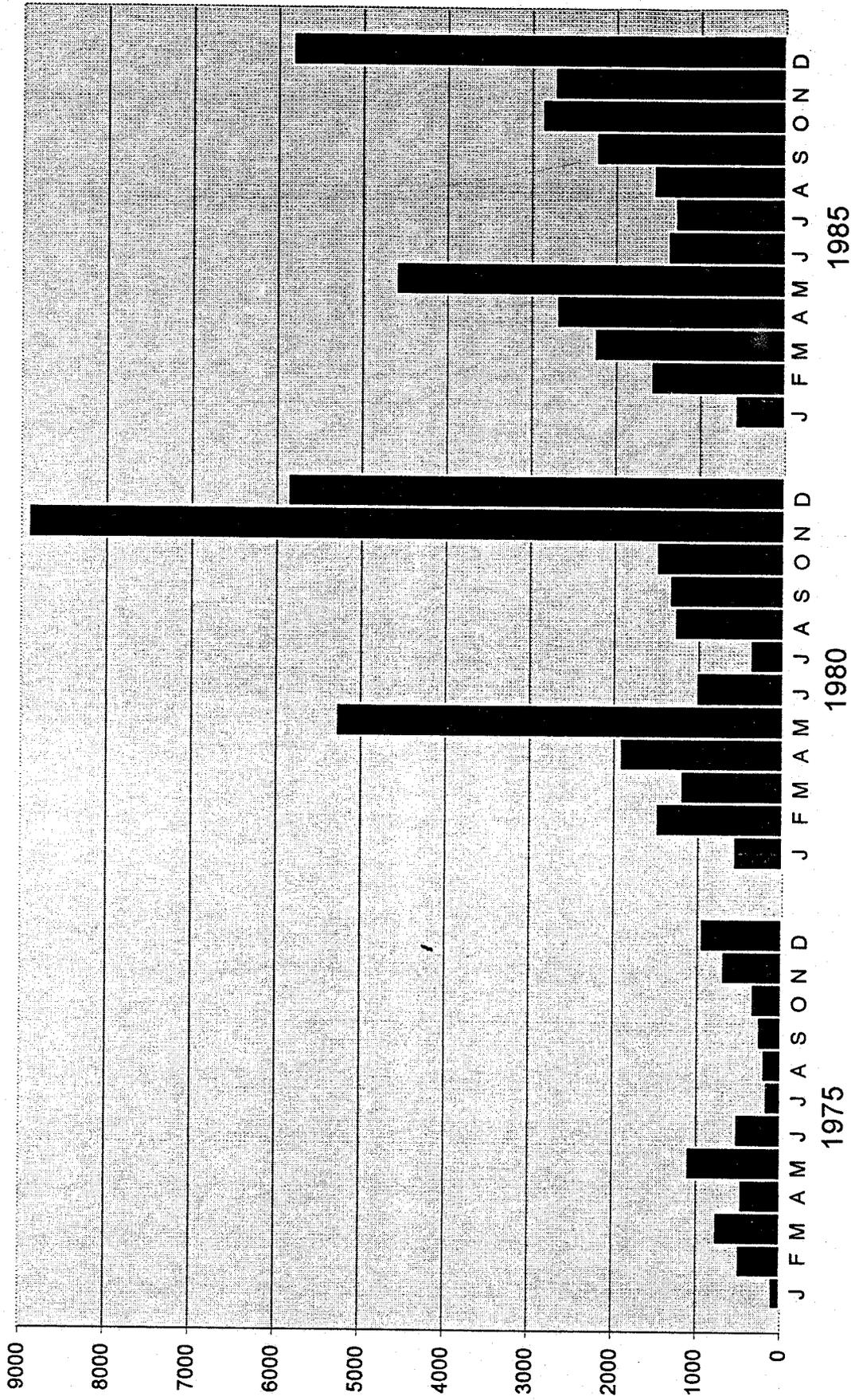
RIVERSUL												
Anos	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1975	153	475	197	333	584	278	162	333	254	340	707	300
1980	346	923	1.158	1.110	2.374	509	416	880	1.198	1.455	3.496	1.044
1985	1.296	1.696	1.547	2.707	1.587	284	666	1.259	1.835	1.609	3.596	1.801

Fonte: Censos Agropecuários (1975, 1980 e 1985).

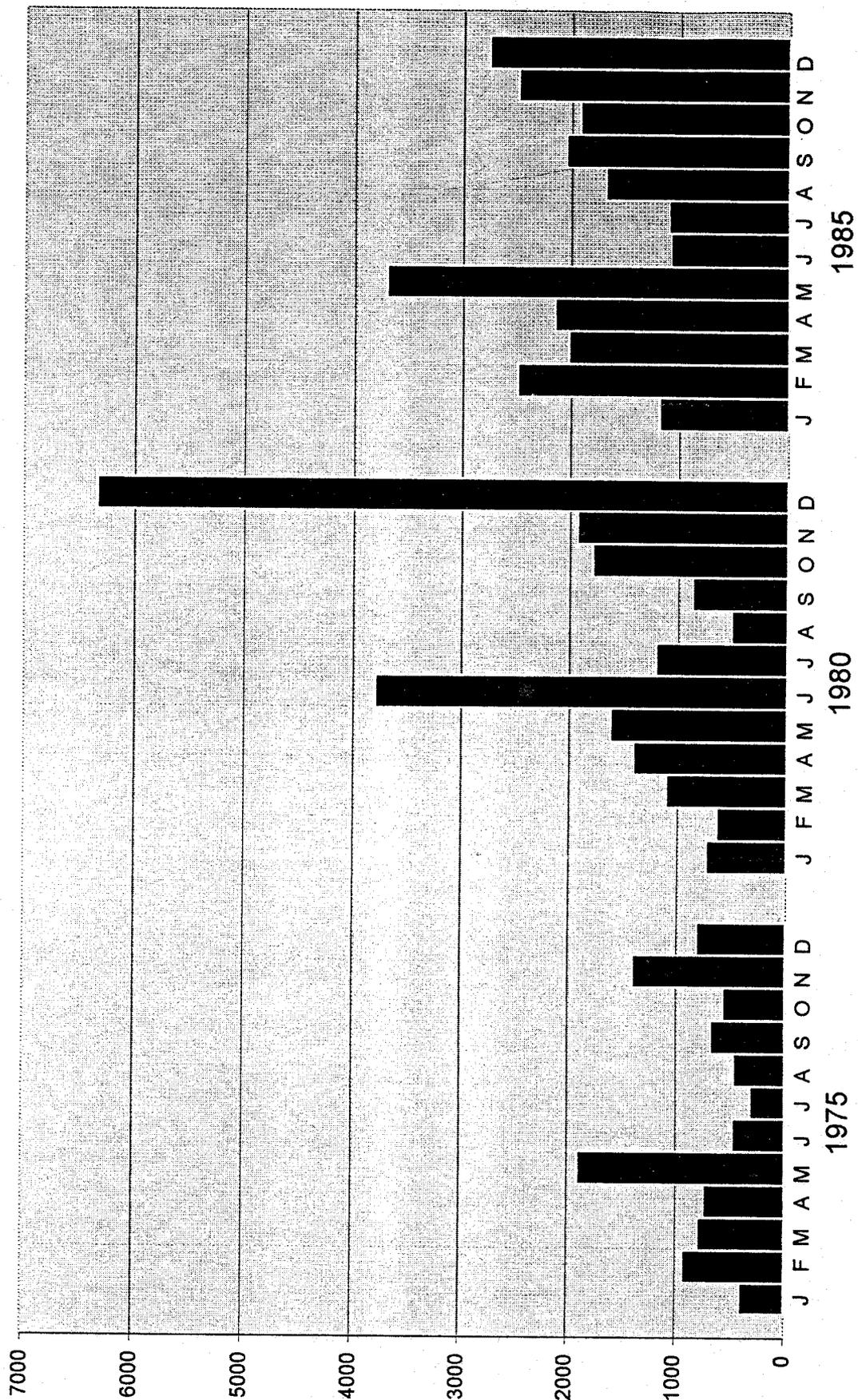
De 1975 para 1985 ocorreu um aumento significativo na utilização do trabalho volante, notadamente nos meses de colheita do feijão (março a maio e novembro a janeiro). As figuras 2, 3 e 4 ilustram a mudança de patamar e sugerem alguns pontos para reflexão. A composição da população trabalhadora, anteriormente apresentada (Tabela 15), não permite dimensionar corretamente o peso da mão-de-obra volante, dado que a informação refere-se unicamente às pessoas que se encontravam trabalhando no estabelecimento em uma determinada data de cada ano considerado. Levando-se em conta que esta relação de trabalho se caracteriza pela instabilidade, mobilidade e estreita aderência com o calendário das colheitas, avaliar a sua correta participação é certamente tarefa difícil.

Mesmo o dado referente à ocupação no mês tem as suas restrições, uma vez que, devido à mobilidade das pessoas durante o mês nos vários estabelecimentos, venham eventualmente a ser computadas mais vezes. Mas de qualquer forma é uma informação relevante para se aquilatar as transformações no mercado de trabalho.

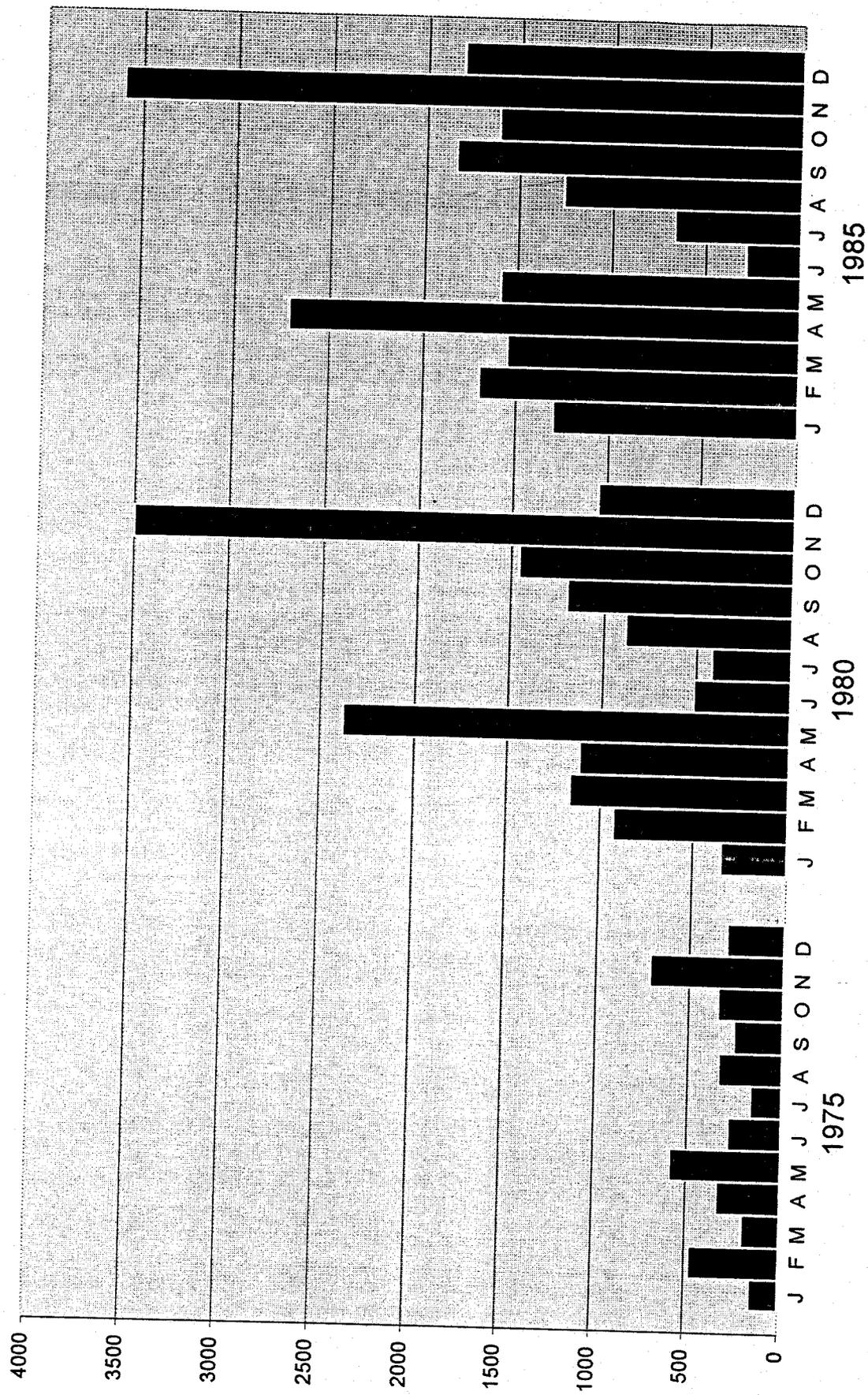
Com referência ao ano de 1993, informações obtidas junto ao Cadastro de Imóveis Rurais da Receita Federal (CADASTRO, 1993) indicaram os totais da mão-de-obra assalariada ocupada nos imóveis rurais dos municípios pesquisados (o questionário aplicado não incluiu perguntas



**Figura 2 - Distribuição dos Trabalhadores Temporários, Município de Itaberá.**  
Fonte: Censos Agropecuários (1975, 1980 e 1985)



**Figura 3 - Distribuição dos Trabalhadores Temporários, Município de Itararé.**  
 Fonte: Censos Agropecuários (1975, 1980 e 1985).



**Figura 4 - Distribuição dos Trabalhadores Temporários, Município de Riversul.**  
Fonte: Censos Agropecuários (1975, 1980 e 1985)

sobre os proprietários e seus familiares que trabalham nos imóveis). Em Itaberá, estavam ocupados 1.367 pessoas, sendo 53,3% referentes à mão-de-obra volante; em Itararé, 1.179 pessoas, com um percentual de 48,9% de volantes e em Riversul, 163 trabalhadores com 76,6% na categoria temporário.

Para 1995/96, o levantamento censitário efetuado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, forneceu dados sobre as unidades de produção agropecuárias (UPAS)<sup>14</sup> que utilizaram o trabalho temporário. Para o agregado dos três municípios pesquisados, cerca de 43,8% das unidades de produção agropecuária informaram a ocupação do trabalho temporário (PINO et al., 1997).

Complementando estes dados, informações subjetivas dos sindicalistas e dos técnicos que acompanham a agricultura local, estimam que a participação das mulheres bóias-frias por ocasião da colheita do feijão esteja em torno de 40% a 50% do total ocupado, sendo inferior nos outros períodos.

Esta conformação do mercado de trabalho regional relaciona-se com as fases de desenvolvimento da cultura do feijão no Estado de São Paulo. No período 1948-80 foram três fases distintas de comportamento deste produto, segundo ROMÃO (1981). A primeira fase corresponde aos anos 50s e começo da década de 60, quando a produção se expande em

---

<sup>14</sup> A UPA corresponde ao imóvel rural. Detalhes em PINO et al. (1997).

função do aumento da área cultivada, articulada com a expansão da cafeicultura (o feijão constituía o principal cultivo intercalado no cafezal recém formado).

A segunda fase vai desde a metade da década de 60 até meados dos anos 70s, quando então a produção se retrai devido ao decréscimo na área cultivada. Como fatores preponderantes deste fato destacam-se a erradicação dos cafezais paulistas, ocorrida principalmente no período 1962/68, as transformações nas relações de trabalho na agricultura paulista com a substituição dos trabalhadores residentes nas propriedades rurais e que cultivavam alimentos para sua subsistência, por trabalhadores temporários residentes nas cidades, desvinculados da produção de alimentos e finalmente o aumento do cultivo da cana-de-açúcar.

Na terceira fase, compreendendo o segundo quinquênio da década de 70, verificou-se um crescimento da área e da produção de feijão, acompanhado de uma evolução favorável no rendimento físico dos cultivos. Como principal fator dessa expansão, há que se considerar o aumento real no preço do feijão, reflexo de sua escassez nos principais centros consumidores do País.

No decorrer destas três fases, ocorreram importantes mudanças na distribuição espacial dos cultivos. No início da década de 50, o cultivo da feijão se encontrava disseminado

por todo o Estado, com leve concentração nas regiões do oeste onde predominava o café, sendo a maior parcela da produção, originária dos cultivos intercalados. É a partir da década de 60, que passa a se destacar a DIRA de Sorocaba (42% da produção paulista), com predomínio do cultivo não intercalado. No início dos anos 70s, a erradicação dos cafezais provocou desarticulação da produção de feijão, aumentando, assim, a participação relativa da DIRA de Sorocaba, que em 1979 passa a concentrar 80% da produção de feijão do Estado de São Paulo (ROMÃO, 1981; GRAZIANO DA SILVA, coord., 1982).

Como modificações básicas ocorridas na cultura destacaram-se a forma de produzir e a sua localização geográfica - a produção se desorganiza nas regiões de plantio consorciado, e passa a se concentrar nas localidades em que, desde os anos 50, se apresentava como cultivo solteiro.

A variação mais importante na ocupação do trabalho temporário nos três municípios pesquisados foi evidenciada no Censo Agrícola de 1980 e com mais intensidade em Itaberá e Itararé, em concordância com o período de maior incremento no plantio de feijão. Nos relatos das trabalhadoras de outros locais de origem sempre apareceu como motivo da mudança a maior quantidade de serviço.

Outro fato que reafirma o rápido crescimento da oferta de

trabalho no final dos anos 70s e início dos 80s, foi a citação de diversas trabalhadoras, de que naquela época frequentemente ocorria de já estarem no caminhão do gato (empreiteiro de mão-de-obra) que as levaria para o local de trabalho, quando então encostava outro veículo, onde o "gato" oferecia um salário maior e passavam para o caminhão deste. Os produtores se sentiam muito prejudicados com a situação, dado que atrasos na colheita prejudicam a qualidade do feijão.

Isto não quer dizer, em absoluto, que as condições de vida e de trabalho tenham sido melhores, pois a reprodução das famílias sempre foi pautada pela necessidade do trabalho de todos os membros inclusive os filhos menores. Como moradoras das cidades, contam apenas com o ganho monetário para sobreviver, sendo que o caráter temporário do trabalho reforça ainda mais a exploração do trabalho da família toda.

Durante a década de 70 e início dos anos 80s ocorreu a recomposição do mercado de trabalho com base no crescimento da mão-de-obra volante, onde a ocupação segue a dinâmica do ciclo produtivo do feijão. As transformações nas relações de trabalho no campo estão atreladas aos processos de mudanças na esfera da produção e circulação das mercadorias agrícolas. Historicamente, a produção de alimentos esteve presente na unidade caracterizada como pequena produção, que tem como elemento fundamental a organização familiar do trabalho. Essa forma de produzir alimentos, que se desenvolveu ao longo do

processo de formação econômica brasileira, tem sido responsável pela parcela mais representativa da produção de arroz, feijão, milho e mandioca - tidos como tradicionais pelo fato de que mantiveram durante a industrialização brasileira o mesmo padrão de produção verificado em períodos anteriores. Já na década de 70, as indicações vão no sentido do rompimento desse padrão de produção, onde os setores de produção de insumos químicos e maquinaria agrícola e o desenvolvimento do padrão de financiamento da produção foram os propulsores das mudanças, com a presença do Estado como articulador (ROMÃO, 1981).

O vertiginoso crescimento da área cultivada com feijão relaciona-se à política agrícola e os conseqüentes reflexos na produção de alimentos. De forma geral, a política agrícola brasileira, a partir dos anos 70s, teve por objetivo principal a modernização tecnológica, sem alterar a estrutura agrária. Os principais instrumentos acionados para obtenção desse objetivo foram de caráter financeiro, via créditos e subsídios. Os resultados da política adotada se mostraram desiguais e concentrados em alguns produtos e regiões do país, beneficiando setores mais vinculados ao capital, sejam agrícolas ou industriais (GRAZIANO DA SILVA, coord., 1982).

Nesse processo, os produtos de alimentação foram discriminados e somente quando ocorreram crises no

abastecimento é que a situação se modifica. No caso específico do feijão, a produção vinha apresentando tendência declinante a partir dos anos 70s, situação que só se altera em São Paulo a partir de meados da mesma década.

Especificamente ao crédito rural, em termos reais, o volume de crédito concedido aos produtores de feijão do Estado de São Paulo aumentou 13,5 vezes entre 1970 e 1979. Os aspectos distributivos do crédito foram avaliados por CARVALHO & CRUZ (1981), sendo que na safra 1978/79, a área financiada correspondeu a cerca de 40% da área cultivada com feijão no Estado de São Paulo (crédito de custeio), uma elevada proporção, ao se considerar a pouca expressão do crédito em períodos anteriores. Em relação ao tamanho dos imóveis rurais, a indicação é de que o crédito de custeio concentrou-se nos estratos de 30,0 a 300,0 ha, com 74,4% do valor financiado e cerca de 47,6% da área cultivada.

Associada à política de crédito oficial voltada ao feijão, há questão do risco da cultura. Neste aspecto, contribuíram para o crescimento da área financiada a ocorrência de preços favoráveis e a instituição do Programa de Garantia Agropecuária (PROAGRO).

No contexto da produção, as políticas de crédito e de seguro, reforçadas pelas políticas de pesquisa e assistência técnica atuaram de forma marcante na transformação do processo produtivo, levando ao desenvolvimento da atividade

em bases empresariais (ROMÃO, 1981).

Considerando-se o período de 1970-90, ocorreu no Estado de São Paulo uma diminuição da participação dos pequenos imóveis (áreas entre 20,1 e 100,0 ha) na produção de feijão. Em 1990 e 1991, para as safras das águas e da seca, os imóveis rurais médios (50,1 a 300,0 ha) representaram o estrato mais importante na produção, com cerca de 43% do total produzido e área média de 10,6 ha cultivada com o produto, seguidos pelos pequenos, com 25% da produção e área média de 3,4 ha. Os mini imóveis (de 3,1 a 10,0 ha), tinham participação de 4% na produção com área média cultivada de 1,5 ha (VICENTE, 1993).

Do ponto de vista da organização da produção com base na mão-de-obra utilizada, dados para o Estado de São Paulo, referentes à safra de 1991, mostraram que 23,2% do valor da produção de feijão veio dos imóveis rurais com emprego exclusivo de trabalho familiar (proprietário, arrendatário, parceiro e familiares), 16,3% de imóveis que empregam mão-de-obra assalariada, porém, em proporção inferior ao trabalho familiar, 37,4% de imóveis que utilizam proporção superior de trabalho assalariado em relação ao familiar e 23,1% que produzem com mão-de-obra assalariada (ABRAMOVAY et al., 1996).

Outro componente importante diz respeito às mudanças na comercialização do produto. Em São Paulo, no período 1966-

96, os compradores de feijão dos grandes centros vão perdendo a hegemonia. Por estes, passava cerca de 60% da produção e em 1996 apenas 4%. Foram substituídos por compradores locais, que abastecem as empacotadoras (passaram de 40% em 1966 para 81% em 1981). Mais recentemente, estes perdem espaço para as compras diretas das empacotadoras, que adquiriam apenas 5% da safra de 1981, atingindo 60% em 1996. Neste processo, as alterações recentes são muito mais radicais que as anteriores, pois não se trata apenas da mudança de comprador mas da adoção de uma postura nova. As empacotadoras cada vez mais concorrem com base no atributo qualidade, vendendo com marcas próprias e levando ao campo esses requisitos. Definem-se, desta forma, variedades e padrões do produto com base nas exigências do consumidor urbano (GONÇALVES, 1997).

Mais duas considerações merecem destaque. A primeira refere-se às mudanças operadas na distribuição varejista, com a participação de 64% dos supermercados na venda do produto em 1996. A outra diz respeito as empacotadoras, consideradas modernas empresas que sofisticam o produto, realizando inclusive experimentos na industrialização do feijão, ainda sem resultados satisfatórios como por exemplo o feijão pré-cozido. Representam, portanto o novo neste mercado (GONÇALVES, 1997).

Em meados da década de 80, o panorama do emprego nos

municípios de Itaberá, Itararé e Riversul já se apresentou diferenciado, tanto em função da nova composição da produção agrícola quanto da intensificação da motomecanização na fase de tratos culturais. A colheita de grãos, a grande empregadora da mão-de-obra volante, passa a ser parcialmente realizada com máquinas, no caso do feijão, e quase que totalmente com colheitadeiras, no caso do milho. As oportunidades de trabalho se tornam mais escassas.

As trabalhadoras com idade entre 40 e 65 anos efetuaram comparações sobre a situação atual de trabalho em relação às épocas passadas: "hoje em dia tem pouco serviço", "antes das máquinas tinha bem mais emprego", "antes colhia algodão, quebrava milho e carpia" "menos serviço, pois hoje não se carpe mais", "na época anterior trabalhava no arranque e batedura do feijão, carpa do milho, feijão e soja e na cata de tomate". Para aquelas que vieram de outras localidades, a razão principal sempre fora a maior oferta de trabalho. daquelas que viviam na roça com os pais, a lembrança é de uma época de muito trabalho e mais fartura, pois como parceiros ou empregados permanentes podiam plantar o alimento necessário à manutenção da família.

Atualmente são trabalhadoras quase que somente na colheita do feijão:

"Para a mulher, o serviço é só na época da arranca do feijão, passou a época fica difícil".

As revelações sobre a inserção em outras épocas, nas diferentes fases do processo produtivo da agricultura, levam à conclusão de que o caráter temporário vem se acentuando por força e imposição do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e do rearranjo na composição dos produtos cultivados. Serão, portanto, estes os componentes da produção agrícola avaliados a seguir.

#### 4.2.1 A reorganização da produção agrícola no período 1970-

96

Do início da década de 70 até os tempos atuais, os municípios de Itaberá, Itararé e Riversul se caracterizam pela produção de alimentos e criação de gado. Em 1970, por exemplo, a maior parcela de área cultivada estava ocupada com milho, arroz e feijão (Tabelas 18, 19 e 20).

Havia uma maior diversidade de cultivos, ainda que em proporção bem menor à dos três produtos mais importantes. Plantava-se batata (das águas e da seca), mandioca, soja, trigo e algodão. Eram cultivados produtos olerícolas: abóbora, batata doce, cenoura, pimentão, repolho, alho, tomate e melancia, em maior proporção no município de Itararé. A participação das culturas perenes sempre foi pequena, não possuindo, portanto, papel de destaque na

geração de emprego.

De 1970 para 1980 a área plantada com feijão se expandiu significativamente, tornando o produto principal em termos de área cultivada. Em segundo lugar aparece o milho, e em seguida o arroz. A elevada participação do milho se explica pela importância da criação de gado entre as atividades agrícolas.

De 1985 para 1990 há um decréscimo na área cultivada com feijão, persistente até meados da década. Em 1996, a composição da produção fica centrada no feijão, milho (em maior escala), arroz, soja e trigo, em Itaberá e Itararé; no milho, feijão e arroz em Riversul. O cultivo de olerícolas, bem menos variado (abóbora, abobrinha, pepino e pimentão), praticamente só se verifica em Itararé.

Ressalte-se que o algodão e as olerícolas, mais exigentes em mão-de-obra perdem importância; produtos como a soja e trigo já possuem as operações agrícolas totalmente motomecanizadas, condição esta observada em boa parcela da área cultivada com milho.

TABELA 18. Evolução da Área Cultivada, Município de Itaberá, Estado de São Paulo, 1969/70 a 1995/96

(em hectare)

Produto	1969/70	1974/75	1979/80	1984/85	1989/90	1995/96
Algodão	2.400,0	2.500,0	2.500,0	900,0	100,0	-
Arroz	605,0	3.000,0	4.500,0	2.500,0	2.500,0	2.000,0
Batata das águas	70,0	121,0	150,0	-	-	-
Batata da seca	70,0	70,0	150,0	-	-	-
Feijão das águas	2.420,0	8.000,0	22.000,0	19.000,0	16.200,0	8.000,0
Feijão da seca	3.630,0	6.000,0	22.000,0	19.000,0	7.000,0	8.000,0
Mandioca	300,0	300,0	-	-	-	-
Milho	16.940,0	5.000,0	12.000,0	12.000,0	13.000,0	14.000,0
Soja	-	1.500,0	5.000,0	1.500,0	2.800,0	2.000,0
Trigo	193,6	3.500,0	6.000,0	3.500,0	4.000,0	2.000,0
Reflorestamento	6.300,0	15.000,0	17.000,0	34.000,0	35.400,0	26.800,0
Pastagens	48.842,0	50.000,0	21.000,0	21.000,0	21.000,0	34.000,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 19. Evolução da Área Cultivada, Município de Itararé, Estado de São Paulo, 1969/70 a 1995/96.

(em hectare)

Produto	1969/70	1974/75	1979/80	1984/85	1989/90	1995/96
Algodão	170,0	300,0	181,0	90,0	-	-
Arroz	8.500,0	5.000,0	3000,0	3.000,0	1.400,0	1.300,0
Batata das águas	350,0	300,0	53,0	50,0	10,0	-
Batata da seca	450,0	-	48,0	10,0	10,0	-
Feijão das águas	7.000,0	10.000,0	22.000,0	17.000,0	12.500,0	6.000,0
Feijão da seca	3.500,0	10.000,0	22.000,0	17.000,0	10.000,0	5.000,0
Mandioca	750,0	450,0	50,0	50,0	-	-
Milho	17.000,0	8.000,0	6.000,0	13.000,0	20.000,0	16.000,0
Soja	15,0	500,0	800,0	200,0	300,0	500,0
Trigo	250,0	-	-	950,0	1.200,0	2.000,0
Reflorestamento	9.300,0	25.000,0	15.000,0	16.000,0	23.000,0	25.000,0
Pastagens	40.000,0	40.000,0	36.000,0	39.000,0	37.000,0	39.000,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 20. Evolução da Área Cultivada, Município de Riversul, Estado de São Paulo, 1969/70 a 1995/96

(em hectare)

Produto	1969/70	1974/75	1979/80	1984/85	1989/90	1995/96
Algodão	25,0	170,0	-	90,0	-	-
Arroz	2.500,0	500,0	1.200,0	1.500,0	600,0	300,0
Batata das águas	250,0	300,0	-	-	20,0	-
Batata da seca	1.200,0	-	22,0	20,0	-	-
Feijão das águas	4.000,0	4.800,0	14.000,0	10.000,0	8.000,0	2.000,0
Feijão da seca	3000,0	6.000,0	14.000,0	10.000,0	6.000,0	2.000,0
Milho	10.000,0	4.500,0	4.000,0	8.000,0	5.000,0	2.500,0
Reflorestamento	40,0	48,0	48,0	-	-	-
Pastagens	13.000,0	10.500,0	11.000,0	15.600,0	13.100,0	25.500,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

Houve um significativo crescimento na utilização do trabalho volante em Itaberá, Itararé e Riversul, registrado com maior destaque no Censo Agropecuário de 1980. Nesta época, as mulheres trabalhavam em diversas tarefas: capinas, colheita de algodão, milho e com exceção do preparo da terra para o plantio, de quase todas as fases da produção de feijão. Com o fortalecimento da produção capitalista de feijão ocorreu a incorporação crescente da força de trabalho feminina no mercado de trabalho volante. Mas ao longo do tempo, dois importantes elementos atuaram na disponibilidade de trabalho: as variações na composição da produção agrícola e a mecanização dos cultivos.

A introdução de novas tecnologias, ao alterar o processo produtivo, afeta, conseqüentemente, a demanda e o padrão de sazonalidade do emprego da força de trabalho. Aceleraram-se as transformações no processo de trabalho, que passam a priorizar a redução dos gastos com salários através da adoção de novas práticas agrícolas, com maiores investimentos em capital constante.

Com base nesta consideração, analisa-se de que forma atuou o uso de máquinas na organização do trabalho, apresentando indicadores de crescimento da mecanização da cultura do feijão na DIRA de Sorocaba, onde entra como principal cultura na demanda por trabalho com 12% do total (BASALDI, 1996). Embora os dados sobre as técnicas

empregadas na produção refiram-se à DIRA como um todo e não exclusivamente aos municípios pesquisados, certamente elucidam o desenvolvimento pelo qual passaram também estes municípios.

#### 4.2.2 Evolução das técnicas adotadas no cultivo de feijão

Uma pesquisa realizada no início da década de 80 em 139 unidades agrícolas da região de Itararé apresenta resultados que permitem caracterizar o emprego temporário<sup>15</sup>.

Do total pesquisado, cerca 73% dos estabelecimentos utilizavam mão-de-obra familiar, sendo a presença de empregados permanentes menos expressiva (21% dos estabelecimentos). O emprego do trabalho temporário foi atestado em mais de 45% dos estabelecimentos.

As principais atividades efetuadas pelos bóias-frias eram as capinas e a o arranque do feijão, concentrando-se o emprego nos períodos de março a maio e de novembro a janeiro para a colheita, que compreende o arranque e a limpeza das vagens. Embora se estenda aos outros meses, a maior parcela do produto é colhida nos períodos acima citados. As capinas estão concentradas nos períodos de janeiro a março e de

---

<sup>15</sup> A região de abrangência do levantamento de campo foi a Delegacia Agrícola de Itararé, composta dos municípios de: Barão de Antonina, Itaberá, Itapeva, Itaporanga, Itararé e Riversul. Os resultados encontram-se publicados em GRAZIANO DA SILVA, coord. (1982).

agosto a outubro (logo após o arranque), com a ressalva de que esta operação já empregava pouco trabalho humano quando comparada à colheita. As outras atividades para as quais era contratado o trabalho volante eram pouco expressivas e dispersas em vários meses do ano (Tabela 21).

Outra informação relevante diz respeito a distribuição mensal do número médio de pessoas contratadas nos estabelecimentos, o número médio de dias trabalhados e o número de dias-homem utilizados. Desta informação se extrai como meses de maior destaque na absorção da força de trabalho, abril e dezembro, quando se processa o arranque do feijão das secas e das águas. Por outro lado, os meses de menor utilização foram agosto e fevereiro (Tabela 22).

O cultivo do feijão passou por um significativo processo de tecnificação no período 1971/72 a 1993/94. Inicialmente, a mecanização abrangeu a preparação dos solos (aração/gradeação), atingindo 90,5% da área total arada em 1993/94 (tabela 23).

Reduz-se também o plantio manual (9,9% da área plantada em 1993/94) e mais ainda aquele efetuado com tração animal (2,6% do total). No processo motomecanizado, as operações de plantio e adubação são efetuadas por um sistema simultâneo de implementos, sendo que um único equipamento, tracionado pelo trator, sulca, deposita as sementes planta e fecha o sulco.

TABELA 21. Principais Atividades Executadas Mensalmente por Assalariados Temporários em Estabelecimentos da Delegacia Agrícola de Itararé, Estado de São Paulo, 1981.

Mês	Ordem de importância				Informantes
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto	
Janeiro	Arranque de feijão	Capina no feijão	Outras ativ. no feijão	—	12
Fevereiro	Capina no feijão	Arranque de feijão	Outras ativ. no feijão	roçada nos pastos	8
Março	Arranque de feijão	Capina no feijão	—	—	9
Abril	Arranque de feijão	Colheita de outros prod.	—	—	24
Maiο	Arranque de feijão	Outras ativ. No feijão	Rocada nos pastos	—	31
Junho	Arranque de feijão	Colheita de outros prod.	—	—	8
Julho	Arranque de feijão	-	—	—	1
Agosto	Capina no feijão	Arranque de feijão	—	—	3
Setembro	Capina no feijão	Arranque de feijão	Outras ativ. no feijão	—	7
Outubro	Arranque de feijão	Capina no feijão	—	—	10
Novembro	Arranque de feijão	Capina no feijão	—	—	33
Dezembro	Arranque de feijão	—	—	—	20

Fonte: GRAZIANO DA SILVA (1982).

TABELA 22. Distribuição Mensal do Número Médio de Volantes e do Número Médio de Dias-Homem Empregados, Delegacia Agrícola de Itararé, Estado de São Paulo, 1981

Meses	Informantes	Número médio de pessoas	Nº médio de dias trabalh.	Nº de dias-homem ( <sup>1</sup> )
Janeiro	9	48,00	15,70	6.782
Fevereiro	6	25,00	2,00	300
Março	8	21,00	7,75	1.302
Abril	18	44,40	17,17	13.716
Maiο	8	47,75	7,15	2.727
Junho	8	66,88	8,63	4.614
Julho	1	80,00	30,00	2.400
Agosto	1	20,00	1,00	20
Setembro	6	34,17	7,00	1.435
Outubro	9	62,78	7,33	4.143
Novembro	23	41,43	6,38	6.075
Dezembro	19	58,32	13,68	15.159

(<sup>1</sup>) Corresponde ao número de estabelecimentos x número médio de pessoas x número médio de dias trabalhados

Fonte: GRAZIANO DA SILVA (1982).

TABELA 23. Percentuais de Área de Feijão, Segundo o Tipo de Tração Utilizada para cada Operação, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, 1971/72 a 1993/94

Operação	1971/72	1974/75	1979/80	1985/86	1988/89	1993/94
<b>Aração</b>						
c/ animal	67,5	49,4	21,4	26,2	27,2	9,5
c/ trator	32,5	50,6	78,6	73,8	72,8	90,5
<b>Plantio</b>						
Manual	74,3	60,6	19,9	17,2	12,6	9,9
c/ equipamento <sup>(1)</sup>	25,7	39,4	80,1	-	-	-
c/ animal	-	-	-	8,4	22,1	2,6
Motomecanizado	-	-	-	74,4	65,3	87,5
<b>Capina</b>						
Manual	54,3	58,0	44,3	29,0	32,9	13,5
c/ animal	44,8	40,0	40,4	29,1	38,5	19,3
c/ trator	0,9	2,0	15,3	26,6	12,8	20,4
c/ herbicidas	<sup>(3)</sup>	<sup>(3)</sup>	<sup>(3)</sup>	15,3	15,8	46,8
<b>Colheita</b>						
Manual	98,7	98,8	94,3	89,9	50,1	43,8
c/ colheitadeira	1,3	1,2	5,7	0,8	2,2	7,7
Mista <sup>(2)</sup>	<sup>(3)</sup>	<sup>(3)</sup>	<sup>(3)</sup>	9,3	47,7	48,5

<sup>(1)</sup> Equipamento à tração animal e motomecânica

<sup>(2)</sup> Arranque manual e o restante realizado com máquinas

<sup>(3)</sup> Informação não levantada neste ano.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

Na operação de capina, a inovação mais importante ficou por conta da intensificação no uso de herbicidas. Somadas as proporções de área capinada com herbicidas e com tratores atinge-se um valor de 67,2% em 1993/94.

Na colheita, a mudança mais relevante foi na fase após o arranque e enleiramento do feijão. A colheita manual é facilitada pelo sistema radicular superficial do feijoeiro, onde após o arrancamento, as plantas são enleiradas (colocadas em fileiras) para secagem ao sol. Em dias chuvosos, evita-se a colher, pois, o produto precisa secar antes de ser recolhido (o feijão brota facilmente com a umidade, levando às perdas significativas na produção).

Anteriormente o beneficiamento era feito por processos manuais, quando as vagens estavam totalmente secas e o procedimento mais comum consistia em bater nas vagens com uma vara flexível. A seguir, realizava-se uma abanação e um peneiramento para separar os grãos dos restos vegetais e de outras impurezas. Outros procedimentos adotados seriam a passagem de animais ou tratores por sobre as plantas secas (ROMÃO, 1981).

Atualmente, emprega-se o trabalho humano somente no arranque e enleiramento das plantas, em seguida vem uma única máquina que recolhe o produto, separa o grão do restante da planta e deposita o produto já limpo da palha em caminhões, já ensacado ou não.

Nesse processo de substituição do trabalho humano, como já mencionado, colaborou o subsídio implícito do crédito rural que tornou os preços dos insumos químicos e da mecanização artificialmente menores do que os dos insumos tradicionais e da mão-de-obra. Além disso, há que se considerar que o próprio desenvolvimento das forças produtivas capitalistas de certa forma impõe um padrão tecnológico que os produtores são praticamente obrigados a acompanhar para conseguirem se manter como produtores mercantis (GRAZIANO DA SILVA, coord., 1982; ROMÃO, 1981).

Além da redução no nível de emprego geral, as alterações tecnológicas no cultivo afetaram a utilização da mão-de-obra durante o ano agrícola (Tabela 24). No preparo do solo, no plantio e nos tratos culturais, o emprego passou a ser bem menor relativamente à colheita. A evidência clara é a de que as modificações tecnológicas levaram a um crescimento da sazonalidade do trabalho durante o ano, como demonstra a figura 4.

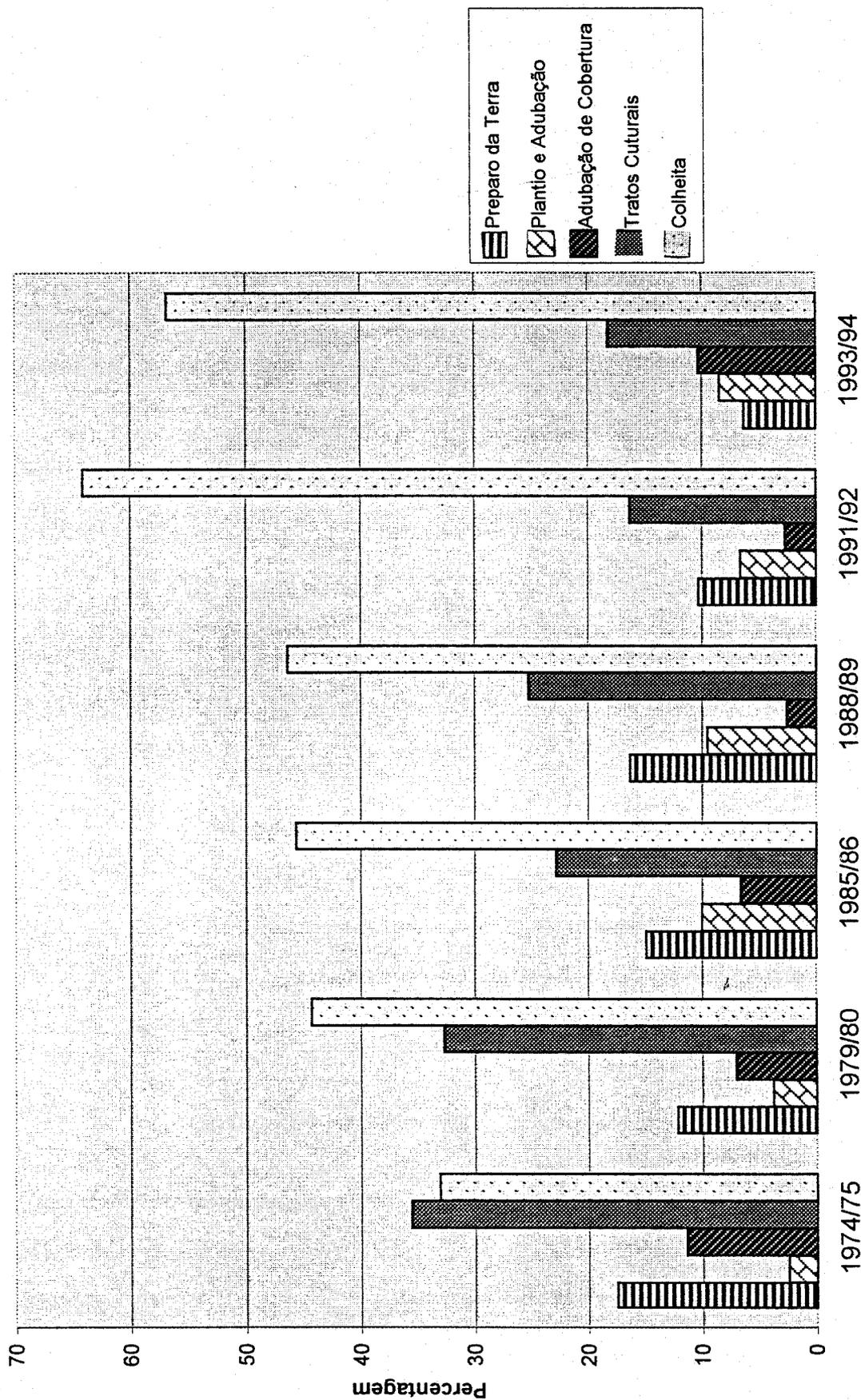
A operação de preparo do solo (aração e gradeação) foi a que apresentou, ao longo do tempo redução substancial na força de trabalho empregada. De meados dos anos 70s ao início da década 80, as atividades de tratos culturais e colheita absorviam cerca de dois terços do total de dias serviço empregados no ciclo produtivo. Embora, neste período a mão-de-obra nos tratos culturais seja equivalente à da

colheita, diferenças importantes ocorreram: as atividades de tratos culturais (principalmente capinas) eram distribuídas de maneira mais uniforme, por várias semanas, enquanto que as da colheita (arranque e enleiramento) devem-se realizar no menor prazo possível.

TABELA 24. Distribuição Percentual da mão-de-obra utilizada Segundo a Operação, Cultura do Feijão, Dira de Sorocaba, Estado de São Paulo, 1974/75 a 1993/94.

Operação	1974/75	1979/80	1985/86	1988/89	1991/92	1993/94
Preparo da terra	17,5	12,2	14,9	16,3	10,3	6,3
Plantio e adubação	2,5	3,8	10,1	9,5	6,6	8,4
Adubação de cobertura	11,4	7,0	6,6	2,6	2,7	10,3
Tratos culturais.	35,6	32,7	22,8	25,2	16,3	18,2
Colheita	33,0	44,3	45,6	46,4	64,1	56,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.



**Figura 5 - Mão-de-Obra Utilizada na Cultura do Feijão Segundo as Operações, DIRA de Sorocaba**  
 Fonte: Instituto de Economia Agrícola

Pesquisa realizada por GONÇALVES (1993b) para 1990-91, classificou os sistemas de cultivo de feijão em Itaberá. Cerca de 3% dos agricultores, 7,9% da área cultivada e 16,7% da produção foram efetuados pelo sistema de cultivo moderno com plantio direto, onde a característica fundamental é a associação da irrigação com a prática do plantio direto. A primeira técnica está ligada ao controle da natureza, proporcionando não só o plantio antes da época, como também, quando plantado na época, garantir o suprimento de água em fases críticas do desenvolvimento da cultura. No sistema de cultivo moderno com plantio convencional, a diferença básica está no preparo do solos e sementeira, realizados da forma convencional típica do pacote tecnológico que difundiu a mecanização no Estado de São Paulo. Neste grupo, foram estimados 3,8% dos agricultores, 9,2% da área cultivada e 18,5% da produção.

Nos sistemas de cultivo pré-moderno com equipamento novo e pré-moderno com equipamento usado, a característica básica está na utilização intensiva das tecnologias mecânica e químico-biológica sem o emprego da irrigação. As diferenças existentes entre estes dois sistemas estão relacionadas aos padrões de rendimentos das máquinas, na defasagem tecnológica e nos custos de manutenção de máquinas e implementos, superiores no segundo caso. Nestes dois sistemas, estavam 41,7% dos produtores, 41,1% da área

cultivada e 32,0% da produção. Finalmente no sistema tradicional com tração animal, estavam 4,2% dos agricultores, 1,7% da área e 0,8% da produção. Uma parcela dos produtores situa-se na faixa de transição entre os sistemas, sendo a faixa mais representativa a de transição do sistema tradicional com animal para o pré-moderno com equipamento usado (33,1% dos produtores). Os diversos sistemas de cultivo implicam em diferentes produtividades, melhores oportunidades na venda do produto e a realização da colheita em uma época em que a demanda por força de trabalho seja menor (ocorre a possibilidade de negociar de forma mais favorável, para o produtor, o preço da colheita).

Além de fornecerem indicações sobre as formas atuais dos sistemas de cultivo do feijão, estas informações complementam aquelas apresentadas sobre os percentuais de área trabalhada segundo o tipo de tração utilizada. Permitem ainda constatar o encaminhamento da produção no sentido da modernização através da intensificação do uso de máquinas e insumos químicos.

A principal consequência da mecanização sobre o trabalho da mulher na agricultura se manifesta na sua exclusão de parte do processo produtivo, uma vez que as máquinas agrícolas são quase que exclusivamente operadas por homens. Esta exclusão é portanto parcial pois fica restrita às fases mecanizadas dos cultivos.

No caso específico da colheita do feijão, antes da mecanização da fase de beneficiamento, o dia de trabalho era dividido em dois períodos. Até o meio dia, as trabalhadoras realizavam a colheita do produto, sendo esta atividade remunerada por produção. O período da tarde era reservado para a execução do beneficiamento, sem ser o pagamento efetuado por produção, mas sim um valor fixo para o período de trabalho. Havia ainda a quebra de milho, colheita de outros produtos, as capinas distribuídas nos meses de entressafra e a roçada do pasto.

Com a redução das oportunidades de ocupação, a força de trabalho feminina passa a ser requisitada de forma descontínua e irregular, sempre compatibilizando afazeres domésticos e o trabalho remunerado. A dupla jornada é vivenciada parte do ano de forma mais drástica, e parte amenizada pela descontinuidade do trabalho assalariado. Mas nesta última situação, persiste a instabilidade nas condições de sobrevivência das famílias.

A análise dos resultados do levantamento de campo possibilitou a observação de 3 situações distintas sobre o trabalho das volantes durante o ano<sup>16</sup> (Tabela 25).

---

<sup>16</sup> As diferentes situações apresentadas permitem visualizar a organização do trabalho durante o ano, porém, não esgotam os diversos arranjos que as trabalhadoras lançam mão para garantir a reprodução da família.

TABELA 25. Principais Ocupações das Trabalhadoras Volantes Durante os Meses do Ano, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1996.

Mês	Situação 1 <sup>(1)</sup>	Situação 2 <sup>(2)</sup>	Situação 3 <sup>(3)</sup>
Janeiro	Arranque de feijão	Arranque de feijão	Arranque de feijão
Fevereiro	Serviços na cidade	Capinas, trabalho em olericult.	Serviço permanente na cidade
Março	Arranque de feijão	Arranque de feijão	Arranque de feijão
Abril	Arranque de feijão	Arranque de feijão	Arranque de feijão
Maio	Arranque de feijão	Arranque de feijão e Colh. de outros produtos (milho)	Arranque de feijão
Junho	Serviços na cidade	Colheita de outros produtos	Serviço permanente na cidade
Julho	Serviços na cidade	Praticamente sem serviço	Serviço permanente na cidade
Agosto	Serviços na cidade	Capinas	Serviço permanente na cidade
Setembro	Serviços na cidade	Capinas e trabalho em olericultura	Serviço permanente na cidade
Outubro	Serviços na cidade	Capinas e trabalho em olericultura.	Serviço permanente na cidade
Novembro	Arranque de feijão	Arranque de feijão	Arranque de feijão
Dezembro	Arranque de feijão	Arranque de feijão	Arranque de feijão

<sup>(1)</sup> Trabalham na colheita do feijão e em serviços diversos na cidade durante as outras épocas do ano.

<sup>(2)</sup> Trabalham na colheita do feijão e em outras atividades rurais durante o ano.

<sup>(3)</sup> Trabalham na cidade e colhem feijão durante a safra.

Fonte: Dados da pesquisa

A primeira situação refere-se àquelas que trabalham em atividades rurais apenas na fase de arranque de feijão (compreende os meses de março, abril, maio e em menor escala o mês de junho, no caso do feijão da seca e novembro, dezembro e janeiro para o feijão das águas). Nos outros meses do ano fazem os mais diversos serviços, atividades urbanas, como lavar roupa, vender salgados, carregar e descarregar caminhões e carretas com mercadorias, dentre outras. Na verdade é fazer o serviço que aparece, pois o recebimento da mulher é fundamental para a família.

A outra situação constatada refere-se às trabalhadoras que exercem preponderantemente atividades agrícolas. O arranque do feijão constitui o trabalho principal, o que auferir maior ganho. As outras atividades se distribuem durante o ano, englobando capinas no feijão, no milho e na soja e atividades no cultivo de olerícolas. Atualmente, a colheita do milho ocupa pouca mão-de-obra devido à mecanização, o mesmo ocorrendo com as capinas na grande maioria dos produtos cultivados.

Em decorrência da motomecanização dos cultivos e a pequena diversidade da pauta de cultivos, esta situação vem perdendo espaço na ocupação das trabalhadoras. O excedente de força de trabalho disponível fora do período de arranque do feijão, ocasiona um rebaixamento brutal nas diárias pagas às volantes na atividade agrícola.

A terceira situação verificada corresponde às trabalhadoras que têm como principal atividade aquela na cidade. As empregadas domésticas e aquelas que trabalham nas serrarias (realizam o acabamento das peças de madeira) constituem exemplos observados. Na época da safra do feijão, ou tiram férias do serviço ou fazem acordo com as patroas ou patrões para conseguir uma renda maior colhendo feijão.

Uma outra situação, que não consta da tabela 25 por representar uma nova relação de produção e de trabalho, diz respeito às trabalhadoras bóias-frias que passaram para a condição de assentadas rurais. Esta passagem das mulheres volantes se insere na principal mobilização dos trabalhadores rurais da região, encaminhada para a obtenção de terras para produzir.

#### 4.3 As Condições de Trabalho e de Vida

A procedência das trabalhadoras é geralmente rural, onde os pais eram pequenos proprietários, assalariados permanentes, parceiros, ou bóias-frias. O trabalho na lavoura esteve presente desde a idade de onze ou doze anos. Quando os pais eram assalariados permanentes ou produtores rurais, ajudavam nas tarefas agrícolas e nos serviços domésticos. A passagem para o assalariamento temporário, vem

acompanhando as mudanças no processo produtivo regional, com maior fôlego no final dos anos 70s e início dos 80s quando o feijão assume a liderança dos cultivos.

Nas atividades agrícolas em geral, bem como na colheita do feijão, predomina como forma de contratação das trabalhadoras volantes, o empreiteiro individual (gato). Nos pontos de arregimentação mais movimentados, em dias normais, cerca de 7 ou 8 caminhões efetuam o transporte. Quando chove forte durante a madrugada, ou o dia amanhece chuvoso, normalmente vêm apenas os empreiteiros que precisam terminar algum serviço já tratado. A colheita não pode ser feita nesta situação, pois o feijão deve permanecer no solo para secagem e a umidade comprometeria a qualidade do produto.

As trabalhadoras acordam antes das 3 horas, preparam o almoço para a família e vão às 4 horas para o ponto, mas nem sempre o dia de trabalho está garantido. Geralmente não levam almoço, uma vez que o trabalho deve se iniciar ainda na madrugada, por volta das 5 ou 6 horas e termina por volta das 12 horas, para que o feijão possa secar e ser recolhido posteriormente. Em horários mais avançados, o sol quente resseca a planta dificultando o arrancamento pois machuca as mãos e reduz o rendimento. Muitas vezes acontecem atrasos no retorno para a cidade e nesta situação ficam sem comer até quase o final da tarde. Neste período, a jornada diária de trabalho da mulher começa bem antes do amanhecer, por volta

das 2 ou 3 horas, e se estende até o final do dia com raros momentos de descanso, pois terminado o trabalho remunerado retoma o doméstico.

Apesar de toda regulamentação sobre o transporte dos trabalhadores rurais em ônibus ou caminhões adequados, o usual é o caminhão, com acentos de tábuas na carroceria para as pessoas se acomodarem e cobertura de lona, o que atualmente não é permitido<sup>17</sup>. Devido à lotação muitas vão em pé, em viagens longas de uma hora a uma hora e meia. As crianças também vão, as maiores para ajudar na colheita, e as menores quando não tem com quem ficar em casa. Das entrevistas com sindicalistas e técnicos da Secretária da Agricultura, obtivemos que esta é a situação que predomina no transporte dos trabalhadores, sendo neste caso a única vantagem dos transportados o fato de não precisarem de instrumentos cortantes para efetuar a colheita do feijão<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> A legislação vigente prevê o transporte em ônibus ou caminhões fechados, com estrutura de alumínio e não simplesmente lona. Deverão possuir apenas uma abertura para a entrada das pessoas e duas janelas para ventilação e iluminação bem como escada para subir no veículo. Na parte interna, os bancos deverão ser dispostos como os de um ônibus e as ferramentas deverão ser acomodadas em compartimento separado dos trabalhadores. A tendência atual vai no sentido de que o transporte passe a ser efetuado por ônibus. De acordo com PORTO (1993) a norma acabou sendo cumprida apenas em parte, dependendo da correlação de forças das diferentes regiões do Estado de São Paulo.

<sup>18</sup> Uma das trabalhadoras entrevistadas relatou que os caminhões carregam até 100 pessoas. Nos pontos de partida, verificou-se cerca de oitenta bóias-frias, número este variável com o serviço a ser tratado com o produtor. Para o empreiteiro é interessante terminar rapidamente o serviço empreitado para iniciar outro, sendo mais rentável, portanto, arregimentar o maior número possível de trabalhadores. Quando o caminhão vai partir, as pessoas entram rapidamente em busca de acomodação, o que na verdade significa o dia de trabalho. Todos se acomodam como podem, não havendo separação entre homens e mulheres na carroceria do caminhão.

O pagamento da colheita é feito por empreita, do produtor para o empreiteiro, que por sua vez remunera a trabalhadora em função de sua produtividade na tarefa. Nesta época, se encontram em situação mais favorável para conseguir um pagamento melhor pelo trabalho, devido a maior demanda da força de trabalho. Porém, o período de colheita do feijão é curto, em função das características do produto. Como lembra GRAZIANO DA SILVA (1997), afinal o bóia-fria tem que sobreviver durante todo ano, apesar de conseguir emprego em uma parte dele.

Durante os meses de colheita, as trabalhadoras volantes conseguem serviço, em média, durante vinte dias no mês. No caso específico do feijão, emprega-se como unidade de pagamento o "salaminho", que equivale a 1/16 avos de um alqueire. Assim, a trabalhadora recebe uma dada quantia para colher um salaminho. Levando-se em consideração que são necessários de 10 a 12 pessoas para colher um alqueire de feijão em um dia, uma pessoa colhe, em média, até dois salaminhos/dia.

A diária é portanto variável, sendo que em dezembro de 1996 chegava até R\$ 24,00 ou R\$ 25,00. A maioria informou receber os valores máximos. O valor médio, relatado pelos técnicos da Casas de Agricultura, era de cerca de R\$ 19,00. Quando o produto a ser colhido encontra-se em uma área com muito mato há uma dificuldade maior para o arranque, caindo

a produtividade do trabalho e a diária a ser recebida, com valores em torno de R\$ 12,00.

O valor pago pelo produtor para a colheita de um alqueire de feijão estava em torno de R\$ 300,00 (em dezembro de 1996). Deste total, o empreiteiro ficava com um percentual variável situado ao redor de 30% ou 40%<sup>19</sup>, repassando o restante para os bóias-frias. Como tarefa, o empreiteiro se encarrega de arregimentar os volantes, transportar até o local de trabalho, marcar o terreno para distribuir a tarefa e acompanhar o trabalho no campo.

Ao receberem por rendimento diário, em nenhum momento se percebe o fato das mulheres serem menos remuneradas que os homens nas mesmas condições de trabalho. O que transparece é a possibilidade de acelerar o trabalho através da incorporação das crianças, que ajudam a mãe.

Sobre a escolha entre homens ou mulheres para o trabalho, os arregimentadores de mão-de-obra, em geral não vêem diferença, ressaltando inclusive que algumas mulheres rendiam mais do que os homens. A observação nos pontos de partida para o trabalho evidenciou que as mulheres são mais tímidas e aguardam mais distantemente do caminhão a movimentação de embarque para o trabalho. Em dias de menos serviço é maior o número de mulheres que perdem o dia de trabalho do que o de homens.

---

<sup>19</sup> Esta informação não foi obtida diretamente com o empreiteiro, dado a

O processo de desenvolvimento das relações de trabalho, a organização dos bóias-frias e a conquista de espaços próprios para as reivindicações não atingiu os municípios de Itaberá, Itararé e Riversul. O período relativamente curto em que se realiza o arranque do feijão e a elevada mobilidade das pessoas nos estabelecimentos rurais dificulta a efetivação do registro em carteira e a obtenção dos direitos, tais como férias remuneradas, 13º salário e a possibilidade de solicitar o salário desemprego. Os relatos dos sindicalistas da região apontam que as demandas entre empreiteiros e bóias-frias, abrangem, geralmente, uma determinada turma e se referem à problemas no pagamento da tarefa. Neste contexto, a manifestação das mulheres é dificultada devido ao receio de não conseguir trabalho no dia seguinte. Geralmente são tímidas com relação a enfrentamentos com os empreiteiros.

A procura ao Sindicato ocorre na questão da aposentadoria, uma vez que a inexistência do registro em carteira limita muito a obtenção deste benefício. As trabalhadoras tem que provar o tempo de trabalho através de declarações dos empregadores, processo difícil. O fato de iniciarem muito cedo um trabalho que exige esforço físico, por volta dos onze, doze anos, faz com que aos cinquenta anos apresentem problemas de coluna, dentre outros.

---

dificuldade em obter a resposta.

Se por um lado, é na época de colheita do feijão que obtém uma remuneração melhor, por outro, o rendimento depende do desempenho no trabalho. Sem a aposentadoria, as mais idosas são duplamente prejudicadas, pois quando conseguem serviço o recebimento é menor<sup>20</sup>.

Como as trabalhadoras não são registradas, portanto não existe uma individualização imposta pelo contrato de trabalho, muitas levam os filhos para ajudar. Assim surgem diversos arranjos, na tentativa de conseguir um ganho maior, mas que na verdade acabam sendo mais lucrativas para o empreiteiro e para o produtor. Alguns relatos confirmam esta situação:

"Conseguimos tirar de R\$ 45,00 a R\$ 50,00 por dia de trabalho colhendo uma quarta de feijão (corresponde a quatro salaminhos) em duas pessoas". Este caso refere-se à mãe e o filho mais velho.

"Recebo até R\$ 24,00 por dia, com a ajuda de dois filhos menores".

Se durante a colheita do feijão a ocupação apresenta maior estabilidade, nos outros períodos estas condições são muito alteradas (a entressafra compreende o período de junho

---

<sup>20</sup> Apesar da preponderância da relação de trabalho assalariado na colheita do feijão, outros arranjos são efetuados, principalmente entre os pequenos produtores. Vizinhos ou parentes se auxiliam nesta atividade, efetuando mutirões para a colheita em diversos estabelecimentos. Há também o caso de trabalhadoras rurais que realizavam a colheita para pequenos produtores, recebendo como pagamento metade da produção colhida.

a outubro, recordando-se ainda que as outras fases do cultivo já estão mecanizadas). Não existem oportunidades no setor urbano, apenas serviços de curta duração e instáveis, geralmente sem registro em carteira. A época da colheita de feijão representa um tempo de "fartura", pois conseguem trazer um pouco do produto colhido para as refeições. Outro fato comum é a permissão do produtor para que seja coletado o feijão que ainda permanece no campo após a colheita.

Algumas trabalhadoras empregam-se na Cargill (localizada no município de Itaí), na produção de sementes de milho<sup>21</sup>. No corte de Pinus, geralmente são utilizados homens devido ao esforço despendido no carregamento da madeira<sup>22</sup>. No setor urbano, as ocupações verificadas foram o trabalho de doméstica e nas serrarias<sup>23</sup>.

As poucas trabalhadoras volantes que se ocupam das atividades rurais de maneira mais uniforme durante o ano não possuem de forma alguma uma situação melhor, pois recebem

---

<sup>21</sup> De Itaberá seriam empregados cerca de 150 pessoas (homens e mulheres) nesta atividade, com contratos temporários na época de florescimento até a colheita das sementes de milho.

<sup>22</sup> Segundo informações do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itararé, verifica-se neste município o emprego de mulheres para empilhar, retirar galhos e medir a madeira. Em dezembro de 1996, recebiam de R\$ 6,00 a R\$ 8,00 por dia de trabalho, sem registro em carteira. Há ainda a ocupação na extração de resina.

<sup>23</sup> Foi visitada uma serraria, onde as trabalhadoras fazem, com maior frequência o acabamento das peças de madeira. Não são registradas e recebem um salário mínimo por mês, mas a vantagem reside na estabilidade em termos do recebimento mensal. Na época da colheita do feijão, são atraídas para esta atividade pela possibilidade de maior ganho no mês. O técnico da Casa da Agricultura de Itararé, acrescentou que várias serrarias da região fecharam agravando ainda mais a situação do emprego no município.

uma diária fixa totalmente incompatível com um dia de serviço que se inicia por volta de 5 horas da manhã, com a chegada ao local do transporte, término do serviço às 17 horas e chegada em casa após as 18 horas<sup>24</sup>.

As transformações na agricultura regional, destacando-se aquelas referentes à composição da produção e ao processo de mecanização das diversas operações têm causado forte impacto na reprodução dos bóias-frias e os condiciona a buscar trabalho em locais mais distantes. Leva ainda à existência de um excedente de mão-de-obra prontamente disponível para ser empregada com baixos salários.

No caso da mulher bóia-fria, a opção recai no segundo caso, já que deslocamentos da família para cidades mais distantes ou mesmo para outros Estados implicam em gastos que não têm condições de arcar. Geralmente vão o marido e os filhos mais velhos<sup>25</sup>, que se ausentam por longos períodos durante o ano. Para as mulheres esta mobilidade não existe, pois os filhos e a casa são de sua total responsabilidade.

Atualmente, recebem cestas básicas com alimentos. Assim, sua reprodução como bóias-frias permanece artificialmente amparada. Para se ter uma idéia das grandes

---

<sup>24</sup> Em dezembro de 1996, uma trabalhadora informou receber uma diária de R\$ 5,00. Apenas quatro ou cinco trabalhadores da vila onde residia possuíam regularidade no trabalho, na atividade de olericultura.

<sup>25</sup> Muitos vão trabalhar no Paraná, mas após um tempo acabam sendo mandados embora, segundo o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itararé.

questões estruturais que afetam as populações pobres destes municípios, menciona-se uma constatação interessante. As trabalhadoras não estavam acostumadas a utilizar o fubá, produto componente da cesta básica. Providências foram tomadas por parte dos distribuidores das cestas, ou seja, na embalagem do produto passaram a constar receitas. Duas considerações precisam ser feitas: faltavam os ingredientes restantes para fazer os pratos e muitas não sabem ler.

Outra fonte para se visualizar as condições do trabalho volante seria a evolução das diárias pagas nos municípios pesquisados, desde os anos 80s até os dias atuais, com base em uma série de dados obtida pelo Instituto de Economia Agrícola<sup>26</sup>. Os salários são levantados em abril e novembro e embora não se refiram especificamente ao pagamento da colheita do feijão, devido à coincidência com o período desta certamente refletem épocas de pagamentos superiores aos meses da entressafra (Tabela 26 e Figuras 6, 7 e 8).

De modo geral, nos três municípios, os salários caem rapidamente com a crise econômica do início dos anos 80s, particularmente em 1983. Recuperam-se a partir de 1985 e atingem o ponto máximo em 1986 em decorrência do Plano Cruzado, voltando a decrescer a partir daí. Em 1994, a diária paga ao volante é bem inferior àquela recebida no início dos anos 80s.

---

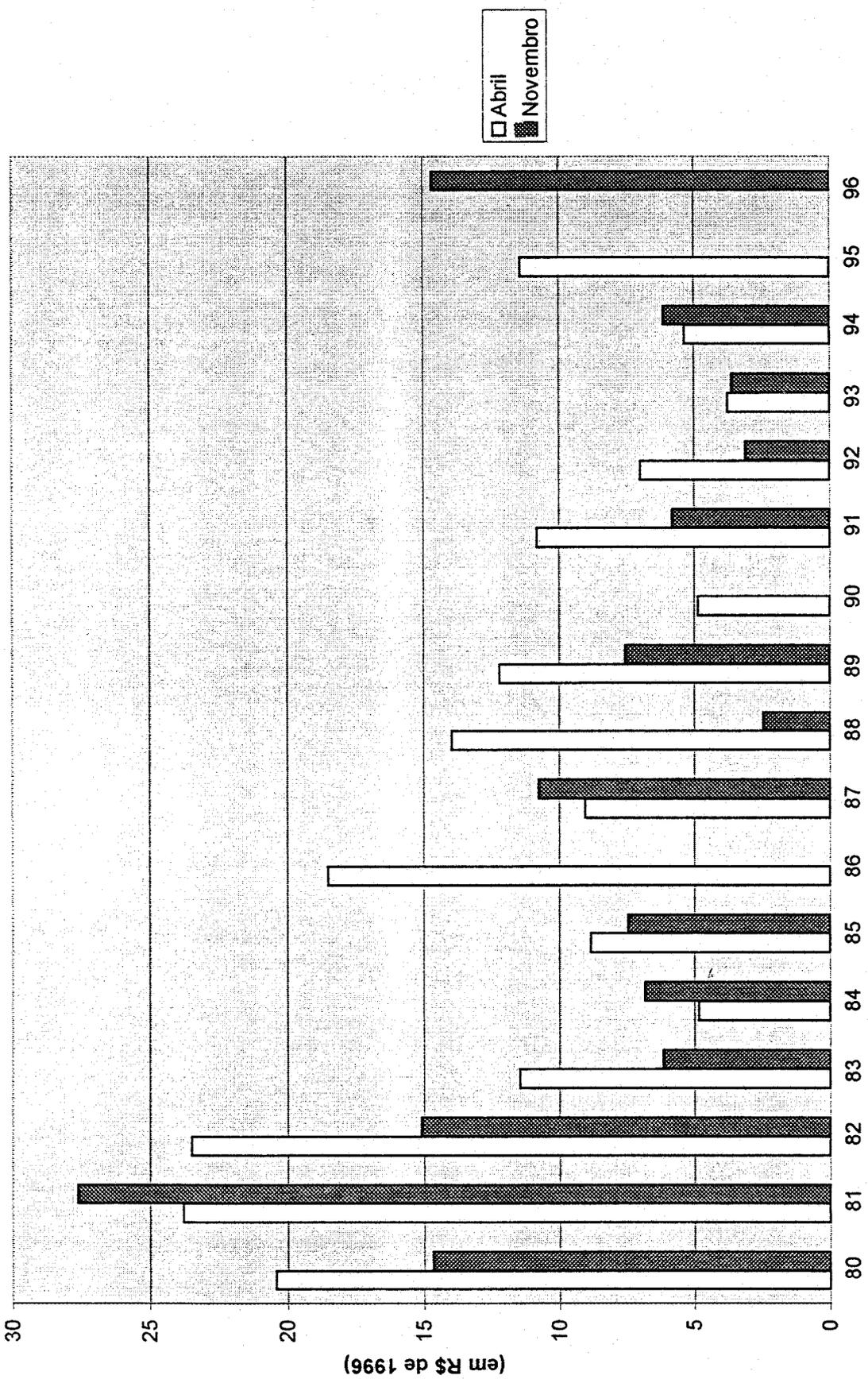
<sup>26</sup> Detalhes sobre o levantamento encontram-se em NOGUEIRA et al. (1992).

TABELA 26. Diárias Pagas aos Volantes nos Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul e Salário Mínimo, 1980 a 1996 (<sup>1</sup>).

Ano	ITABERÁ		ITARARÉ		RIVERSUL		Salário Mínimo
	Abril	Novembro	Abril	Novembro	Abril	Novembro	Média Anual
1980	20,42	14,66	14,58	11,00	14,58	11,00	193,50
1981	23,80	27,62	15,87	12,89	15,87	12,89	187,05
1982	23,50	15,08	13,82	14,13	13,82	14,13	190,32
1983	11,45	6,14	9,54	6,14	9,54	6,14	160,39
1984	4,83	6,82	4,83	4,87	4,83	4,87	137,26
1985	8,82	7,45	11,76	7,45	-	5,96	142,37
1986	18,52	-	12,96	25,72	12,96	34,30	140,50
1987	9,03	10,75	9,93	5,37	9,03	5,37	112,85
1988	13,96	2,45	9,30	4,55	15,51	5,25	109,92
1989	12,18	7,54	6,49	6,47	11,36	10,78	116,26
1990	4,84	-	3,63	8,53	-	-	85,70
1991	10,81	5,78	8,10	5,78	5,40	-	85,72
1992	6,97	3,10	4,18	3,10	-	-	89,36
1993	3,76	3,60	4,70	3,04	4,70	3,64	93,36
1994	5,34	6,11	3,21	-	5,34	4,28	88,49
1995	11,39	-	7,97	-	7,97	10,62	99,99
1996	-	14,66	8,18	-	8,18	14,66	108,00

(<sup>1</sup>) Em Reais de 1996; valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral



**Figura 6 - Diárias Pagas a Volantes, Município de Itaberá**  
 Fonte: Instituto de Economia Agrícola

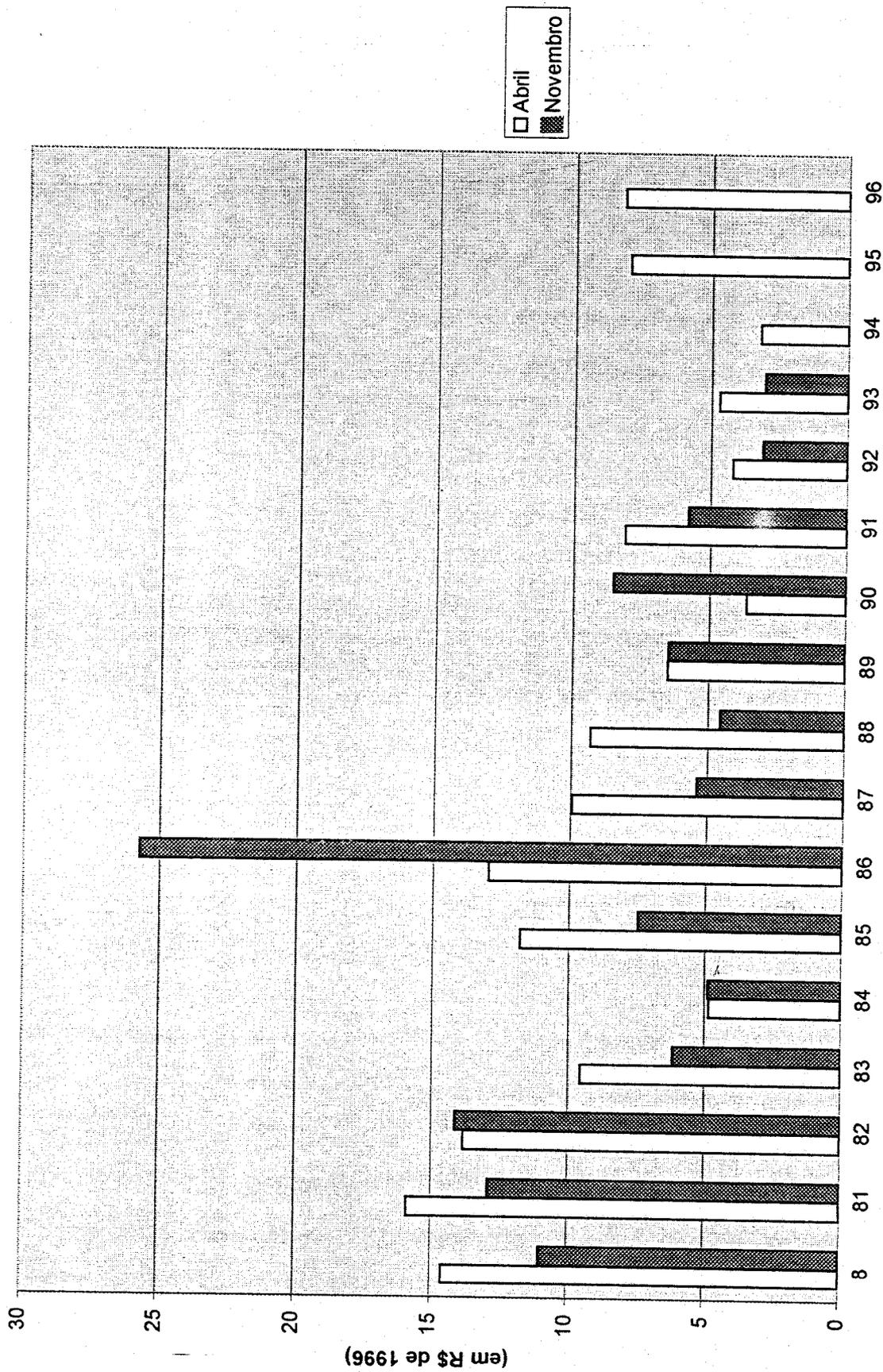
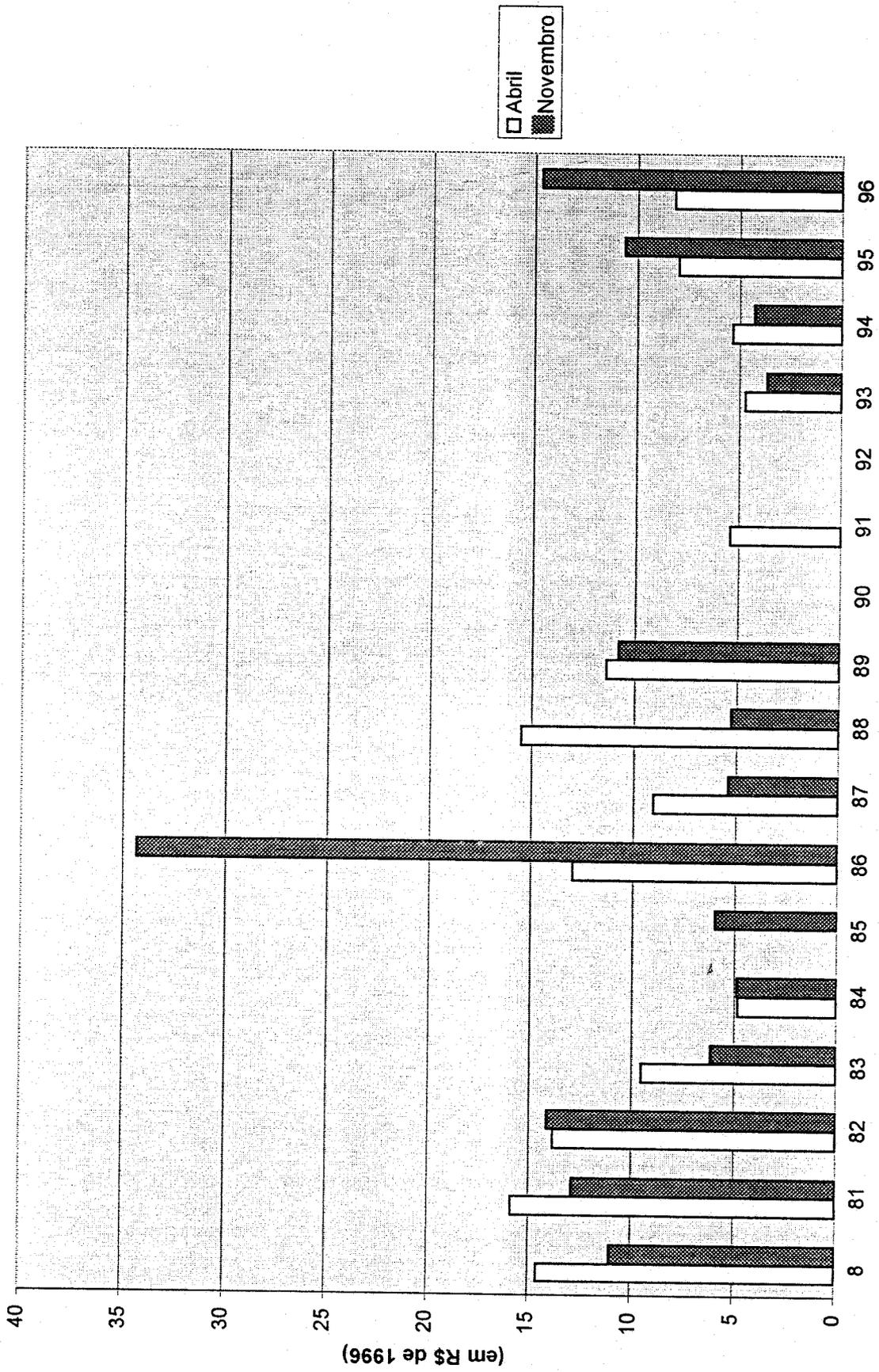


Figura 7 - Diárias Pagas a Volantes, Município de Itararé.  
Fonte: Instituto de Economia Agrícola



**Figura 8 - Diárias Pagas a Volantes, Município de Riversul.**

Fonte: Instituto de Economia Agrícola

É nítida a tendência de decréscimo nos valores das diárias pagas ao trabalho volante, contribuindo para esta situação, os elevados índices inflacionários. Acrescente-se, ainda, a política de arrocho salarial ao longo do período considerado. Efetuando-se um paralelo, o salário mínimo, referência para o pagamento dos salários rurais, caiu a menos da metade entre 1980 e 1990.

Como base de comparação, no início dos anos 80s o salário mínimo representava apenas 35% do custo da cesta básica legalmente definida para subsistência de uma família de 2,5 pessoas e no final da década apenas 12% (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

A recuperação observada nos dois últimos anos da série se deve principalmente à contenção dos níveis inflacionários, não representando portanto melhoria salarial em relação à 1980.

Devido às condições de instabilidade no trabalho é difícil avaliar a renda com que as famílias sobrevivem. O ganho mensal é mais uniforme apenas quando um ou dois membros da família possuem um emprego fixo, situação bem menos comum. É usual conseguir apenas a informação da diária que estão recebendo no momento. Como cita ROSSINI (1988), é muito difícil levantar informações quanto aos rendimentos provindos do trabalho, pois ou não informam, ou aumentam, ou diminuem e muitas vezes não informam corretamente. É uma

inibição natural, agravada por aqueles que sentem que suas condições são realmente precárias.

Mesmo diante desta limitação vale a pena mencionar algumas situações observadas, uma vez que devem espelhar uma realidade dominante entre as famílias das trabalhadoras volantes. Foram registrados valores em torno de um salário mínimo e no máximo de três salários mínimos como rendimento mensal das famílias, acrescentando-se serem geralmente famílias numerosas<sup>27</sup>.

Com relação às famílias numerosas, dois pontos podem ser mencionados, um relacionado às condições de vida destas populações e outro relacionado à inserção das trabalhadoras no processo produtivo da agricultura. Quanto às condições de vida, estas são visivelmente precárias, onde o acesso à informação e aos métodos anticoncepcionais são mais difíceis de serem obtidos. Com relação à inserção no processo produtivo, esta se dá de forma individualizada em termos da contratação por parte do empregador, mas de maneira informal sem contrato de trabalho e registro em carteira. Neste sentido, embora seja trabalhoso para a mãe e prejudicial aos filhos, pode levá-los ao local de trabalho<sup>28</sup>. As creches, quando se localizam em local próximo

---

<sup>27</sup> As trabalhadoras entrevistadas, com idade superior a 30 anos, geralmente possuíam mais que 4 filhos.

<sup>28</sup> Nas atividades da cana-de-açúcar, por exemplo, esta possibilidade não existe, pois não há permissão por parte do empregadores e nem dos fiscais para o transporte de crianças (ROSSINI, 1988). Outra constatação

à residência, não atendem às necessidades da trabalhadora rural, que deixa o lar por volta das 4 horas na época da colheita do feijão.

A grande maioria das trabalhadoras cursou até a 2a. ou 3a. série do primeiro grau ou então não sabem ler e escrever. A idade de interrupção de frequência à escola coincide com o ingresso no trabalho agrícola. Se por um lado, a residência na cidade facilita o acesso à escola, para os filhos, e realmente conseguem avançar um pouco mais em termos de anos de estudo, por outro lado, em tenra idade vão se incorporar à força de trabalho, abandonando o estudo.

A exploração do trabalho das crianças apresenta aspectos contraditórios, permanecendo como que disfarçada, pairando, para a família a idéia de que a atividade precoce é garantia de ocupação futura. O acompanhamento desta questão mostra ações governamentais associadas à ações da iniciativa privada, numa atuação voltada quase que totalmente ao emprego de crianças e adolescentes nas colheitas de cana-de-açúcar e laranja. Em setembro de 1996 foi lançado um plano de erradicação do trabalho infantil, que inclui o pagamento de R\$ 25,00 por mês por criança que

---

que merece destaque refere-se à exigência de algumas usinas e destilarias de que as trabalhadoras comprovem, através de atestado médico, terem feito a cirurgia de laqueadura. A restrição, segundo os empregadores, teria por objetivo o não pagamento da licença de 120 dias às gestantes. Evidentemente tal fato gerou protestos entre as volantes (USINA, 1988).

deixar a lavoura canavieira e freqüentar a escola <sup>29</sup>.

No caso da laranja, tem se realizado acordos e campanhas para evitar que crianças participem da colheita<sup>30</sup>. Fica evidente a preocupação com a criança, porém, muito intensa nos setores mais visados pela imprensa, cuja cadeia produtiva se amolda às exigências das indústrias processadoras da matéria prima e que tem seus produtos exportados. Essa preocupação está relacionada, portanto, às pressões internacionais sobre o comércio de seus produtos quando da ocupação de crianças qualquer que seja a fase da cadeia produtiva.

Através das condições até aqui mencionadas, a pobreza dos pais vai sendo repassada para os filhos em suas formas mais cruéis, quais sejam, moradias precárias em barracos de madeira com um ou dois cômodos e chão de terra batida<sup>31</sup>, falta de cuidados básicos de saúde, nutrição, educação e

---

<sup>29</sup> Além disto, uma portaria do Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo prevê que a contribuição dos usineiros para a assistência social dos trabalhadores da cana seja aplicada prioritariamente na educação de menores de 14 anos. Uma portaria anterior (304/85) já determinava contribuição dos usineiros para a área de saúde dos trabalhadores, ocorreu, portanto a regulamentação do artigo da portaria para a área da educação (VICENTE; BAPTISTELLA & VEIGA, 1997; AMORIM & PINHEIRO, 1996).

<sup>30</sup> Em 1996, A Associação Brasileira de Exportadores de Cítricos (Abecitrus) celebrou parceria com a Fundação Abrinq contra o trabalho infantil. Da parceria consta o compromisso de fazer com que as indústrias não utilizem frutas colhidas por crianças (FORTES & CARMO, 1997).

<sup>31</sup> Em Itararé, foi mencionado um auxílio referente a um programa de moradia, cujo recurso era fornecido segundo o número de crianças com até 12 anos, para construção e reforma da moradia das famílias carentes. As condições de vida das famílias selecionadas para recebimento do recurso eram tão precárias que o dinheiro acabava sendo utilizado para suprir outra necessidade básica, a alimentação, permanecendo a moradia em

exploração do trabalho. Vai acontecendo o isolamento das pessoas nos bairros periféricos, de onde dificilmente saem a não ser para o trabalho. Além da convivência e da ajuda mútua entre vizinhos (inclusive dividindo as cestas de alimentos), o único local mencionado de reunião das pessoas é a escola, para discutir as condições e os problemas relacionados aos filhos que ainda estudam.

Ao se incorporar como mão-de-obra volante, a mulher contribuiu para a formação do mercado de trabalho necessário para alimentar a nova conformação da agricultura local, calcada na produção capitalista de feijão. Sua ocupação passa também sofrer os impactos da intensificação das técnicas poupadoras de trabalho bem como do estreitamento das oportunidades de serviço devidas ao rearranjo da produção agrícola.

E como trabalhadora rural vai lançar mão de diversas estratégias para sobreviver, participando, também, como elemento atuante nas transformações das relações de trabalho e de produção. A relação de trabalho via assalariamento ao mesmo tempo em que estabeleceu os limites acima mencionados, atuou como fator de mobilização, para uma parcela das famílias, na iniciativa de mudança da situação vigente.

## 5. MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA REGIÃO PESQUISADA NO CONTEXTO DAS LUTAS SOCIAIS

ALVES (1994) ao efetuar um balanço das lutas dos trabalhadores rurais colocou que o grau de organização e lutas tem relação direta com o próprio processo de modernização da agricultura, devido às características que assume em relação à concentração fundiária, ao êxodo rural, às condições de trabalho e à concentração de renda. Neste cenário, destacam-se as mobilizações dos assalariados rurais por melhores salários e condições de trabalho e as lutas pela conquista da terra e pela permanência na terra.

No caso específico dos movimentos dos bóias-frias, as lutas e greves tiveram como importante marco, a greve de Guariba, em 1984. A violência das manifestações foi uma reação à exploração cotidiana dos trabalhadores. Notadamente, estes movimentos eclodiram mais nas regiões onde se concentram as usinas processadoras da cana-de-açúcar e indústrias de suco de laranja, e sintetizaram a revolta contra as alterações técnicas para aumentar a exploração da força de trabalho. Na atualidade, os movimentos de trabalhadores, sindicalizados ou não, tem centrado a luta na definição de acordos coletivos de trabalho que procuram implantar no campo conquistas que os trabalhadores de outros

setores já obtiveram há mais de cinquenta anos. "Neste particular, a conquista do registro de trabalho na carteira profissional é um sonho que se transformou em realidade para alguns" (OLIVEIRA, 1991, p. 77).

As principais conquistas das campanhas salariais do setor canavieiro paulista dizem respeito ao estabelecimento dos valores a serem pagos por tonelada de cana cortada em dissídios coletivos entre representantes dos trabalhadores e dos empresários, estabelecendo-se também os reajustes ao longo da safra e a diária mínima (GRAZIANO DA SILVA, 1997). Com o registro em carteira e o contrato de trabalho safrista, as parcelas referentes a férias, 13º salário e indenização, são pagas no término do corte, na forma da lei. Existem normas para a medição da cana cortada, com o fornecimento obrigatório do comprovante de pagamento contendo a identificação do empregado ou empregada e da empresa. Outras conquistas dizem respeito à melhorias nas condições de transporte e de trabalho. Estas reivindicações vão no sentido do controle do processo de trabalho por parte do trabalhador.

Especificamente ao trabalho da mulher, da pauta de reivindicações constavam a estabilidade até 60 dias após o término da licença gestante e a segunda, refere-se à três dias de folga paga, na época da menstruação da empregada rural. Destas, foi conseguida a estabilidade de 60 dias após

a licença legal para a trabalhadora gestante. A ampliação da licença gestante para 120 dias ficou assegurada na Constituição de 1988. Consta também a não discriminação de idade e sexo com o intuito de proporcionar as mesmas oportunidades de trabalho para homens e mulheres (ALVES, 1991).

Em São Paulo, as mulheres cortadoras de cana recusavam a carteira assinada, pois sem carteira assinada pode-se faltar para cuidar de um filho doente ou dar conta do serviço doméstico acumulado. Com a carteira, sua constância ao trabalho tem que ser regular e se faltar corre o risco de ser despedida (LAVINAS & CAPPELLIN, 1991).

Ainda na cana-de-açúcar outros acontecimentos foram relatados com relação ao registro em carteira. Dizem respeito à contratação pelo empregador, onde as mulheres trabalham por empreita, ganham por produção, mas recebem apenas 35% do ganho, os outros 65% ficam com o empregador para o custeio do transporte, 13° proporcional, férias proporcionais, descanso semanal remunerado, etc.. Ocorre muito, recolherem as carteiras das trabalhadoras para o registro e depois não realizarem. No final do contrato devolvem a carteira em branco e só no caso de acidente de trabalho a situação é regularizada ou ainda quando a atuação do sindicato faz com que o empregador cumpra a legislação por força do pagamento de multas (ROSSINI, 1988).

A mobilização também esteve presente no setor da laranja. Até 1994, as indústrias processadoras para a produção de suco concentrado de laranja eram responsáveis por representativa parcela da contratação dos trabalhadores para realização da colheita. Efetuavam o registro em carteira, pagamentos regulares, 13º salário, possibilitando a obtenção do seguro desemprego<sup>32</sup>. No ano seguinte, 1995, a novidade surge com o emprego dos volantes na colheita através da intermediação de Cooperativa de Trabalhadores Rurais Eventuais<sup>33</sup>. A Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) manifestou apoio à idéia, elencando as vantagens para os empregadores, sobretudo a não existência de problemas trabalhistas na época da safra e a desobrigação das responsabilidades trabalhistas e sociais. Prontamente a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) passou a denunciar as cooperativas de mão-de-obra, com a preocupação de deixar claro que sem o

---

<sup>32</sup>De acordo com BAPTISTELLA et al. (1996) 61% dos colhedores arregimentados na laranja tinham preferência por serem contratados pelas indústrias, 23% por empreiteiro, 13% eram indiferentes a qualquer forma de contratação e 3% informaram outras opções. A razão principal da escolha reside na obtenção dos direitos trabalhistas.

<sup>33</sup> Este tipo de cooperativa concretiza-se com a Lei no. 8.949, de 9 de dezembro de 1994, que acrescentou parágrafo único ao artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, o qual autoriza a constituição de sociedade cooperativa de qualquer ramo de atividade para prestação de serviços pelos trabalhadores. De uma maneira geral, o cooperativismo é regulamentado por uma legislação especial detalhada na lei 5.764/71, sob orientação do Conselho Nacional de Cooperativismo. O que ocorreu em termos de evolução da legislação é o fato de ter se tornado menos restritiva, pois se antes de 1994 era permitida a contratação do trabalho apenas para as atividades-meio da empresa, isto desaparece com a aprovação da lei 8.949/94.

vínculo empregatício o trabalhador perderá salário, horário de trabalho, horas extras, domingo, férias, etc. Da mesma forma a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) se manifestou, com a finalidade de evidenciar as perdas nos salários, considerando o não recebimento dos direitos garantidos através do contrato safrista. (VEIGA; VICENTE & BAPTISTELLA, 1996).

O caso da cooperativa de bóias-frias de Franca, já no início da década de 80, foi objeto de estudo, com o intuito de avaliar se os cooperados realmente obtinham benefícios. A primeira conclusão foi a de que a estrutura de intermediação de empregos, que no seu discurso a cooperativa se propunha quebrar, era mantido ou era reforçado. O "gato" pessoa física, se transformava no gato pessoa jurídica, e cumpria na prática a mesma forma anterior de exploração do trabalho (SOUZA; BACCARIN & GEBARA, 1982)

Por meio destas referências na cana-de-açúcar e na laranja, por exemplo, verifica-se, infelizmente o descumprimento e as tentativas, por parte dos empreiteiros de mão-de-obra e dos empregadores, em burlar o direito ao registro em carteira para as volantes. Mas já existe a consciência de que é preciso recorrer à Justiça para que os acordos coletivos e os contratos de trabalho sejam respeitados. Portanto, vigoram acordos coletivos - dos canavieiros, dos colhedores de laranja, etc.. A capacidade

de organização e luta tem se manifestado nas campanhas salariais, nas greves, nas denúncias de irregularidades trabalhistas dentre outras.

Embora sejam constatadas situações contraditórias sobre a questão do registro em carteiras para as trabalhadoras bóias-frias, a tendência é a de que reivindiquem cada vez mais este direito que lhes assegurará a aposentadoria dentre outros. A contradição se expressa na dificuldade imposta para dedicar-se à condição de mãe-esposa e a de trabalhadora assalariada.

Como já foi mencionado, o registro em carteira não é efetuado na contratação dos trabalhadores e trabalhadoras volantes de Itaberá, Itararé e Riversul. Em todas as entrevistas, tanto com as bóias-frias quanto com os sindicalistas, produtores e técnicos, a confirmação foi: os bóias-frias nunca são registrados em carteira, homens ou mulheres<sup>34</sup>. A organização do trabalho se dá basicamente através da figura do gato, empreiteiro de mão-de-obra, que por sua vez não efetua o registro em carteira. Na cidade, existem os pontos de arregimentação para os quais os volantes se dirigem de madrugada, sem a formalização dos contratos de trabalho.

---

<sup>34</sup> A região pesquisada apresenta problemas de registro em carteira, inclusive para trabalhadores permanentes nas propriedades rurais, o que tem sido combatido pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. O desrespeito à legislação não ocorre apenas no setor rural, mas também nas serrarias. O empregador apenas registra o trabalhador quando ocorre algum acidente de trabalho.

Acrescenta-se ainda a competição para conseguir trabalho, especialmente nos períodos da entressafra, ou seja, persiste a apreensão pela perda do serviço. Atua também como fator limitante para a obtenção do registro em carteira, o caráter disperso e irregular da ocupação.

Os estudos sobre a recente organização dos trabalhadores nas regiões onde se tem forte a presença do trabalho assalariado<sup>35</sup> apontam na direção da luta pelo controle do processo de trabalho. Os volantes aspiram a permanência nas cidades como assalariados rurais, com melhores condições de vida e trabalho.

Novos dados passam a incorporar as análises sobre a organização do trabalho. Com a intensificação do assalariamento e a concentração dos trabalhadores nas cidades, estas se transformam no espaço de atuação sindical. Nas propriedades rurais e nas usinas, o acesso por parte dos sindicalistas sempre foi dificultado<sup>36</sup>. Existe ainda a situação relacionada aos limites rígidos da base sindical, pois no caso dos volantes que não possuem coincidência necessária entre a moradia e o local de venda da força de trabalho, dificulta a organização. Estes são fatores que contribuíram para que as greves fossem organizadas e

---

<sup>35</sup> No Estado de São Paulo, as pesquisas têm se desenvolvido mais intensamente na Região de Ribeirão Preto onde os movimentos de trabalhadores assalariados ganharam fôlego notadamente nos anos 80s.

<sup>36</sup> De acordo com Alves (1991) os dirigentes sindicais vão acompanhados de fiscais da Delegacia do Trabalho para fiscalizar o cumprimento dos

deflagradas a partir das cidades e poucas aquelas que tiveram como espaço de luta e de organização dos trabalhadores as unidades de produção (ALVES, 1991).

Estas citações evidenciam a evolução no processo de luta dos assalariados rurais, ou seja, a passagem de movimentos reivindicatórios locais, restritos a uma turma de caminhão, a movimentos abrangentes envolvendo agora a categoria de trabalho.

Na atualidade, tem se destacado que as mobilizações dos assalariados da agricultura se expressam preponderantemente por melhoria das condições de vida e de trabalho, sem espaço para a reivindicação de volta à terra. ALVES (1991) assinalou que os assentamentos da região de Ribeirão Preto passaram a ser uma luta dos desempregados, organizados pelos Sindicatos da região, mas apenas dos desempregados, num período de desemprego, provocado pela seca e pela crise econômica. Completa que participaram destas discussões sobre assentamentos e ocupação das terras públicas, não apenas assalariados rurais como também desempregados de outros setores de atividades (metalúrgicos, têxteis, motoristas, etc.. "Isto significa que a existência de assentamentos e o fato de alguns sindicatos terem se incorporado nesta luta esta seja dos trabalhadores rurais" (ALVES, 1991, p.308).

GRAZIANO DA SILVA (1997) aponta que no Estado de São

---

acordos e as condições de trabalho nos locais de produção.

Paulo, o processo de proletarização dos antigos colonos de café foi intenso, consolidando uma categoria de trabalhadores assalariados permanentes nas propriedades, e de volantes nas zonas canavieiras. A concentração de terras e os capitais necessários ao empreendimento agrícola, eliminou do horizonte do trabalhador rural a miragem do seu acesso à terra como produtor independente.

Na região de abrangência do presente estudo, as mobilizações de pequenos produtores e dos bóias-frias foram no sentido de conquista da terra para trabalhar. O exemplo concreto é a ocupação da fazenda Pirituba, com 17.500 ha, localizada nos municípios de Itapeva e Itaberá.

O início das lutas pela conquista das terras se deu em 1980, quando um grupo de pequenos arrendatários da região, que se dedicavam à produção de feijão, conhecendo o histórico de irregularidades que envolvia a ocupação das terras<sup>37</sup>, resolveu ocupar as terras dos boiadeiros grileiros (como ficaram conhecidos os grandes ocupantes). Foram 40 famílias desse grupo que ocuparam a parte ociosa da fazenda, construíram benfeitorias e prepararam o solo para plantio. Após um período de quatro meses foram despejadas por força policial, enfrentando ainda jagunços. Em 1983, ocorreu nova ocupação, mas os ocupantes foram despejados no curto prazo de uma semana. O impasse sobre as terras levou à formação de

---

<sup>37</sup> O histórico das terras em questão e uma avaliação econômica da

uma comissão intermunicipal de regularização da Fazenda Pirituba proposta pelo Estado<sup>38</sup>. As reuniões, com cerca de 500 pessoas, muitas vindas do Paraná, foram mais importantes no tocante à organização dos sem-terra do que a efetiva atuação do Estado (FERNANDES, 1996).

Foi a partir de 1988 que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) intensifica o trabalho com as famílias de bóias-frias, realizando reuniões nas comunidades, sindicatos e nas próprias casas e bairros. Ao longo de quinze anos de lutas e ocupações, foram criadas seis áreas de assentamento e foram conquistados 6.500 ha da Fazenda Pirituba, finalizando o processo de territorialização da conquista da terra, onde o remanescente da área da fazenda é constituído por reservas, mananciais e terras de pequenos proprietários (FERNANDES, 1996).

A conquista da terra, porém, é um processo moroso e permeado de derrotas até que se consiga o assentamento definitivo. Quando ocorre a expulsão da terra ocupada, as pessoas permanecem em acampamentos onde as condições são muito precárias em termos de moradia, alimentação e sofrendo ameaças constantes. No caso da fazenda Pirituba, os

---

produção na Fazenda Pirituba encontram-se em FERNANDES (1996) e em VEIGA & BEZE (1985).

<sup>38</sup> A comissão era composta por engenheiros agrônomos do Instituto de Assuntos Fundiários (IAF), vereadores, representantes das prefeituras, dos acampados, dos lotistas regulares (ocupantes de pequenas parcelas de terra na Pirituba) e representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Itapeva, Itaberá e Itararé.

acampamentos situavam-se às margens da estrada, passando a seguir para o assentamento emergencial. Nesta situação é possível viver um pouco melhor, comparado ao acampamento. As moradias são construídas com madeira ou com caixas de embalagem de leite, que são preparadas e emendadas compondo tetos e paredes das casas. Na situação de acampamento são utilizadas barracas de material plástico, pois no caso de expulsão da terra, rapidamente são desmontadas e transportadas para outro local.

As entrevistas com ex-volantes que são produtoras rurais e trabalhadoras nos assentamentos mostram uma situação bem diferente daquela vivenciada pelas bóias-frias residentes nas periferias das cidades. As condições de vida são visivelmente melhores. Próximo à casa, reservam um terreno para o cultivo dos produtos de subsistência da família, sendo uma área maior destinada ao plantio de culturas para o mercado, área esta trabalhada de forma coletiva. Tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos emergencial e definitivo é preocupação fundamental a educação e formação das crianças.

Nas agrovilas as terras são trabalhadas em lotes individuais - produção individual - ou em cooperativas. No caso das cooperativas, existem diferentes formas de organização. Em algumas, apenas um membro da família é associado, geralmente o homem cabeça de família, enquanto

que em outras as mulheres e os jovens também são cooperados.

Nas cooperativas, a organização do trabalho das famílias se dá por departamentos, cada qual responsável pelas atividades a serem desenvolvidas. São os seguintes: administração, agricultura, pecuária, apicultura, suinocultura, máquinas, fruticultura e olericultura. Há também alguns departamentos específicos de algumas cooperativas, como por exemplo plantas medicinais<sup>39</sup>. Trata-se, portanto, da construção de novas estratégias para reprodução do grupo familiar e garantia da permanência na produção agrícola.

Estudos que avaliaram a situação de pequenos produtores e parceiros que se tornaram bóias-frias e a seguir passaram à condição de assentados, revelaram o sentimento de perda por terem sido expulsos da terra. Como assentados, dão relevo aos problemas enfrentados como bóias-frias e da vida nas periferias das cidades (ANTUNIASSI, 1993).

Assim, as trabalhadoras se colocam estando hoje melhor do que ontem, apesar de toda rusticidade das condições que vivem. Um ponto importante é a cooperação existente na nova condição, onde os enfrentamentos para produzir e permanecer na terra, são manifestações conjuntas e não processos isolados.

A participação das mulheres na mobilização pela

---

<sup>39</sup> As organizações não governamentais prestam assistência a este tipo

conquista da terra se faz também na decisão da família em seguir este caminho, quando percebem a exploração a qual se submetem ao longo de sua vida, a mesma que muitas vezes suas gerações passadas sofreram e que estarão repassando para seus filhos.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da inserção da mulher como bóia-fria na agricultura dos municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, no sudoeste paulista, revelou intensa ligação do trabalho assalariado com o incremento do cultivo de feijão. Na década de 50 o cultivo de feijão se apresentava disseminado por todo o Estado de São Paulo, levemente concentrado na região oeste onde predominava a cultura do café, com maior parcela de cultivos intercalados. No início dos anos 70s, a erradicação dos cafezais paulistas propiciou a desarticulação do cultivo consorciado do feijão, localizado no oeste do Estado, passando a região de Sorocaba a concentrar a produção na forma de cultivo não intercalado. Alteraram-se, desta forma, a maneira de produzir e a localização dos cultivos.

O padrão de crescimento e transformação da cultura seguiu os ditames da política agrícola brasileira, ou seja, modernizar a agricultura sem alterar a estrutura agrária, destacando-se que no caso dos produtos alimentícios, os incentivos chegaram defasados em relação à outros produtos. As crises de abastecimento favoreceram os produtores em termos do acesso ao crédito e evolução de preços.

O período de transformações marcantes e crescimento da produção capitalista de feijão abrangeu meados da década de 70 e início dos anos 80s. Atuou fortemente o Estado como incentivador das mudanças do processo produtivo, através das

políticas de crédito e seguro e políticas de pesquisa e assistência técnica.

Nos municípios de Itaberá, Itararé e Riversul o feijão ocupou espaços de outros produtos, alternando a ordem de importância, em termos de área, com o milho. A agricultura regional desenvolveu-se com base na pecuária mista e na produção de cereais, principalmente milho, arroz e feijão. Constituem municípios onde não ocorreu a expansão industrial, permanecendo a agricultura como centro dinâmico do processo produtivo.

Outros aspectos merecem destaque: o sudoeste paulista não se integrou à expansão do café, que foi um importante fator de desenvolvimento econômico do Estado. Também não experimentou o crescimento das lavouras de cana-de-açúcar e laranja, permanecendo ao longo do tempo como produtora de cereais e voltada para a criação de gado. A modernização da agricultura local se processou com a manutenção da estrutura agrária concentradora de terras.

O uso do trabalho volante intensificou-se com a expansão da cultura do feijão, aumentando também a participação da força de trabalho feminina. São trabalhadores e trabalhadoras, ex-agricultores do local, empregados permanentes nas fazendas ou ainda vindos de cidades próximas ou de outros Estados. A atração principal foi a maior quantidade de serviço, pois além da capina e colheita do feijão, trabalhavam na cultura do algodão, do milho, do

tomate e no cultivo de olerícolas. Mesmo nesta época de melhores condições de serviço, a reprodução das famílias dos bóias-frias sempre esteve calcada na necessidade de trabalho de todos os membros da família, inclusive os filhos menores.

Ao longo da década de 80 até os tempos atuais, as mudanças no processo produtivo dos cultivos, principalmente no feijão, bem como a reorganização da produção agrícola atuaram no sentido de reforçar a sazonalidade do trabalho e ainda reduzir a ocupação. Dentre as mudanças que interferem mais profundamente na organização do trabalho nas empresas rurais, a mecanização das operações agrícolas tem uma papel de elevado destaque. No processo de substituição do trabalho humano, contribuiu decisivamente o subsídio implícito do crédito rural, tornando os preços dos insumos químicos e das máquinas agrícolas artificialmente menores do que os dos insumos tradicionais e da mão-de-obra. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas impõe um novo padrão tecnológico que os produtores passam quase que obrigatoriamente a acompanhar.

As principais conseqüências das mudanças mencionadas sobre o trabalho das mulheres se expressam na exclusão de parte do processo produtivo. O caráter eventual do trabalho se impõe por força das condições de produção e as trabalhadoras rurais vão concorrer com o uso de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, passando a acompanhar um calendário de trabalho cada vez mais restrito e excludente.

Diante desta situação, lançam mão da alternância da ocupação em atividades rurais e em serviços diversos na cidade, na tentativa de compor uma renda mínima que garanta a sobrevivência da família.

Fora do período de colheita do feijão são escassas as oportunidades de ocupação nas atividades rurais, fato agravado pelo recebimento de um pagamento totalmente incompatível com a jornada de trabalho exaustivo que enfrentam as trabalhadoras. Na entressafra, sujeitam-se a receber uma diária ínfima, levando-se em conta o excedente de força de trabalho disponível.

A opção pelo trabalho produtivo remunerado fora da época de colheita esbarra, também, na necessidade de percorrer distâncias longas, difíceis para quem precisa executar todo o trabalho doméstico para reprodução da família. Como responsáveis pelas condições de manutenção da família na produção de valores de uso - alimentação, cuidado da casa, das crianças e os mais diversos serviços domésticos - ficam sem opções de buscar emprego em outras localidades.

O exame das condições de vida, evidenciou que as trabalhadoras residem em casas de madeira e de chão batido, com reduzido número de cômodos para um elevado número de habitantes, locais de moradia sem água encanada, falta do alimento necessário para o sustento da família e a incorporação das crianças à força de trabalho. Neste contexto, a reprodução das famílias tem sido amparada pela

doação de cestas com alimentos, o que na realidade pouco acrescenta à qualidade de vida.

Inicialmente, na condição de filhas, colaboram ainda meninas nos trabalhos da casa e no cuidado dos irmãos menores. Mais à frente passam a fazer parte da força de trabalho, para garantir a sobrevivência da família. Geralmente de procedência rural, onde os pais eram pequenos proprietários, assalariados permanentes, parceiros ou bóias-frias, ao se incorporarem como mão-de-obra volante, contribuem com seu trabalho, para alimentar a nova conformação da agricultura local alicerçada na produção capitalista de feijão.

O caráter disperso do trabalho, sobretudo na entressafra, e a competição pelos empregos existentes, acabam dificultando a mobilização e a efetivação de movimentos reivindicatórios por parte dos volantes. As situações conflituosas com o empreiteiro de mão-de-obra, o gato, são acontecimentos mais restritos ao não cumprimento das condições estabelecidas para a realização do trabalho, normalmente resolvidos com a participação do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Sobre este particular, as condições de organização dos trabalhadores e trabalhadoras para obtenção dos direitos trabalhistas tornam-se extremamente dificultadas face as características do processo produtivo regional, ou seja, períodos relativamente curtos de colheita e de concentração

dos volantes nos estabelecimento rurais, elevada competição pelo emprego na entressafra e mesmo na época de colheita.

Em decorrência da deterioração progressiva das condições de trabalho e de vida, a mobilização de uma parcela de trabalhadores e trabalhadoras rurais, se fez na luta pela terra, particularmente na ocupação da fazenda Pirituba, localizada nos municípios de Itapeva e Itaberá.

Os estudos sobre o mercado de trabalho rural para a década de 90 tem apontado redução do número de pessoas ocupadas, onde a categoria de trabalho volante tem sido a mais afetada. Os resultados apresentados têm evidenciado que a estrutura que define a nova agricultura, nova, por exemplo, no sentido de mecanização da fase de colheita de diversos produtos, traz consigo a inexistência de perspectivas quanto à preservação de uma base social mínima, ao redor da subsistência, para a reprodução dos trabalhadores rurais. O horizonte é de contínuas e sucessivas substituições do trabalho direto (VICENTE; BAPTISTELLA & VEIGA, 1997).

Muitas das mudanças que acarretam redução significativa do emprego fazem parte de um processo em curso, com transformações estruturais que excluirão progressivamente o trabalhador desqualificado. Dentre as situações de interferência no emprego do volantes, tem sido bastante enfatizada a proibição da queima de cana-de-açúcar para o corte. Com a proibição da queima, medida a ser adotada nos municípios produtores da cultura, ocorrerá a adequação no

processo de colheita, quando as dificuldades em se colher manualmente a cana-de-açúcar sem queimar ampliarão o uso de colheitadeiras. Vale ressaltar que uma máquina substitui, em média, 120 cortadores, o que representa, por um lado, uma redução da ordem de 20% nos custos em relação ao corte manual de cana queimada, e por outro, uma liberação de mão-de-obra com grande impacto social (FIM, 1996).

No setor citrícola, novos acontecimentos também vêm afetando as relações de trabalho, sendo que 1995 representou o marco de uma nova estrutura de colheita de laranja, com a intensificação do emprego através das Cooperativas de Trabalhadores. Além deste fato, uma novidade promete sacudir os pomares brasileiros de citros, substituindo a mão-de-obra tradicional pela colheita mecanizada. Uma empresa norte-americana está oferecendo aos citricultores brasileiros uma máquina capaz de colher frutos de 500 árvores, em um dia de trabalho. O equipamento colhe a mesma quantidade de laranjas que 30 trabalhadores, com eficiência de 90% dentro da área de colheita, sendo os 10% restantes colhidos manualmente (SILVEIRA, 1997).

Apesar do caráter experimental do equipamento e da necessidade de análises antes que seja adotado, passa a interferir no relações de trabalho causando apreensão aos trabalhadores e sindicalistas.

Situação semelhante se verifica na cultura do café, com a disponibilidade de máquinas para a colheita, porém com

utilização mais representativa no Estado de Minas Gerais.

Das culturas temporárias com representatividade na colheita manual, destaca-se o algodão. A competição com o produto importado tem levado os maiores estados produtores do País, São Paulo e Paraná, a reduzirem as áreas cultivadas. No Paraná, o modelo do produtor arrendatário de pequenas áreas ou pequenos produtores que utilizam a mão-de-obra volante na colheita, perdem espaço na produção. As expectativas são no sentido de que o algodão volte a ser uma lavoura economicamente importante, porém, com uma tecnologia baseada na colheita mecanizada, com plantio em áreas maiores. Esta tendência também deverá acontecer no Estado de São Paulo.

De modo geral, as colheitas dos diversos cultivos anuais - soja, trigo, milho e mesmo o arroz já são mecanizadas em representativa parcela da área cultivada. No caso específico do feijão, o gargalo tecnológico fundamental, que impede uma ampliação ainda maior das áreas de lavoura de feijão e atua como um seguro para os pequenos plantadores é a colheita predominantemente manual (na fase de arrancamento). A colheita mecânica, realizada com máquinas importadas em algumas propriedades, levaria ao crescimento das áreas de lavoura no aspecto de escala, liberando os grandes produtores do limite imposto pela disputa por mão-de-obra na época da colheita (GONÇALVES, 1993c). Portanto, também para o feijão existem colheitadeiras disponíveis, estimando-se que a máquina execute em um único dia o arranque e o enleiramento

do produto que seriam feitos com cerca de 16 pessoas.

Todas estas evidências indicam, portanto, mudanças significativas no espaço produtivo da agricultura paulista. E é por estas razões que as preocupações atuais sobre o mercado de trabalho têm se voltado para a categoria volante. Argumenta-se que a mecanização das colheitas no período recente decorre da falta de mão-de-obra. E mais certo que sejam estas situações pontuais, não verificadas na totalidade. O importante é relevar que significativa parcela de volantes sobrevive com a renda que recebe durante o período das colheitas.

Na atualidade toma corpo, também, a noção de que não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário, o que leva a considerar o comportamento do emprego rural e dos movimentos da população residente nas zonas rurais não apenas como decorrentes do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há que se levar em conta um conjunto de atividades não agrícolas, que englobam a prestação de serviços - pessoais, de lazer e auxiliares das atividades econômicas - o comércio e a indústria (GRAZIANO DA SILVA, 1997; GRAZIANO DA SILVA & BASALDI & DEL GROSSI, 1997). Resta avaliar se estas possibilidades de ocupação chegarão até os trabalhadores e trabalhadoras sem qualificação para novas oportunidades.

Na agricultura brasileira, em 1995, nada menos do que 6,7 milhões de pessoas economicamente ativas (35% da PEA

total) possuíam ocupações agrícolas de baixa renda e com jornadas de trabalho insuficientes, sob a designação geral de subocupação ou subemprego. Dos 4,9 milhões de empregados agrícolas, mais de 70% (3,5 milhões) não tinham carteira de trabalho, evidenciando outra faceta da precariedade do emprego na atividade agrícola (KAGEYAMA, 1997).

Nos tempos atuais, três fatores importantes têm se destacado com relação ao mercado de trabalho: desemprego, flexibilização da legislação trabalhista e terceirização. De um lado, argumenta-se que a flexibilização da legislação trabalhista e a terceirização seriam atenuantes para o desemprego, por outro lado, as mudanças que apontam para reduzida oferta de empregos e de maior qualificação, significam uma sugestão dos acontecimentos sociais do futuro. O que hoje se apresenta como retração no emprego dos volantes, provavelmente se traduzirá em exclusão de maior amplitude.

As evidências apresentadas são as de que em épocas menos favoráveis, as mulheres perdem o emprego primeiro. VEIGA et al. (1995) ao considerarem as assalariadas permanentes nos imóveis rurais paulistas, mostraram que o emprego destas era de 57 mil, em 1992, passando a 46 mil em 1994, enquanto que o emprego assalariado masculino aumentou 7,1% no mesmo período. Pode-se supor condições ainda mais precárias para as trabalhadoras bóias-frias.

Esta realidade pautará, sem dúvida, as reflexões dos

pesquisadores, dos sindicalistas e dos movimentos que lutam pelas causas sociais no campo, reforçando ainda mais a luta por trabalho e por terra para trabalhar.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. et al. Novos dados sobre a estrutura social no desenvolvimento agrícola no Estado de São Paulo. *Agricultura em São Paulo*, SP, 43 (2): 67-88, 1996.
- ALVES, F.J.C. Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto. Campinas, UNICAMP, 1991. 347 p. (Tese de Doutorado)
- ALVES, F.J.C. Balanço das lutas sociais no campo na década de 80. In: *O mundo do trabalho: crise e mudança no final de século*. São Paulo, Ed. Página Aberta, 1994. p. 425-458.
- AMORIN, R. & PINHEIRO, D. Programa combaterá o trabalho infantil. *Folha de São Paulo*, 7 jul. 1996.
- ANDRIGHETTI, Y. A mulher e o trabalho: a operária textil paulistana. São Paulo, FFLCH/USP, 1987. 166 p. (Dissertação de Mestrado)
- ANTUNIASSI, M.H.R. Contribuição ao estudo das relações de produção no meio rural. In: REUNIÃO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA VOLANTE NA AGRICULTURA, 2, Botucatu, SP, Departamento de Economia Rural, 1976.
- ANTUNIASSI, M.H.R. O trabalho familiar na agricultura paulista. Botucatu, FCA/UNESP, 1983. (Tese de Livre-Docência)
- ANTUNIASSI, M.H.R. Estratégias familiares na organização do trabalho em núcleos de reforma agrária. *Informações Econômicas*, 22 (Supl.01/93): 17-30, 1993.

- AQUINO, Í. de Ciência e constituição do trabalho mercadoria.  
In: COGGIOLA, O. (org.) Trabalho e classe operária na contemporaneidade. *Revista Estudos*, 41: 8-11, set.1994.
- ATLAS DA POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, Fundação SEADE/USP, 1991. 133 p.
- BACCARIN, J.G. Trabalhadores rurais volantes da região de Jaboticabal: crescimento, características e aspectos organizacionais. Piracicaba, SP, ESALQ/USP, 1985. 161 p. (Dissertação de Mestrado)
- BAPTISTELLA, C.S.L. et al. O trabalho volante na agricultura paulista e sua estacionalidade, 1985-93. *Agricultura em São Paulo*, 41 (3): 61-83, 1994.
- BAPTISTELLA, C.S.L. et al. Perfil do colhedor de citros no Estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, 26 (5): 11-17, mai. 1996.
- BASALDI, O.V. et al. A força de trabalho na agricultura paulista. São Paulo, SEADE, 1996. 101 p. (Análises & Ensaios)
- BESSA JÚNIOR A. et al. Prognóstico agrícola 1991/92. *Informações Econômicas*, 21 (8): 9-168, ago. 1991.
- BLAY, E. Mulheres e empregos. *Folha de S. Paulo*, 2 dez. 1997.
- BOMBO, N. & BRUNELLI, R. Estudo da condição de safreiro: abordagem inicial de um problema societário e institucional. Piracicaba, Faculdade de Serviço Social, 1966. 126 p. (datilografado)
- BORBA, M.M.Z. Adequação da força de trabalho rural na moderna agricultura da região de Ribeirão Preto. Campinas, IE/UNICAMP, 1994. 255 p. (Tese de Doutorado)

- BRANT, V.C. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. *Estudos CEBRAP*, 19: 37-91, 1977.
- BULPORT, A.K. Trabalho feminino, trabalho das mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas. *O Sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p.13-22.
- CADASTRO do Imposto Territorial Rural. São Paulo, 1993. (não publicado)
- CALIÓ, S.A. *Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à geografia urbana*. São Paulo, FFLCH/USP, 1991. 177 p. (Tese de Doutorado)
- CAMARGO, A.M.M.P. *Substituição regional entre as principais atividades agrícolas no Estado de São Paulo*. Piracicaba, ESALQ/USP, 1983. 236 p. (Dissertação de Mestrado)
- CAMARGO, A.M.M.P. et al. Alteração na composição da agropecuária no Estado de São Paulo, 1983-93. *Informações Econômicas*, 25 (5): 49-81, mai. 1995.
- CAMARGO, A.M.M.P.; CASER, D.V.; OLIVETTI, M.P.A. Distribuição da posse da terra no Estado de São Paulo, 1972-93. *Informações Econômicas*, 26 (11): 11-19, nov. 1996.
- CAMARGO, M.N. *Amostra para previsões e estimativas das safras agrícolas do Estado de São Paulo em vigor a partir de junho de 1981*. São Paulo, IEA, 1988. 75 p. (Relatório de Pesquisa, 27/88)
- CAMARGO Fo., W.P. (coord.) *Estatísticas de produção agrícola no Estado de São Paulo*. São Paulo, IEA, 1990, 1 v.

- CAMPOS, H. & PIVA, L.H.O Dimensionamento de amostra para estimativa e previsão de safras no Estado de São Paulo. *Agricultura em São Paulo*, 21 (3): 65-88, mar. 1974.
- CANABRAVA, A.P. & MENDES, M.T. A região de Piracicaba. *Revista do Arquivo Municipal*, 454: 275-328, 1938.
- CARLOS, A.F.A. & ROSSINI, R.E. População e processo de estruturação do espaço geográfico. *Revista do Departamento de Geografia, Separata n.2*: 8-18, 1983.
- CARVALHO, M.A. & CRUZ, M.T.C. Evolução das principais culturas paulistas em relação à área, custo, preço mínimo e crédito rural. *Agricultura em São Paulo*, 28(1/2): 57-80, 1981.
- CASER, D.V. (coord.) *Evolução regional das principais atividades agrícolas do Estado de São Paulo, 1969 a 1992*. São Paulo, IEA, 1994. 60 p. (Sér. Inf. Estat. Agríc., 02/94)
- CENSO AGROPECUÁRIO. Rio de Janeiro, IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985
- COMBES, D. & HAICAULT, M. Produção e reprodução, relações sociais de sexos e de classes. *O Sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p.23-43.
- CORTÉZ, K.V.D. *Inovações tecnológicas e mudanças na organização do trabalho: o surgimento de um novo tipo de trabalhador na cultura canavieira na região de Ribeirão Preto*. São Carlos, Universidade Federal, 1993. 104 p. (Dissertação de Mestrado)
- COSTA, L.B. População e trabalho: uma análise demográfica, Estado de São Paulo 1971-1990. *Informe Demográfico n. 28*, 1994, 152 p.

D'INCAO e MELLO, M.C. O "Bóia-Fria": acumulação e miséria. Petrópolis, Vozes, 1975. 154 p.

ESTAMOS piorando? O Estado de São Paulo, 29 mai. 1995. p. A3.

ETTORI, O.J.E. Mão-de-obra na agricultura de São Paulo: categorias - remuneração - legislação. Agricultura em São Paulo, 8 (12): 13-39, dez. 1961.

FERNANDES, B.M. MST formação e territorialização. São Paulo, Hucitec, 1996. 285 p. (Geografia: Teoria e Realidade 37)

FERREIRA, C.R.R.P.T.; CAMARGO, A.M.M.P. Análise do mercado de terras no Estado de São Paulo, 1969 a 1986. Agricultura em São Paulo, 34 (1 e 2): 29-75, 1987.

FERREIRA, C.R.R.P.T.; SANTOS, Z.A.P.S.; CAMARGO, A.M.M.P. Mercado de terras no Brasil, 1981-93. Agricultura em São Paulo, 42 (2): 167-193, 1995.

FIM da queima da cana pode esconder interesses não declarados. FETAESP em Ação, 2(8), fev. 1996. p. 9.

FORTES, G. & CARMO, A. J. do Crianças colhem laranja no Brasil, acusam austríacos. O Estado de São Paulo, 14 out. 1997.

FUNDAÇÃO Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) Ramal da fome: um retrato em números, mar. 1995. Mimeo.

GARCIA, A.E.B. Ocupação da mão-de-obra na agricultura do Estado de São Paulo na década de setenta. São Paulo, IEA, 1986. 52 p. (Relatório de Pesquisa, 1/86)

- GATTI, E. U. A política agrícola e a composição da produção e utilização de mão-de-obra na agricultura paulista na década de setenta. São Paulo, FEA/USP, 1984. 181p. (Dissertação de Mestrado)
- GEBARA, J.J. Fatores condicionantes e formas da migração sazonal: o caso da migração do Vale do Jequitinhonha (MG) para a região canavieira de Ribeirão Preto (SP). *Revista de Economia Rural*, Brasília, 26(1): 39-51, 1988.
- GHILARDI, A.A. Transformações na agricultura paulista na década de setenta, ao nível de tamanho de propriedade. São Paulo, FEA/USP, 1986. 168 p. (Dissertação de Mestrado)
- GONÇALVES, J.S. A taxa de imobilização e o preço da terra: uma discussão sobre a especulação financeira e defesa patrimonial. *Informações Econômicas*, 23 (5): 9-18, mai. 1993a.
- GONÇALVES, J.S. Progresso técnico e produção de alimentos: a disparidade tecnológica na cultura do feijão em Itaberá, SP. *Agricultura em São Paulo*, 40 (1): 101-118, 1993b.
- GONÇALVES, J.S. Pesquisa agropecuária e difusão de tecnologia para produtos alimentares: o desempenho técnico da produção de feijão em Itaberá, SP. *Agricultura em São Paulo*, 40 (1): 119-138, 1993c.
- GONÇALVES, J.S. Mudar para manter: análise do processo de pseudomorfose da agricultura brasileira. Campinas, UNICAMP/IE, 1997. 469 p. (Tese de Doutorado)
- GONÇALVES, J.S. et al. Mudanças na composição da área cultivada no Estado de São Paulo e suas regiões agrícolas, 1970/72 e 1987/89. *Informações Econômicas*, 20(12): 69-92, dez. de 1990.

- GONÇALVES, J.S. & SOUZA, S.A.M. Contribuição à análise regional: transformações da agricultura do sudoeste do Estado de São Paulo, 1960-85. *Agricultura em São Paulo*, 40 (1): 45-63, 1993a.
- GONÇALVES, J.S. & SOUZA, S.A.M. Produção de alimentos e concentração fundiária: o caso de feijão em Itaberá, SP, no período 1968-88. *Agricultura em São Paulo*, 40 (1): 139-155, 1993b.
- GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, J.P. (coord.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, UFRS, Editora da Universidade, 1994. p.15-44.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1980. 294 p. (Tese de Doutorado)
- GRAZIANO DA SILVA, J. O "bóia-fria entre aspas e com os pingos nos is. In: Departamento de Economia Rural - FCA de Botucatu, Org. *A Mão-de-Obra Volante na Agricultura*. São Paulo, CNPq/UNESP/POLIS, 1982. p. 137-177.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (coord.) *Diferenciación campesina y cambio tecnológico: el caso de los productores de frijol en São Paulo*. Campinas, UNICAMP/PROTAAL, 1982. v. I e II.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *De bóias-frias a empregados rurais (as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme)*. Maceió, EDUFAL, 1997. 195 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*, 7 (1):43-81, mai. 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. & FREITAS, G.P. Os volantes da Zona de Avaré e Cerqueira César. In: REUNIÃO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA VOLANTE NA AGRICULTURA, 2, Botucatu, Departamento de Economia Rural, 1976.

- GRAZIANO DA SILVA, J. BASALDI, O.V. & DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a "commoditização" do espaço agrário. São Paulo em Perspectiva, SEADE, São Paulo, 11(2), abr-jun 1997. (no prelo)
- GUIMARÃES, L.S.P. & BRITO, S.R. De camponesa a bóia-fria: transformações do trabalho feminino. Rio de Janeiro, IBGE, fev. 1989. 48 p. (Textos para Discussão, n. 12)
- HOLLOWAY, T.H. Condições do mercado de trabalho e organização nas plantações na economia cafeeira, 1885-1915: uma análise preliminar. *Estudos Econômicos*, 2 (6): 145-180, dez. 1972.
- IANNI, O. Notas sobre o bóia-fria. *Escrita Ensaio*, 1 (2): 40-45, 1977.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1957. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*.
- KAGEYAMA, A. O subemprego agrícola nos anos 90. *Nova Economia*, 7 (1):83-98, mai. 1997.
- KATZ, C. Evolução e crise do processo de trabalho. In: COGGIOLA, O. (org.) *Trabalho e classe operária na contemporaneidade*. *Revista Estudos*, 41: 64-76, set. 1994.
- LANGE, A.M.; BELLOTTO, H.; BASTOS, M.I. O trabalho rural volante na agricultura paranaense: esboço de uma hipótese de trabalho. In: Departamento de Economia Rural- FCA, Botucatu, Org. *A Mão-de-obra Volante na Agricultura*. São Paulo, CNPq/UNESP/POLIS, 1982. p.127-137.
- LAVINAS, L. Gênero, cidadania e políticas urbanas. In: *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Civilização Brasileira, 1994.

- LAVINAS, L. & CAPPELLIN, P. **Gênero e classe: mulheres trabalhadoras rurais.** CUT, Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, mai. 1991. p.28-41.
- LIMA, R.A. Participação das mulheres casadas no mercado de trabalho: um estudo com base nos microdados das PNADs. *Nova Economia*, 7 (1): 203-234, mai. 1997.
- LINHARES, L. & LAVINAS, L. Mulheres e trabalho: lei de mercado. *Proposta*, 26 (n. 72): 52-61, mar./mai. 1997.
- MARTIN, N.B. et al. A performance da agricultura do Estado de São Paulo e das suas regiões agrícolas no pós-70. *Agricultura em São Paulo*, 39 (1): 97-131, 1992.
- MARTINEZ-ALIER, V. As mulheres no caminhão de turma. In: SINGER, P. et al. **Capital e Trabalho no Campo.** São Paulo, Hucitec, 1979. p. 69-100. (Coleção Estudos Brasileiros)
- MARTINS, J.S. **O cativo da terra,** Ed. de Ciências Humanas, São Paulo, 1979
- MARX, K. **O capital.** São Paulo, Abril Cultural, 1983. v. I (Os Economistas)
- MARX, ENGELS, LÊNIN Sobre a mulher. São Paulo. Global Ed. 2a.edição, 1980. 139 p. (Praxis, Coleção Bases, 17)
- MECANIZAÇÃO agrícola ganha desenvolvimento no Brasil.** *Dirigente Rural*, São Paulo, 11(3/4): 8-25, jan./fev. 1972.
- MILLIET, S. **Roteiro do café e outros ensaios.** São Paulo, Hucitec, 1939. 183p. (Coleção Departamento de Cultura)

- MOREIRA, R. Repensando a geografia. In: SANTOS, M. (org.) **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1988. p. 35-49.
- NOGUEIRA, E. A. A organização espacial do sudoeste paulista: um pré-diagnóstico sobre a polarização recente da região. **Agricultura em São Paulo**, 44, (1): 1-15, 1997.
- NOGUEIRA, E. A. et al. **Estatísticas de salários agrícola no Estado de São Paulo**. São Paulo, IEA, 1992. 100 p. (Série Informações Estatísticas da Agricultura)
- NORONHA, O.M. Trabalhadoras da cana-de-açúcar: a aprendizagem de classe nas relações de produção. **Revista Reforma Agrária**, 21(2): 20-28, mai./ago., 1991.
- OLIVEIRA, A.U. **Geografia das lutas no campo**. São Paulo, Contexto, 1991. 101 p.
- OLIVEIRA, A.U. O campo brasileiro no final dos anos oitenta In: STÈDILE (coord.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre, UFRS, Editora da Universidade, 1994. p.45-67
- PANZUTTI, N.P.M. **As mulheres da produção familiar do algodão em Leme (1960-1990)**. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1992. 124 p. (Dissertação de Mestrado)
- PAULILO, M.I.S. **O trabalho da mulher no meio rural**. Piracicaba, ESALQ/USP, 1976. 145 p. (Dissertação de Mestrado)
- PENA, M.V.J. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 227 p. (Coleção O Mundo Hoje, v.40)
- PERFIL MUNICIPAL, 1980-91: região administrativa de Sorocaba. São Paulo, SEADE, 1993. 217 p.

- PERILLO, S. R. Migração no oeste paulista: Região de Governo de São José do Rio Preto. Informe Demográfico n. 27, 1994, 101 p.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro, IBGE, 1995.
- PINO, F.A. et al. (orgs.) Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1997. 4 v.
- PIRES, E.L.S. Metamorfoses e Regulação: o mercado de trabalho no Brasil dos anos 80. São Paulo, FFLCH/USP, 1995. 201 p. (Tese de Doutorado)
- PITERI, A.D. O estatuto do trabalhador rural: problemas de aplicação e prováveis conseqüências sócio-econômicas. Agricultura em São Paulo, 11 (1/2): 1-16, jan./fev., 1964.
- PORTO, M. De bóias-frias a cortadores de cana: o direito ao progresso com desordem na Região de Ribeirão Preto. São Paulo, Faculdade de Direito/USP. (Dissertação de Mestrado)
- PROGNÓSTICO 1982/83. São Paulo, IEA, 1982. 255 p.
- REYDON, B. et al. O impacto do progresso técnico sobre o nível de emprego agrícola. Campinas, IE/UNICAMP, s,d. p.56-57. (Relatório de Pesquisa) datil.
- RICCI, R. (coord.) Mercado de trabalho do setor sucroalcooleiro no Brasil. Brasília, IPEA, 1994. 148p. (Estudos de Política Agrícola, 15, Documentos de Trabalho)
- ROMÃO, D. A. Do auto-consumo à produção capitalista: a evolução da produção de feijão no Estado de São Paulo. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1981. 198 p. (Dissertação de Mestrado)

- ROSSINI, R.E. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. In: SANTOS, M. & SOUZA, M. A. (org.) **A construção do espaço**. São Paulo, Nobel, 1986. p. 97-119.
- ROSSINI, R.E. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. São Paulo, FFLCH/USP, 1988. 348 p. (Tese de Livre-Docência)
- SAFFIOTI, H.I.B. A mulher sob o modo de produção capitalista. **Contexto**, Hucitec, nov. 1976. p. 1-21.
- SAFFIOTI, H.I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1979. 383 p.
- SAFFIOTI, H.I.B & FERRANTE, V.L.S.B. **Mulher e trabalho numa zona rural paulista**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 5, Friburgo, RJ, out. de 1981. mimeo, 29 p.
- SAFFIOTI, H.I.B & FERRANTE, V.L.S.B. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. In: **A mulher rural e mudança no processo de produção agrícola: estudos sobre a América Latina**. Brasília, IICA, jul. 1984. p. 32-39.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, Hucitec, 1991. 124 p.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo, Hucitec, 1997. 308 p.
- SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Relatório do Projeto FAO/ALADI - Configuração da população em risco de insegurança alimentar no Estado de São Paulo**. São Paulo, 1994. p.1-61.

- SCHATTAN, S. A amostragem e as estatísticas agrícolas. *Revista Brasileira de Estatística*, 4 (n. 55): 216-226, 1953.
- SCHATTAN, S. Cooperação entre economistas agrícolas e estatísticos na produção de estatísticas no Estado de São Paulo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMISTAS AGRÍCOLAS, 15, São Paulo, 1973. p.16.
- SCHUCH, N.M.F. *Mulher, trabalho e capital no campo: um estudo da pequena produção em Cruzeiro do Sul-RS*. Porto Alegre, IEPE/UFRGS, 1984. 155 p. (Dissertação de Mestrado)
- SILVA, G.L.S.P. ; FONSECA, M.A.S. ; MARTIN, N.B. Os rumos da pesquisa agrícola e o problema de produção de alimentos: algumas evidências no caso de São Paulo. São Paulo, Secretaria de Agricultura, 1979. 26 p. (Relatório de Pesquisa, 06/79)
- SILVA, L. H. *Estrutura ocupacional feminina no RS, 1920-1970*. Porto Alegre, FSCP/UFRGS, 1977. 94. (Dissertação de Mestrado)
- SILVA, M.M. *A linha da subordinação: trabalho da mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no agreste pernambucano*. São Paulo, FFLCH/USP, 1994. 193 p. (Tese de Doutorado)
- SILVA, S. *Mulher ganha 40% menos que o homem em SP. O Estado de São Paulo*, 4 de março de 1997.
- SILVEIRA, A.C. *Empresa aluga colhedora de laranja. Gazeta Mercantil*, 1 de outubro de 1997.
- SINGER, P. Apresentação. In: Ricardo, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. 286 p. (Os Economistas)

- SOUZA, A. O.; BACCARIN, J.G.; GEBARA, J.J. Cooperativismo de bóias-frias: o caso de Franca. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, 12(nº 145), 1982. 62 p.
- STOLCKE, V. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo, Brasiliense, 1986. 410 p.
- SULLEROT, E. *História e sociologia da mulher no trabalho*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1970. 363 p.
- USINA exige atestado de esterilidade para contratar, acusam bóias-frias. *Folha de São Paulo*, 9 de março de 1988.
- VASSIMON, S.G. *Estudo preliminar sobre o problema de mão-de-obra na agricultura do Estado de São Paulo*. s.n.t, 1966. 39 p. (datilografado)
- VEIGA Fº, A.A. O preço da terra na análise econômica: algumas considerações. *Informações Econômicas*, 9 (9): 27-34, set. 1979.
- VEIGA Fº, A.A et al. Análise da mecanização do corte da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, 24(10): 43-58, out. 1994.
- VEIGA, J.E.; BEZE Jr, Z. Produto gerado por assentados supera em 300% o investimento do Estado. *Revista Reforma Agrária*, 15.p. 66-67, Campinas, 1985.
- VEIGA, J.E.R. et al. Avaliação do emprego agrícola no Estado de São Paulo, 1985-89. *Agricultura em São Paulo*, 37, (2): 179-194, 1990.
- VEIGA, J.E.R. et al. Panorama do emprego e dos salários na agricultura do Estado de São Paulo, 1991-94. *Informações Econômicas*, 25 (5): 37-48, mai. 1995.

- VEIGA, J.E.R.; VICENTE, M.C.M.; BAPTISTELLA, C.S.L. Trabalho volante, mudanças à vista. *Informações Econômicas*, 26 (4): 55-58, abr. 1996.
- VICENTE, J.R. Importância e eficiência da produção em diferentes tamanhos de imóveis rurais no Estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, 23 (2): 27-39, fev. 1993.
- VICENTE, J.R. Determinantes da adoção de tecnologia e da eficiência na produção agrícola paulista. São Paulo, IPE/USP, 1997. 223p. (Tese de Doutorado)
- VICENTE, M.C.M. A evolução do uso de mão-de-obra e da mecanização em culturas do Estado de São Paulo. São Paulo, IEA, 1985. 22p. (Relatório de Pesquisa, 08/85)
- VICENTE, M.C.M. O mercado de mão-de-obra volante na agricultura paulista, 1974/75 a 1986/87. Piracicaba, ESALQ/USP, 1989. 76 p. (Dissertação de Mestrado)
- VICENTE, M.C.M. et al. Aspectos sobre a atuação dos sindicatos dos trabalhadores rurais paulistas. *Agricultura em São Paulo*, 40 (2): 181-202, 1993.
- VICENTE, M.C.M & BAPTISTELLA, C.S.L. Mão-de-obra na agricultura paulista. *Informações Econômicas*, 16 (9): 29-38, set. 1986.
- VICENTE, M.C.M & BAPTISTELLA, C.S.L. Trabalho volante na agricultura paulista, 1975 a 1986. São Paulo, IEA, 1987. 31p. (Relatório de Pesquisa, 16/87)
- VICENTE, M.C.M. et al. População residente nos imóveis rurais do Estado de São Paulo: alguns indicadores sócio-econômicos. São Paulo, IEA, 1988. 26p.

VICENTE, M.C.M.; BAPTISTELLA, C.S.L.; VEIGA, J.E.R. A exclusão dos trabalhadores na reestruturação e modernização da agricultura paulista. *Informações Econômicas*, 27 (2): 9-18, 1997.

WAJNMAN, S. & PERPÉTUO, I.H.O. A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. *Nova Economia*, 7 (1): 123-147, mai. 1997.

WANDERLEY, M.N. *Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas*, SP. São Paulo, 1986. (Relatório Parcial)

A P Ê N D I C E

TABELA A.1 - Resumo das Condições de Trabalho e de Vida das Volantes, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1996.

Condições de Trabalho	
Na Colheita de Feijão	
Forma de contratação	Empreiteiro de mão-de-obra
Hora de chegada ao local de arremimentação	Às 4:00 horas
Horário de início do trabalho	Entre 5:00 e 6:00 horas
Horário do término do trabalho	Entre 12:00 e 13:00 horas
Transporte mais utilizado (1)	Caminhão
Forma de pagamento	Diária com base na quantidade colhida/dia
Unidade de pagamento (2)	Salaminho (3)
Valor da diária (4)	Entre R\$ 12,00 e R\$ 25,00
Registro em carteira	Não têm
Outras Atividades Agrícolas (4)	
Forma de contratação (5)	Empreiteiro de mão-de-obra
Horário de trabalho	Das 7:00 às 17:00 horas
Transporte mais utilizado	Caminhão
Forma de pagamento	Valor estipulado por dia de trabalho
Valor da diária (6)	Entre R\$ 5,00 e R\$ 9,00
Registro em carteira	Não têm
Condições de Vida	
Renda mensal da família	Variável, em torno de 1 a 3 salários mínimos
Trabalho do marido	Bóia-fria, na serraria, pequenos serviços
Trabalho dos filhos menores	Ajudam a mãe na colheita do feijão
Complementação da renda familiar com auxílio governamental	Cesta básica de alimentos
Problemas mencionados	Condições de moradia, pouco serviço, faltam creches, atendimento médico deficiente, infra-estrutura do bairro (ruas esburacadas, sem pavimentação, sem água encanada e sem esgoto)

(1) Embora o caminhão seja o meio de transporte mais usado, o ônibus foi mencionado em Itararé.

(2) Um salaminho corresponde a 1/16 avos de alqueire.

(3) Diárias correspondentes ao arranque de feijão das águas, em dezembro de 1996.

(4) Compreende tratos culturais, colheita de milho e de outros produtos, ocupações no cultivo de olerícolas e tarefas na extração da madeira.

(5) No exemplo da Cargill, as informações foram: registro em carteira, contrato temporário ou safrista e salário semanal de R\$ 100,00 em junho de 1996.

(6) No cultivo do morango (localizado em Itapeva) as trabalhadoras e os filhos menores recebiam, em junho de 1996, R\$ 30,00 por pessoa e por semana. Equivale a uma diária de R\$ 5,00, sem registro em carteira.

Fonte: Resultados da Pesquisa.